

PRESBITÉRIO DE CUIABÁ

EXPIAÇÃO
CONCEITO E APLICAÇÃO SOB A ÓTICA REFORMADA

Por

ADILSON MACIEL DE ARAÚJO

CUIABÁ/2001

PRESBITÉRIO DE CUIABÁ

EXPIAÇÃO
CONCEITO E APLICAÇÃO SOB A ÓTICA REFORMADA

Por
Adilson Maciel de Araújo

Monografia apresentada ao Presbitério de Cuiabá
Como Requisito parcial à ordenação ao Sagrado Ministério
em cumprimento ao artigo 120, alínea b do capítulo XII da CI / IPB.

Cuiabá/ 2001

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL
SÍNODO MATOGROSSENSE
PRESBITÉRIO DE CUIABÁ

A monografia EXPIAÇÃO: CONCEITO E APLICAÇÃO SOB A ÓTICA
REFORMADA

elaborada pelo teologando ADILSON MACIEL DE ARAÚJO

e examinada pelos membros da comissão de exame de teses para ser aceita pelo Presbitério de Cuiabá e homologada pela mesa executiva deste presbitério, como requisito parcial à ordenação ao Sagrado Ministério.

Cuiabá, Mt – Agosto de 2001

Relator da comissão de exame de tese:

Agradecimentos

Ao Deus eterno, de misericórdias infindas e graça superabundante que me sustentou durante o decorrer deste curso.

À minha amada esposa Geni, pela compreensão das minhas ausências, quando lhe privei de minha companhia e constante apoio dedicado à conclusão deste curso.

À Isadora Cristina, filha querida, meu tesouro, pelo afã de seguir adiante.

À Igreja Presbiteriana do Tijucal, pelo incentivo, pelas orações e paciência nos períodos de aplicação do aprendizado.

Ao Rev. Manoel Seixas Filho, meu pastor e tutor eclesiástico, pelo apoio e ânimo envidado em todas as etapas deste caminho.

Ao Rev. Nelson Júnior, amigo sempre solícito, pela colaboração dada nos momentos de dificuldade e dúvidas.

Aos colegas de classe e ao corpo docente do STBMT, pela feliz convivência e enriquecimento do meu aprendizado.

Ao IBAA, representado na pessoa de seu diretor, Rev. João Petreceli, pela ampliação do conhecimento e estímulo de desenvolver este tema.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a efetivação deste ideal, minha eterna gratidão.

SUMÁRIO

Capítulo	Página
I. INTRODUÇÃO.....	10
II. CONCEITO DE EXPIAÇÃO NO ANTIGO TESTAMENTO.....	12
1 – Conceito pré mosaico	12
2 – Conceito Mosaico – o sistema sacrificial do Antigo Testamento	21
3 – Os tipos de ofertas normatizados pela Lei.....	23
3.1 – Holocaustos	23
3.2 – Ofertas de Manjares	23
3.3 – Sacrifícios Pacíficos	23
3.4 – Sacrifícios pelos Pecados.....	24
3.5 - Sacrifícios pelo Sacrilégio..	25
4 – Definição do Termo e Fundamentação da Doutrina no Antigo Testamento.....	26
4.1 – textos que mostram a prática da expiação.....	26
4.2 – a páscoa	28
4.3 – o dia nacional da expiação.....	28
4.4 – a cerimônia do bode emissário.....	30
III A RELAÇÃO DO CONCEITO DE EXPIAÇÃO ENTRE O ANTIGO E O NOVO TESTAMENTO	33
1 – Termos Relacionados com Doutrina da Expiação.....	36
1.1 – a expiação envolve a obediência ativa e passiva de Jesus.....	36
1.1.1 – Obediência ativa	37
1.1.2 – Obediência passiva	39
1.2 – a expiação envolve a idéia de Sacrifício	41
1.3 – a expiação envolve a idéia de Propiciação	44
1.4– a expiação envolve a idéia de Reconciliação	49
1.4.1 – a reconciliação é objetiva	51
1.4.2– o aspecto subjetivo da reconciliação	55

1.5– a expiação envolve a idéia de Redenção	57
1.5.1– a redenção tem a ver com a idéia de resgate	58
1.5.2 – a redenção tem a ver com a libertação do pecado.....	61
1.5.3– a redenção tem a ver com a libertação da culpa pecado	61
1.5.4 – a redenção tem a ver com a libertação do poder e poluição do pecado.....	61
1.5.5– a redenção tem a ver com a libertação do poder do diabo	62
1.5.6– a redenção tem a ver com a libertação do poder da morte.....	63
1.5.7 – a redenção tem a ver com a libertação da lei	63
2 – Eventos Do Antigo Testamento Relacionado com o Novo Testamento	66
2.1 – A profecia messiânica de Isaías 53	67
2.2 – A oferta sacrificial de Isaque	68
2.3 – a páscoa	69
2.4 – os sacrifícios	72
2.5 – o dia da expiação	76
3 – Mediação	84
3.1– Ofício Profético	89
3.2 – Ofício Real	89
3.3 – Ofício Sacerdotal	90
IV – TEORIAS DA EXPIAÇÃO NOS VÁRIOS MOMENTOS DA HISTÓRIA	93
1 – Teoria da Recapitulação de Irineu	94
2 – Teoria do Resgate de Orígenes	95
3 – Teoria da Satisfação da Honra de Anselmo(teoria comercial)	96
4 – Teoria da Influência Moral de Abelardo	98
5 – Teoria da Satisfação da Justiça Divina dos Reformadores	100
6 - Teoria do Exemplo dos Socinianos	101
7 – Teoria Governamental de Hugo Grotius	104
8 – A Teoria da Expiação Universal dos Arminianos	105

9 – A Teoria do Universalismo Hipotético de Alguns Calvinistas	107
10 – A Teoria Mística de Shleiermacher	108
V – A DOCTRINA DA EXPIAÇÃO	111
1 – A Causa Motora da Expição	111
1.1 – A Causa Motora da Expição é o Amor de Deus.....	112
1.2 - A Causa Motora da Expição é o Beneplácito de Deus	112
1.3- A Causa Motora da Expição é a Livre Vontade de Deus	113
1.4 – A Causa Motora da Expição é a Justiça e o Amor de Deus ...	113
2 – A Necessidade da Expição	115
2.1 – a morte de Cristo não foi expiação e não foi necessária	115
2.2 – a morte de Cristo foi expiação mas não foi necessária	116
2.3 – a morte de Cristo foi expiação mas ela foi hipoteticamente necessária	117
2.4 – a morte de Cristo foi expiação e foi absolutamente necessária	117
2.5 – a morte de Cristo foi expiação e foi absolutamente necessária em conseqüência do decreto de Deus de salvar os homens do pecado	118
3 – A Natureza da Expição	119
3.1 – a expiação é objetiva	120
3.2 – a expiação é vicária	122
3.2.1 – provas bíblicas da expiação vicária de Cristo	122
3.2.2 – expiação vicária sempre indica substituição	124
3.2.3 – o uso das preposições gregas	125
3.3 – expiação pessoal e expiação vicária	126
3.4 – expiação exige restituição e pagamento	130
4 – O Propósito da Expição	131
5 – A Extensão da Expição	132
5.1 – A extensão da expiação na tradição arminiana	133
5.2 – Teoria do universalismo hipotético	134
5,3 – A teoria da expiação universal de Barth	136
5.4– Extensão da expiação na tradição luterana	137

5.5 – Extensão da expiação na tradição Reformada	138
5.5.1– uma expiação limitada mas perfeita e eficaz.....	139
5.5.2- uma expiação limitada mas de valor infinito	140
5.1.3 – uma expiação limitada mas uma chamada universal ao Evangelho	141
5.1.4– uma expiação limitada, mas com efeitos cósmicos	142
6 – Argumentos Bíblicos – Teológicos sobre a extensão da expiação	143
7 – Base Bíblica para a doutrina da Expição	145
7.1 – Textos que falam de Cristo morrendo em favor de Sua igreja ..	145
7.2 – Textos que falam de Cristo morrendo em favor de Seu povo	146
7.3– Textos que falam de Cristo morrendo em favor dos que o Pai lhe havia dado	147
7.4 – Textos que falam de Cristo morrendo pelos filhos de Deus	150
7.5– Textos que falam de Jesus morrendo em favor de Suas Ovelhas	152
7.6– Textos que falam de Cristo morrendo pelos eleitos de Deus	154
7.7 – Textos que falam de Cristo morrendo pelos Seus	154
7.8 – Textos que falam de Cristo morrendo “por muitos”.....	154
8 – Objeções à Doutrina de uma Expição Limitada	155
8.1 – Há passagens que falam de que Cristo morrendo pelo mundo	155
8.2 – Há também passagens que falam de Cristo morrendo por todos	160
VI – CONCLUSÃO	165
VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170

RESUMO

Este trabalho trata da doutrina da expiação; buscando o seu conceito no antigo Testamento, estabelecendo a relação da doutrina com o Novo Testamento, apontando as alterações no modo da realização do ato expiatório na concepção Neo testamentária; expõe a doutrina sob a perspectiva Bíblico – teológica e demonstra a sua extensão sob a ótica reformada, no intuito de trazer conhecimento sobre a referida doutrina, à luz do ensino da Escritura Sagrada. Na busca da melhor compreensão do significado da expiação com o objetivo de contribuir para a exposição do tema e seu maior entendimento, a pesquisa girou sob três eixos principais: O conceito de expiação no Antigo Testamento, a relação deste conceito com o Novo Testamento e a exposição da doutrina da expiação sob a perspectiva Bíblico- Teológica, dentro da qual foi demonstrado a sua aplicação. Na análise e pesquisa para a exposição da doutrina supra citada, recorreu-se à abordagem da pesquisa qualitativa, especialmente aos procedimentos teóricos – metodológicos empregados no desenvolvimento do trabalho, que se deu através de material bibliográfico. Os resultados do estudo que contou com obras de autores que dirigem sua abordagem relacionadas direta e indiretamente ao tema apontam para uma maior necessidade de ampliação do tema, principalmente na concepção veterotestamentária.

Palavras chaves : Beneplácito; Sacrifício; Propiciação, Reconciliação; Redenção e Graça.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Teologia Sistemática, ao tratar da Soteriologia (doutrina da salvação) aborda de forma extensa, a doutrina da obra de Cristo, chamada de expiação. Uma compressão mais ampliada sobre a obra de redenção e remissão de pecados, a natureza desta obra, a sua necessidade e extensão somente é possível através de uma correta perspectiva da doutrina da expiação, conquanto este é um dos aspectos elementares da obra salvífica que Jesus Cristo veio realizar.

A prática dos ritos sacrificiais na Antiga Aliança tinha como objetivo único propiciar ao sacrificante, mediante inúmeros e solenes rituais, a expiação de sua culpa. A aproximação do homem pecador ao Deus puramente santo, requer instrumentos que sirvam de atenuantes da culpa deste para com Aquele. Por isso, desde os tempos primórdios, no sacrifício vicário de animais está implícito o princípio divino que *“sem derramamento de sangue não há remissão de pecados.”* (Hb. 9:22).

A necessidade da reparação da culpa tornou-se absolutamente necessária com a entrada do pecado no mundo. Por causa do pecado cometido por Adão e a transferência por imputação da corrupção e da culpa para todos os seus descendentes, em função da sua relação de pacto federal que exercia. Uma parede de separação foi erguida entre Deus e o homem; porque Deus na Sua infinita santidade e pureza não podia se relacionar com o homem impuro, devido o pecado que cometera. Ademais, a Sua justiça fora violentamente ferida. A transgressão de Sua lei não poderia, de forma alguma permanecer impune. Ainda que o amor de Deus seja suficiente para apaziguar a Sua ira contra o pecado; Sua justiça precisava ser satisfeita; conquanto, ambos são atributos do Ser divino e um não pode, de modo nenhum contrariar, o outro, pois Deus, na sua essência,

não se contradiz. Por isso, algo precisava ser feito, para que fosse reparado o agravo causado à justiça santa de Deus.

A expiação, mediante sacrifício substitutivo, com o derramamento do sangue deste, foi a forma adotada e instituída por Deus; constituindo-se no único elo possível de ligação entre o Deus puramente Santo e Justo e o homem pecador. Somente o sangue de uma vítima sacrificial podia propiciar Deus ao homem. Nisto consiste a eficácia da expiação: uma vida dada por outra vida.

Propomos, pois, na presente pesquisa, na busca de material em fontes bibliográficas, descobrir o significado de expiação; sua origem; seu conceito; natureza e aplicação, sob uma análise Bíblico- Teológica. Para tal, lançamos mão do método bibliográfico como fonte de nossas consultas, numa abordagem qualitativa.

No capítulo II, nossa preocupação é estabelecer o conceito de expiação no Antigo Testamento, definindo sua possível origem na história e sua oficialização como prática religiosa absolutamente necessária, bem como demonstrando a prática do sacrifício expiatório e sua normatização pela Lei. Autores como Van Groningen, Champlin, Kidner, Mesquita e Harrison, foram fonte de consulta.

No capítulo III, o foco é a relação do conceito de expiação entre o Antigo e o Novo Testamento, abordando a sua aplicação sob a perspectiva neotestamentária e apontando as alterações ocorridas nesta transição. Foram consultados: Calvino, Berkhof, Campos e outros

No capítulo IV, investigamos as várias correntes de pensamentos teológicos e sua concepção acerca da doutrina da expiação nos vários momentos da história da igreja cristã.

No capítulo V, é abordada a doutrina da expiação sob uma perspectiva reformada. Os ofícios de Cristo, que inicia a exposição da doutrina de Sua obra são evidenciados. Salientamos a causa e necessidade da expiação, sua natureza e sua extensão, bem como as objeções a ela. O subsídio bibliográfico repousou nos mesmos autores citados no capítulo anterior, além de Owem, Erickson, etc.

Finalmente, apresentamos as conclusões extraídas do aprendizado com a referida pesquisa, ressaltando sua relevância em seu aspecto prático para a vida da igreja hodierna.

CAPÍTULO II

CONCEITO DE EXPIAÇÃO NO ANTIGO TESTAMENTO

1 - CONCEITO PRÉ MOSAICO

A prática da expiação está muito presente em todo o Antigo Testamento. Era uma prática que fazia parte da vida, da cultura religiosa, dos hábitos do povo judeu. Não é possível, pelo menos é o que parece, estabelecer um marco, uma data na história, onde se começou, tal prática entre os hebreus. A indicação mais evidente é que o ritual começou a ser observado como prática religiosa normatizada a partir da implantação da Toráh (Lei), quando do êxodo do povo judeu, durante sua peregrinação no deserto entre o Egito e Canaã, a terra prometida. A narração do livro de Êxodo a partir do capítulo 29, quando Deus, depois de ordenar a Moisés todos os instrumentos para o culto, desde a planta do tabernáculo, aos utensílios com todas as medidas e modelos, que estes deveriam conter, passa a prescrever mandamentos acerca dos rituais e cerimônias religiosas. E é mais precisamente, nos versículos 10 a 28 do capítulo 28 de êxodo que a idéia de sacrifício pelo pecado e expiação pela culpa *começam* a ser descritos, muito embora, a prática dos ritos sacrificiais e do ofício sacerdotal já serem observados antes disso; Ex. 19: 22, 24; 20:22 e mesmo no chamado “período patriarcal”, onde a prática dos sacrifícios e do ofício sacerdotal é observada: Gn. 3: 4-5; 8: 20; 14: 18-20; 22:1-19; muito provavelmente por causa das leis divinas impressas no coração do homem (*sensus divinitatis*). Mas de forma instituída, prescrita expressamente sob a forma de lei, tal prática pode ser notada em Êxodo, a partir do capítulo 10 v. 29 que traz a seguinte informação: *“Farás chegar o novilho diante da tenda da congregação, e Arão e seus filhos porão as mãos sobre a cabeça dele.”*

Através deste ato o ofertante identificava-se com o novilho. Assim o que acontecia ao novilho, acontecia em tipo e espiritualmente ao sacerdote. A imposição de mãos apontava para a transferencia dos pecados do sacerdote para o novilho, a morte do animal punha fim à questão. O sangue faz a expiação. O animal por ter ficado simbolicamente com os pecados do sacerdote era maldito; mas sua morte e o derramamento de seu sangue deixava o homem em liberdade¹

É incerta a época em que os judeus começaram a oferecer holocaustos como sacrifício pelo pecado ou expiação de culpa. Aqui é cabível uma definição da expressão *holocausto*, para uma compreensão do propósito com que os patriarcas observavam este ritual. Assim define Harrison:

O holocausto era uma dádiva que visava ganhar o favor divino para o adorador. Esta é evidentemente a forma mais antiga de sacrifício. *Ólã* (heb.) indica subida, o que sugere que a essência do animal dava satisfação a Deus enquanto a fumaça sacrificial subia.²

Abel e Caim são os primeiros, que a Bíblia relata, a oferecerem ofertas ao Senhor. Leia-se Gn. 4:4-5: *“Aconteceu que no fim de uns tempos trouxe Caim do fruto da terra uma oferta ao Senhor. Abel, por sua vez, trouxe das primícias do seu rebanho e da gordura deste. Agradou-se o Senhor de Abel e de sua oferta.”* Muito embora, não seja mencionada a palavra sacrifício neste texto, que indica, literalmente, apenas a idéia de oferta como tributo, como sugere o termo no hebraico: (*minhã* - tributo, o presente de um inferior para um superior) ; é interessante notar que o que fora oferecido ao Senhor por Abel e que fez com que o Senhor se agradasse dele e de sua oferta foi exatamente o fato deste ter oferecido o primeiro (*primícias de seu rebanho*) e o melhor (*e da gordura deste*); o que denota o espírito voluntário de Abel, que era movido tão somente pelo sentimento de adoração a Deus, prescrevendo exatamente o pressuposto da oferta. Abel ofereceu seu sacrifício motivado pela fé, conf. Hb. 11:4., ou seja, em resultado a uma autêntica espiritualidade, em legítima obediência a Deus. No Sl. 51:16-17 estão os tipos de ofertas aceitáveis a Deus: *coração compungido e contrito*, requisitos preenchidos por Abel. Quanto a Caim, esse fator se fez

¹ Russell Norman CHAMPLIM , O Antigo Testamento Interpretado Versículo por versículo, 1999, vol. 1, p. 434.

² R. K. HARRISON, Levítico – Introdução e Comentário, 1983, p 40

ausente. Isso posto, seu sacrifício não visava honrar a Deus. Ele estava apenas cumprindo um dever, um ritual religioso desprovido de qualquer espiritualidade, e não estava se ocupando em adoração a Deus e as suas obras eram más conforme I Jo 3: 12. O texto não parece indicar que o que tornou a oferta de Abel aceitável e a de Caim recusável fora o fato da primeira constar de sacrifício de um animal com derramamento de sangue, como sugere autores como Horton e Mesquita, e a segunda não. O Senhor se agradara do desprendimento de Abel ao passo que de Caim se aborrecera por sua altivez.

Embora conste somente a expressão “oferta” na narrativa de Abel e Caim, está implícito a idéia de sacrifício. Hebreus, ao se referir a Abel e sua oferta, afirma: *“Pela fé, Abel ofereceu a Deus mais excelente **sacrifício** do que Caim; pelo qual obteve testemunho de ser justo, tendo a aprovação de Deus quanto às suas ofertas.”* Hb. 11:4. (grifo meu) Deixando evidente a associação entre oferta e sacrifício. Assim sendo, muito embora a narrativa de Abel e Caim em Gn. 4 constar apenas a expressão “oferta”, a idéia de sacrifício parece estar presente.

A próxima narrativa que a Escritura sagrada traz acerca de oferta ao Senhor, relata o ofertante oferecendo holocaustos sobre um altar. Leia-se Gn. 8:20: *“Levantou Noé um altar ao Senhor e, tomando de animais limpos e de aves limpas, ofereceu holocaustos sobre o altar”*. É notável que aqui já não se é possível entender a oferta de Noé como tributo, uma vez que o texto é enfático em afirmar que o que fora oferecido aqui, era a título de holocausto. E o fato de Deus ter aspirado positivamente a oferta atesta isto. Leia-se o versículo 21: *“E o Senhor aspirou o cheiro suave e disse consigo mesmo: Não tornarei a amaldiçoar a terra por causa do homem, porque é mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade, nem tornarei a ferir todo vivente, como fiz.”* Após o dilúvio que destruíra toda a terra e todo ser vivente, Noé estava saindo da arca e oferecera uma oferta ao Senhor, da qual, o Senhor se agradara aspirando o cheiro suave desta. Esta referência ao olfato divino, antropomorficamente denota o prazer de Deus na oferta de Noé e como um sacrifício propiciatório, o holocausto acalmou a indignação de Deus contra o pecado e o caráter gracioso de Deus é sublinhado pela aliança estabelecida com Noé onde Ele promete não mais destruir o mundo com água.

A idéia de sacrifício pelo pecado aqui é mais clara. Deus havia destruído a terra por causa da corrupção do gênero humano conf. Gn. 6:5 e reafirmado em 8:21. Agora, porém, depois de aspirar o cheiro suave das ofertas, está prometendo não mais destruí-la. Kidner assim comenta este texto:

Gramaticalmente, a frase *porque é mau o desígnio íntimo* poderia ser uma expansão de *por causa do homem*, ou senão o motivo para “não tornarei”. Teologicamente deve ser a primeira explicação: a resolução do Senhor, de não renovar a aplicação deste julgamento baseia-se no sacrifício aceito e não na incorrigibilidade do homem, que fora a verdadeira base do julgamento e ainda clamava por sua renovação ; ela jamais pesa em favor do pecador.³

A descrição dos sacrifícios pelas várias causas em Levítico é bem similar à oferta de Abel e de Noé: Lv. 3: 14-16 e 1: 10,14.

Alguns estudiosos, como Russell Shedd (1993), Antônio N. Mesquita(1970) e Michael Horton (1999) apontam como primeiro sacrifício pelo pecado do homem a atitude de Deus matar um cordeiro para prover vestimentas para Adão e Eva, que agora, por causa do pecado, tinham consciência de sua nudez e que tentara ocultar de Deus através de suas próprias obras, cozendo vestimentas com folhas de figo. Leia-se Gn. 3:21:” *Fez o Senhor Deus vestimentas de peles para Adão e sua mulher.*” Eles vêm na provisão divina para livrar o homem da vergonha e do medo que sentiam por causa da sua nudez revelada diante de Deus, uma espécie de reparação de culpa, aqui providenciada pelo próprio Deus; uma vez expulsos do jardim, eles iriam precisar de roupas mais resistentes e as que eles produziram para si não eram suficientes para resistir as intempéries do tempo nem para poder se apresentar diante de Deus. Shedd destaca:

A tentativa do homem cobrir-se com folhas era tão inadequada quanto o desejo de se desculpar pelo pecado. A provisão de Deus fazendo-lhe vestimentas de pele, é o primeiro vestígio da exigência divina de uma vítima sacrificial que ofereça uma cobertura (Propiciação), capaz de promover reconciliação.⁴

Mesquita denomina este evento como primeiro sacrifício e enxerga aqui a primeira evidência de sacrifício animal com derramamento de sangue para expiação de culpa e o estabelecimento do sistema sacrificial :

³ Derek KIDNER, Gênesis- Introdução e Comentário, 1979 p. 87

⁴ Bíblia Vida Nova - Edições vida Nova, 1993, Gn. 3:21 - nota

Quando Adão e Eva se viram nus fizeram para si aventais de folhas de figueira. Deus, porém, os proveu de coisas mais duráveis. Fez túnicas de peles de animais para os vestir. A sua nudez foi por Deus mesmo coberta. Matou alguns animais para com as peles cobrir a falta do primeiro par. Faz se mister o derramamento de sangue, para cobrir uma falta grave. Para que a transgressão de Adão não continuasse visível teve que haver morte de animais inocentes.⁵

Horton, comentando o evento da queda e suas conseqüências, afirma:

Satanás havia mentido a Eva. Seu método de auto descobrimento, auto deificação e de independência havia terminado em ruína total. Ainda assim, Deus não desejou que o pecado e a morte viesse a reinar. *“Fez o Senhor Deus vestimentas de pele para Adão e sua mulher e os vestiu.”* (v. 21), cobrindo-os com a justiça de Cristo em antecipação ao seu sacrifício.⁶

Champlin observa sobre este texto a posição dos comentadores e emite, embora de modo subjetivo, a sua posição pessoal acerca do assunto:

O primeiro sacrifício: Os comentadores observam sobre como este primeiro sacrifício, realizado pelo próprio Deus, lançou a base para o sistema sacrificial da fé dos hebreus.⁷

Mesquita⁸ vê no texto de Gn. 3:21 um bom indicativo na formação da concepção do homem, no desenvolvimento da mentalidade e da compreensão da exigência divina do sacrifício de sangue para expiação de culpa. É inegável que Adão e Eva, após a queda foram atormentados por um terrível sentimento de medo e culpa (Gn. 3:10); sentimento aliás, que nós conhecemos muito bem como sendo conseqüência do pecado. Não é totalmente arbitrário pensar que, já nos primórdios da vida do homem fora do Éden, Deus já começara a inculcar na mente deles a necessidade de sacrifício com derramamento de sangue como reparo do agravo causado à Santidade de Sua Pessoa e satisfazer à Sua justiça.

⁵ Antônio Neves de MESQUITA, Estudo no Livro de Gênesis, 1970 p 107

⁶ Michael HORTON, A face de Deus, 1999, p. 06

⁷ Russell Norman CHAMPLIN, O Antigo testamento Interpretado Versículo por Versículo, 1999—vol. 1, p. 38

⁸ Antônio Neves de MESQUITA, Estudo no Livro de Gênesis, 1970 p 107-108

A consciência de culpa já estava definida na alma de Adão e Eva e esta consciência produz o desejo de reparação. É bem provável que, no sacrifício do animal, para a provisão de vestimentas, Adão tenha entendido a necessidade do sacrifício para que sua relação com Deus não fosse interrompida e através dela extraído o ensino divino acerca do único método possível de reparação de culpa e reconciliação. Justificando seu argumento, Mesquita assim destaca:

A declaração é feita sem preâmbulos e em termos tão singelos que o teólogo pode apenas tirar ilações; mas não haverá quebra de doutrina ou quebra de preceito se virmos neste caso o protótipo da vítima sacrificial, cujo sangue inocente expiava a culpa do ofertante. A doutrina da substituição é clara em todo o Velho Testamento. As peles destes animais substituíram a inocência perdida por Adão e Eva. Há alguma dificuldade para saber o que foi feito da carne daqueles animais, visto que não era conhecido o ritual de oferecê-la no altar. O autor do texto não diz como Deus fez, mas sim que Ele fez.⁹

O questionamento sobre as bases que teriam Abel e Caim, os filhos de Adão e Eva, para trazerem “ofertas” ao Senhor é outro elemento que parece reforçar esta tese. De onde teriam eles extraído tal prática? Mesquita destaca: “

Que a origem deve remontar a esta época, não resta a menor dúvida, visto que Abel, algum tempo depois, ofereceu dos primogênitos do seu rebanho, um sacrifício ao Senhor.¹⁰

Kidner, porém, se contrapõe à esta idéia sustentada pelos comentaristas acima e assevera:

Ver o prenúncio de expiação aqui é agir com indevida sutileza, bem como forçar de certa forma o significado. Deus está aí satisfazendo necessidades imediatas e não últimas, pois se interessa por aquelas como por estas. Essas vestimentas de pele são precursoras das muitas medidas em prol do bem estar moral e físico que o pecado humano torna necessárias.¹¹

⁹ Antônio Neves de MESQUITA - Estudo no Livro de Gênesis, 1970, p. 108

¹⁰ Ibid.

¹¹ Derek KIDNER – Gênesis – Introdução e Comentário., 1979, p. 68

A contraposição de Kidner também é atestada pelo silêncio absoluto de autores reformados de renome como Van Groningem e Héber Campos que não aceitam esta idéia.

Não é fácil afirmar com precisão a época em que os hebreus começaram a oferecer sacrifícios por pecados com fins de expiação de culpa.

A afirmação acerca do estabelecimento do sacrifício expiatório neste evento não pode ser considerada sem a análise de algumas questões de ordem escriturística, que dizem respeito ao princípio de interpretação gramatical:

- Primeiro: introduzir idéia de culpa e necessidade de reparação por meio de sacrifício animal com derramamento de sangue num evento onde a providência divina visava atender somente uma necessidade latente específica imediata; não parece coerente ao princípio de interpretação gramatical do texto, uma vez que o referido texto não menciona a morte de animais. A idéia pode ser apenas inferida ao texto, sendo subjetiva a extração de tal afirmação;

- Segundo: Um dos mais elementares princípios hermenêuticos diz que " *As Escrituras interpretam as Escrituras*"¹² ou seja, uma interpretação bíblica só pode ser considerada fidedigna se ela encontrar suporte na própria Bíblia . Diferentemente dos demais textos que fazem referência à ofertas e holocaustos e que acham suporte citatório sendo mencionados outras vezes, em outras ocasiões em passagens bíblicas; como por exemplo: Gn. 4:5 (a referência à oferta de Abel e Caim) é citada em Hb. 11:4 e 12: 24 e acerca de Noé, o tipo de sacrifício oferecido, encontra suporte na descrição de Lv. 1:4 e 6: 8-13, bem como faz referência à sua pessoa o texto de Hb. 11: 7.

- Terceiro: Se o referido texto trata do estabelecimento do sacrifício expiatório, uma doutrina de suma importância expressa nas Escrituras Sagradas, porque ele não é mencionado em nenhum outro lugar nas Escrituras? É certo que se o propósito deste texto fosse estabelecer esta tão importante doutrina, inevitavelmente, este texto seria abordado posteriormente pelos autores sagrados, fazendo uso dele e ampliando o seu sentido.

Portanto, como o texto de Gn. 3:21 não é claro sobre a indicação do sacrifício de sangue com vistas à reparação de culpa, permanecemos na

¹² Louis BERKHOF, Princípios de Interpretação Bíblica, 1998, p.22

incerteza acerca de onde Abel e Caim, os primeiros relatados pela Escritura a oferecerem sacrifícios, teriam extraído a idéia de trazerem oferta ao Senhor.

De onde então advém a prática do sacrifício de animais com derramamento de sangue para expiação de culpa?

Champlin¹³ faz referência à fabulas judaicas que afirmam que Adão, ao ser expulso do jardim do Éden erigiu um altar e sobre ele ofereceu holocaustos e que este altar era o mesmo que Caim e Abel ofereceram sua ofertas e que posteriormente fora usado por Noé e por Abraão quando oferecera seu filho Isaque. Mas esse refinamento não faz sentido.

Os povos semíticos, descendentes de Sem, um dos três filhos de Noé, um dos povos mais antigos da história, de onde teriam surgido os hebreus: Gn. 10: 21- 31. também utilizavam o sangue em suas práticas religiosas. Champlin, em nota acerca do sangue faz a seguinte referencia aos Semitas:

Os antigos Semitas identificavam o sangue com o principio da vida biológica. Por esta razão proibiam a ingestão de sangue, derramavam sangue sobre os altares consagrados, cobriam o sangue com terra, nos lugares sagrados ou aplicavam sangue a pedras que representavam deuses. Segundo eles imaginavam, desse modo, os perigos e maravilhas do sangue podiam ser controlados e utilizados. O sangue podia ser visto como perigoso ou benéfico. Por isso mesmo era aspergido sobre os batentes das portas para que a casa fosse protegida. Ou então os idosos tomavam sangue afim de recuperar a vitalidade da sua juventude. E o sangue também era empregado nas cerimônias de purificação e expiação. (grifo meu)¹⁴

Textualmente talvez não seja possível identificar uma data ou evento que fixe o inicio do sacrifício vicário para expiação de culpa antes da implantação da Lei com todas as suas prescrições, normas e regras na forma e modo de apresentar tais sacrifícios como é minuciosamente descrito em Levítico; todavia, era uma prática sempre presente na saga dos patriarcas, a quem Deus chamara para com eles estabelecer uma aliança: Abraão (Gn. 12:7-8, 22;9); Isaque (Gn.

¹³ Russell Norman CHAMPLIN – O Antigo Testamento Interpretado Versículo por Versículo. 1999 Vol. VII p. 5237

¹⁴ Ibi. p. 5239

26:25); Jacó (Gn. 35:1-14)., bem como de seus antepassados; Abel, Noé; como já citamos. Em nota ao V. 20 do Cap. 8 de Gênesis, Champlin argumenta:

Andar com Deus governava a vida de Noé. Ele havia feito provisão para holocaustos, ao fazer entrar na arca certos animais de sete em sete, ou seja, três pares e um macho extra, designado para a alimentação e para o sacrifício .Gn , 7: 2-3.¹⁵

Como Noé saberia da distinção entre animais limpos e imundos? Que subsídios teria para, depois de ter saído da arca levantar um altar e oferecer nele holocaustos ao Senhor? O v. 9 do cap. 6 é enfático em afirmar que Noé andava com Deus. A mesma expressão é usada referindo-se a Enoque, Gn 5:22 e 24. Esse andar com Deus significa uma íntima comunhão e inclui, certamente revelação especial, através da qual, Abel ofereceu sacrifícios a Deus, bem como Noé soube identificar os animais limpos para oferecer em holocausto ao Senhor.

Instituições fundamentais da lei como o Sábado, o santuário ideal, o sacrifício remontam à ordem da criação pré-diluviana e outros como o dízimo e a circuncisão remontam, pelo menos ao período patriarcal, todos antes da normatização da Lei

Assim, sendo, não é difícil entender que ao determinar a observância dos ritos sacrificiais; Deus não precisa explicar porque tais práticas eram necessárias. Era um costume que já fazia parte da vida do povo hebreu, herança religiosa de seus antepassados, adquirida por eles, certamente, por **revelação especial**.

Este pensamento encontra suporte na chamada *teoria piacular*, citada por Berkhof¹⁶ em sua Teologia sistemática. O termo *piacular* – expiatório, vem do latim **pio** – **expiar**. Tal teoria considera todos os sacrifícios da era pré mosaica como sendo expiatórios ou reparatórios. Em todos estes sacrifícios, cuja idéia principal é a imolação do animal, está presente a intenção de se fazer através disso, expiação vicária pelos pecados do ofertante.

Sobre o início desta prática sacrificial, segundo os adeptos desta teoria, Berkhof destaca:

¹⁵ Russell Norman CHAMPLIN – O Antigo Testamento Interpretado Versículo por Versículo. 1999 Vol. I p. 76

¹⁶ Louis BERKHOF, Teologia sistemática, 1990 p. 364

Entre os que acreditam que o elemento piacular estava presentes mesmos nos sacrifícios pré mosaicos, há diferença de opinião quanto a este tipo de sacrifício. Alguns são de opinião de que Deus os instituiu por uma ordem direta, enquanto outros afirmam que eles foram apresentados em obediência a um impulso natural do homem, aliado à reflexão.¹⁷

No entanto, a Bíblia não registra nenhuma declaração no sentido de que Deus tivesse ordenado ao homem que O servisse com sacrifícios no período em que viveu no Jardim do Éden antes da queda. Ainda se pensássemos em ofertas seria, no mínimo, uma incongruência, uma vez que Adão encontrava-se no estado de plena santidade sem nenhuma necessidade de oferecer ofertas a Deus. Não há também, nenhum registro bíblico em que Deus ordene a prática do sacrifício depois da queda do homem e sua expulsão do jardim antes do período mosaico.

A única resposta quanto ao começo e determinação desta prática como meio de reparação de culpa repousa na possibilidade de ser através de revelação especial de Deus ao homem, como declara Berkhof¹⁸; *“mas a impressão que se tem é que os sacrifícios expiatórios após a queda, só podem ter originado de uma determinação divina”*, embora sem registro escriturístico,

2 - CONCEITO MOSAICO - O SISTEMA SACRIFICIAL DO ANTIGO TESTAMENTO.

Na peregrinação pelo deserto, os hebreus recebem a sua Constituição, um dos elementos necessários para a composição do povo como nação. É a partir do livro de Êxodo, onde está o cerne da descrição da Lei, que a prática dos rituais religiosos componentes da cultura religiosa hebraica começam a ser normatizados. Ainda que tais práticas já eram observadas anteriormente com absoluto valor legal, a sua instituição, em forma de Lei acontece a partir do Livro de Êxodo.

O estudo do livro de Levítico é fundamental para a compressão do sistema sacrificial veterotestamentário. Se antes da Toráh (Lei), os hebreus utilizavam práticas sacrificiais com fins de expiação de culpa, o faziam mediante uma

¹⁷ Louis BERKHOF, Teologia sistemática, 1990 p. 364

¹⁸ Ibid. p. 364.

necessidade latente, sem porém, um estabelecimento oficial. A partir de êxodo e mais especificamente em Levítico, que é uma composição do Pentateuco, onde está esboçada toda a Lei religiosa, a prática do sacrifício com derramamento de sangue, torna-se um preceito divino estabelecido oficialmente, com práticas regulares e em meio a rituais solenes. Em Levítico está a normatização da prática sacrificial, que de algum modo já era observada pelos hebreus desde a antigüidade.

Uma leitura cuidadosa do livro de Levítico, revelará a necessidade do sacrifício de animais com derramamento de sangue para expiação da culpa, pois; uma vez que o homem falhou em viver de acordo com as exigências justas de Deus, um meio de expiação tornou-se essencial para que tanto as suas faltas morais como as suas físicas pudessem ser perdoadas. Essas grandes cerimônias foram instituídas para tornar possível a coexistência do Deus Santo com o seu povo pecador.

Comentando sobre a necessidade dos sacrifícios, Erickson diz:

Esses sacrifícios eram necessários não para provocar uma mudança no pecador, ou para impedir os outros de cometer outro pecado, mas expiar o pecado, que merecia intrinsecamente, uma punição. Houve uma ofensa contra a lei de Deus e, portanto, contra Deus em pessoa e isso precisava ser corrigido.¹⁹

Levítico subdivide as Leis em duas seções: aos leigos (Cap. 1 a 6 : 7) e aos sacerdotes (cap. 6:7 a 7 : 38). Os sacrifícios em Israel envolviam a oferta de animais domésticos selecionados, cereais, azeite e vinho. Todos esses produtos simbolizavam o adorador Israelita, que através dos atos de sacrifício, era readmitido na presença de Deus. Em cada sacrifício animal o adorador colocava a mão sobre a cabeça da vítima identificando-se com ela. Como que dizendo: “este animal me representa.” Os sacrifícios de animais envolviam a sua morte e, por isso, os sacrifícios se revestiam de um sentido expiatório; o animal que morria no lugar do adorador pecaminoso representava a redenção da morte que este merecia. Cada sacrifício, porém, tinha as suas características e ênfases religiosas

¹⁹ Milard J. ERICKSON, Introdução à Teologia Sistemática. 1997, p. 330

próprias. Isso é indicado pelos diferentes nomes dos sacrifícios, que, às vezes realçam o aspecto ritual (holocaustos) e, outras vezes, o aspecto teologicamente característico (oferta pacíficas, ofertas pela culpa).

3 - OS TIPOS DE OFERTAS NORMALIZADOS PELA LEI

Todos os tipos de ofertas são normalizadas em Levítico; e cada uma delas se aplicava a uma ocasião específica. Citamos estes sacrifícios e a ocasião em que eram aplicados:

3.1 - HOLOCAUSTO - Heb. *'olā*. = *subida* – Cap. . 1: 1- 17 –

É , evidentemente a forma mais antiga de sacrifício, e o seu nome “olá” indica subida, o que sugere que a essência do animal dava satisfação a Deus enquanto a fumaça sacrificial subia ”²⁰

Consistia no sacrifício de um animal macho. O animal era todo queimado sobre o altar. Este sacrifício objetivava a consagração do adorador ao total serviço a Deus e servia para cobrir os seus pecados (v.4).

3.2 - OFERTAS DE MANJARES – Heb. *minhâ* = *dádiva* - – Lv. 2: 1-16 –

O termo minhã significa em geral uma “dádiva” , seja como expressão de reverência (Jz. 6:19, I Sm. 10: 27), de gratidão (Sl 96:8) de homenagem (Gn 32:14; 43:11) ou de lealdade (II Sm 8: 2; II Cr. 17:11).²¹

Era normalmente oferecida em conjunto com um sacrifício animal. Consistia em farinha de trigo misturada com azeite, incenso e sal. A mistura era cozida, assada ou frita. Tal como os outros sacrifícios, essa oferta simbolizava a dedicação do adorador a Deus.

3.3 - SACRIFÍCIOS PACÍFICOS – Heb. *zebah selamîm* – Lv. 3: 1-17 e 22: 18-30

O termo “zebah” deriva de uma raiz que denota o abate sacrificial, e descrevia uma oferta que visava promover um senso de comunhão entre o ofertante e Deus²².

²⁰ R.K. HARRISON, Levítico – Introdução e comentário. 1983 p. 40

²¹ Ibid. p. 44-45

²² R.K. HARRISON, Levítico – Introdução e comentário. 1983. P. 53-54

Também chamada de oferta da comunhão ou da aliança. O termo hebraico usado está ligado com a palavra shalon, que significa paz, logo, melhor seria denominado sacrifício de bem-estar. Era um sacrifício oferecido quando alguém buscava a benção de Deus ou celebrava uma benção recebida. Era oferecido afim de enfatizar uma oração solene (com um voto), ou quando esse tipo de oração era atendida, ou por simples gratidão. A idéia de vicariedade, porém está implícita neste tipo de sacrifício, ainda que a motivação seja gratidão, todavia, necessário se faz a colocação na mão da cabeça do animal (transferência ou representatividade) , bem como o derramamento do sangue deste 3: 2, 8 e 13.

3.4 - SACRIFÍCIOS PELOS PECADOS – *Heb. hattã't = errar o alvo.* Lv. 4:1 a 5:13

Pecar vem do Hebraico hátã , raiz que significa basicamente “errar o alvo”. Ao pecar o transgressor realmente perde o objetivo real da existência que é viver em obediência aos mandamentos de Deus e ser santo conforme Ele é Santo: Lv. 11:4; 19: 2; etc.²³

“Com as palavras ”Quando alguém pecar” (4:2), Moisés introduz a sua instrução aos leigos acerca das ofertas do pecado. Mesmo que todos os sacrifícios até certo ponto faça expiação pelo pecado, a expiação é a preocupação dominante das ofertas pelo pecado. O pecado e a impureza tornam uma pessoa incapaz de estar na presença de Deus e poluem o santuário impossibilitando a habitação de Deus ali. A oferta pelo pecado tem por função tratar desse aspecto do pecado, purificando tanto o adorador quanto o santuário. A característica diferenciadora da oferta pelo pecado é o uso do sangue e do sacrifício. Em outros tipos de sacrifício o sangue do animal era aspergido ao lado do altar, mas no caso do sacrifício pelo pecado poderia ser aplicado nos chifres do altar, ou dentro da tenda do tabernáculo (no altar do incenso ou diante do véu), ou mesmo dentro do Santo dos Santos. Visto que o tabernáculo e seus móveis e utensílios estavam intimamente associados ao povo que vinham encontra Deus ali; o pecado do povo contaminava o tabernáculo tanto quanto ao

²³ R.K. HARRISON, Levítico – Introdução e comentário. 1983, p. .51

próprio povo. Essa poluição requeria purificação. (Bíblia de Estudo de Genebra , Lv. 4:1 – 5:13 – nota). Estes sacrifícios eram oferecidos individualmente, cada um por seu próprio pecado.

3.5 - SACRIFÍCIOS PELO SACRILÉGIO - Heb. *'asãm = reparação* - Lv. 5: 14-19

O enfoque deste sacrifício é a restituição ou reparação quanto à profanação ou danos causados. São mencionados três tipos de pecado que requerem ofertas pela culpa: o abuso das *coisas sagradas do Senhor* (5:15-16); pecados *envolvendo aquilo que não se deve fazer* (5: 17-19) e violação dos direitos e da propriedade do próximo (6: 2-7). As condições para se obter a expiação deste tipo de culpa são apropriadamente descritas por Harrison:

Antes que o transgressor em qualquer destes assuntos especificados pudesse ser perdoado, tinha primeiramente de fazer a restituição apropriada e pagar uma sobretaxa adicional de uma quinta parte dos bens, presumivelmente em quantidades de prata por peso. Somente depois da transgressão ter sido adequadamente tratada é que o transgressor poderia trazer seu carneiro sem defeito corretamente avaliado como oferta pelo sacrilégio (conf. 5:15-18), e receber a expiação mediante a confissão do pecado e do sacrifício”²⁴

O povo judeu, a quem Deus se revelara de modo singular, através da aliança que estava sendo estabelecida no Sinai, a essa altura, percebiam o grande distanciamento que havia entre o Deus santo, todo Poderoso e eles, ínfimos pecadores. O que está implícito em Levítico atesta isto: primeiro – Deus está presente no meio de seu povo; segundo – porque Deus é Santo, o seu povo também deve ser santo. Uma vez que o homem é pecador, ele não pode habitar com o Deus santo. O contato entre o pecador e a santidade divina pode resultar em morte. Daí ser de máxima importância a expiação pelo pecado através da oferta de sacrifício.

Se antes da normatização da Lei, a oferta sacrificial já era praticada com vistas à expiação de culpa, pois desde a criação do homem, Deus já havia lhe

²⁴ R.K. HARRISON, Levítico - Introdução e comentário, 1983, p. 67

dado leis expressas (Gn 2:16 e 17), bem como estas leis estavam impressas em seu coração, de modo que mesmo depois da queda o homem não perdera o senso de responsabilidade e a consciência de culpa era latente; agora, a partir da oficialização normativa destas leis que oralmente era transmitido e observado, todos estes rituais estão oficializados e a compreensão da sua importância parece algo claro na mente do povo judeu.

4 - DEFINIÇÃO DO TERMO E FUNDAMENTAÇÃO DA DOUTRINA DA EXPIAÇÃO NO ANTIGO TESTAMENTO

A palavra hebraica mais comum no Antigo Testamento para designar os vários tipos de expiação é *kāphar*. Literalmente a palavra significa “cobrir”. Clark assim define o termo:

Expição significa purificar, lavar, cobrir, fazer reparação, dar satisfação, especialmente sofrendo uma penalidade ou castigo, como no caso da expiação de um crime. Sofrer a penalidade importa em assegurar a remissão.²⁵

A expiação de culpa no Antigo Testamento somente é possível mediante o sacrifício de animais com o derramamento de sangue; e o derramar do sangue propiciava o povo enquanto indivíduo e enquanto povo a estar na presença de Deus sem ser aniquilado. Os animais sacrificados representa o castigo aplicado como consequência da violação da justiça de Deus e o sangue derramado e aspergido sobre o altar proclama a remissão e o perdão dos pecados. O Antigo Testamento fornece provas suficientes desta compressão; e a grande tese que permeia toda a Escritura **“sem derramamento de sangue não há remissão de pecados”** (Hb. 9:22) encontra aqui, mais especificamente no livro de Levítico; elementos suficientes para sustentar este princípio divino.

4.1 - textos que mostram a prática da expiação

No Livro de Levítico estão toda a base da doutrina veterotestamentária da expiação através do sacrifício de um animal e o derramar do sangue deste e é de onde se extrai as provas necessárias para a sua comprovação:

²⁵ David S. CLARK, Compêndio de Teologia Sistemática.1988. p. 309.

- Os capítulos quatro a seis descrevem a expiação sacrificial pelo pecado;
- Lv. 1: 4 – *“e porá a sua mão sobre a cabeça do holocausto para que seja aceito por ele, para a sua expiação”*. Essa colocação da mão dobre a cabeça representava a transferencia da culpa do ofertante para a oferta.
- Lv. 4: 3-4 – O pecado de um sacerdote:” *Trará o novilho, porá a mão sobre a cabeça do novilho, matará o novilho e aspergirá o sangue diante do Senhor”*.
- Lv. 4: 13-30 - Pecado de toda a congregação: trazer um novilho, por a mãos sobre o novilho, matá-lo e aspergir o sangue.
- V. 20 – *”O sacerdote por eles fará propiciação, e lhes será perdoado o pecado.”*
- Lv. 4: 22-23 – Quando um príncipe pecar, trará uma oferta.
v. 26 *”assim o sacerdote por ele fará expiação do seu pecado, e lhe será perdoado.”*
- Lv. 4:27-28 - *“ Se alguém dentre o povo pecar por ignorância, trará uma oferta.”*
V. 29 – *”e porá a sua mão sobre a cabeça da expiação do pecado, e degolará no lugar do holocausto.”*
V. 31 – *“ O sacerdote fará expiação e lhe será perdoado o seu pecado.”*
v. 35 - *“ Tirará toda a gordura como se tira a gordura do sacrifício pacífico, o sacerdote a queimará sobre o altar, em cima das ofertas queimadas do Senhor; assim, o sacerdote por esta pessoa, fará expiação do seu pecado que cometeu.”*
- Lv. 5: 2 – *“Quando alguém tocar em coisa imunda, seja corpo morto de besta-fera imunda, seja corpo morto de animal imundo, seja corpo de réptil imundo, ainda que lhe fosse oculto, e tornar se imundo, então será culpado”*
V. 10 – *“O sacerdote, por ele fará oferta pelo pecado que cometeu e será perdoado.”*
- Lv. 5:15 – *“ Quando alguém cometer ofensa e pecar por ignorância nas coisas sagradas do Senhor”:*
V. 16 –*“Assim restituirá o que ele tirou das coisas sagradas, e ainda acrescentará o seu quinto, e o dará ao sacerdote, assim o sacerdote, com o carneiro da oferta pela culpa, fará expiação por ele, e lhe será perdoado.”*
- Lv. 6: 2-3 – *“ Quando uma pessoa pecar e cometer ofensa contra o Senhor, e negar ao seu próximo o que lhe deu em depósito, ou penhor, ou roubar, ou tiver usado de extorsão para como seu próximo, ou que, tendo achado o perdido, o negar com falso juramento, ou fizer alguma outra coisa de todas que o homem costuma pecar, “*
V. 4-7 – *“ será, pois que, tendo pecado e ficada culpada, restituirá aquilo que roubou, ou que extorquiou, ou o depósito que lhe foi dado, ou o perdido que achou, ou tudo aquilo que jurou falsamente, e o restituirá por inteiro e ainda a isso acrescentará a*

quinta parte; àquele a quem pertence, lho dará no dia da sua oferta pela culpa. E por sua oferta pela culpa, trará do rebanho, ao Senhor um carneiro sem defeito, conforme a tua avaliação, para o sacerdote pela culpa; trá-lo-á ao sacerdote. E o sacerdote fará expiação por ela diante do Senhor, e será perdoado de qualquer de todas as coisas que fez, tornado-se por isso culpada.”

4.2 – a páscoa

Outra prova extraída do antigo Testamento que não está na descrição da normatização da Lei em Levítico, mas que aponta para um sentido expiatório é a Páscoa, a mais antiga festa judaica, celebrada por ocasião do crepúsculo do décimo quarto dia do primeiro mês (adibe – março - abril) e durava sete dias consecutivos. O evento mais marcante na Páscoa era o sacrifício de um cordeiro sem defeito, efetuado por cada família, cujo sangue deveria passado em ambas as ombreira e verga da porta de cada casa dos hebreus Ex. 12:1 –28. O sangue do cordeiro passado nos umbrais das portas implicava na morte de um animal, e isso representava o impedimento dos primogênitos dos hebreus serem atingidos pelo anjo da morte que feriu todo o Egito v. 22-23, não sendo poupado nenhum primogênito, quer humano, quer animal. A páscoa mostra como foram libertos todos os que estavam sob a proteção do sangue.

Todas estas passagens mostram os diversos tipos de pecados sendo expiado pelo sacrifício, e então sendo perdoados.

4.3 – o dia nacional da expiação

No Antigo Testamento, a prática da expiação encontra o seu ápice no Dia da Expição, um outro evento que respalda a fundamentação da doutrina. Consistia de uma data solene observada anualmente e era considerado o dia mais santo no calendário do povo judeu. Até aqui são descritos sacrifícios pelos pecados cometido individualmente. Mencionamos os vários tipos de sacrifícios e a ocasião que eram observados. Todavia, como diz o Dr. Antônio Neves de Mesquita, o cume da prática sacrificial repousava no dia anual da expiação:

O ritual não estaria completo quanto à idéia de expiação sem o capítulo dezesseis de Levítico, onde é tratado o ritual máximo do Tabernáculo. Ele é a cúpula de tudo quanto se fazia nos dias de culto a Yaweh. O ritual do dia nacional da expiação contém a idéia fundamental da expiação pelo pecado mediante o sangue da vítima propiciatória quando o sacerdote estava na

presença de Yaweh, e sobre a tampa da arca fazia propiciação por todo o povo conjuntamente.²⁶

O dia da expiação, em que uma expiação anual pelos pecados da nação era feita, era o dia mais santo do calendário do Antigo Testamento. Caía no sétimo mês dos hebreus, tisri, (setembro - outubro), segundo Harrison, p. 161, no dia 10 deste mês; seis meses após a páscoa. Acontecia entre a festa das Trombetas, no primeiro dia do mês e a festa dos Tabernáculos, no décimo quarto dia. o ritual do Dia da Expiação envolvia o oferecimento de vários sacrifícios, a entrada do sumo sacerdote no “Lugar Santíssimo” e o envio de um bode para o deserto, levando sobre-se simbolicamente os pecados do povo.

O Dia da expiação. Descrito no capítulo dezesseis de Levítico seguia os seguintes passos:

- a – o sacerdote se banhava e se vestia – v. 4;
- b – sacrificava por si mesmo um touro como oferta pelo pecado v. 6 e 11;
- b – entrava no Santo dos Santos salpicava a arca com sangue v. 12-14;
- d – tomava dois bodes e pelo lançamento de sorte, escolhia aquele que seria o bode emissário enquanto o outro seria uma oferta pelo pecado v. 7 e 8;
- e – sacrificava um bode como oferta pelo pecado v. 15;
- f – entrava no Santo dos Santos e aspergia a arca com sangue v. 4. 15;
- g – saía para a parte externa da tenda e a salpicava com sangue v. 16;
- h – ia para o átrio e aspergia com sangue o altar principal v. 18-19;
- i – confessava os pecados dos israelitas e impunha as mãos sobre a cabeça do bode emissário v. 21;
- j – enviava o bode emissário para o deserto v. 21 e 22;
- l – uma vez enviado o bode emissário, o sumo sacerdote tirava as suas vestes de linho, vestia as vestes regulares e se lavava v. 23 e 24;
- m - e finalmente oferecia holocaustos por si mesmo e pelo povo v. 24 e 25.

Para o sumo sacerdote, os aspectos mais importantes da cerimônia eram a entrada no Santo dos Santos com o sangue da oferta pelo pecado, que acontecia somente uma vez por ano, exatamente por ocasião do dia nacional da expiação e

²⁶ Antônio Neves de MESQUITA, Estudo no Livro de Levítico. 1970, p. 106

o envio do bode emissário para o deserto. Essas ações expiavam os pecados do povo e as ofertas pelo pecado purificava o santuário e o povo.

Em outras ocasiões o sumo sacerdote adentrava somente até ao Lugar Santo onde estava o altar do incenso, o candelabro de ouro e a mesa com os pães da proposição. Mas no Santo dos Santos, o ponto focal da presença de Deus no tabernáculo, onde ficava guardada a arca da aliança, a entrada era rara e perigosa. Por isso a entrada ali só era permitida uma vez por ano acompanhada de todo um aparato cerimonial com muitos sacrifícios, não só individuais mas coletivos, indicando justamente a profundidade da expiação que era feita.

4.4 - a cerimônia do bode emissário (no original – ‘aza’zél);

Tendo colocado os dois bodes diante do Senhor, Arão, o sumo sacerdote, lançava sorte sobre eles como uma cerimônia preliminar dos rituais purificatórios da comunidade. O lançar sortes provavelmente envolvia o uso das pedras sagradas , o Urim e Tumim para determinar qual bode deveria ser sacrificado ao Senhor e qual deveria atribuído para Azazel. Quanto ao significado da palavra Azazel, lançamos mão da opinião de Harrison:

O significado da palavra Azazel está longe de ficar certo. Era porém um termo tão familiar no período do deserto e nos períodos posteriores que não era considerado necessário conservar seu significado com o acréscimo de uma glosa explanatória. A palavra pode talvez significar “remoção” ou “despedida”, mas visto que só ocorre neste capítulo em conexão com as funções rituais específicas, esta explicação é tanto circunstancial quanto inferencial.²⁷

A tradução desta palavra tem variado muito e inclui várias interpretações: Harrison²⁸ diz que para Wycliffe azazel quer dizer “que será mandado embora”, para Knox significava “para liberação” e a NEB - *The New English Bible* – a traduz como “para o precipício”. A idéia de precipício parece derivar da tradição talmúdica , onde azazel foi traduzido por “montanha íngreme”. A alusão parece ter sido o encosto precipitoso ou rocha no deserto de onde no período pós – exílico, o bode era arremessado para a morte.

²⁷ R.K. HARRISON, Levítico – Introdução e Comentário.1983, p. 156

²⁸ Ibid. p. 157

O significado incerto da palavra “Azazel”, que as traduções portuguesas adotaram emissário, tem sido motivo de polêmica e discussão entre teólogos, gerando inclusive desvios doutrinários graves, como no caso dos Adventistas do Sétimo Dia que afirmam que azazel é a palavra hebraica para demônios. Assim posto, o bode emissário que levava o pecado do povo para o deserto era “enviado para azazel”, ficando azazel, o demônio, com o pecado do povo. Mas como pode os pecados do povo de Deus enviado para o demônio? Sobre este assunto, Mesquita comenta:

Lv. 16:8 diz que as sortes lançada seriam sobre os dois bodes: uma para o que seria sacrificado ao Senhor e a outra deveria ser para o bode emissário, o bode para azazel. Vejamos que as duas expressões são postas uma contra a outra: “um bode para o Senhor” e “um bode para Azazel”. O bode tomado para o Senhor seria morto e com o seu sangue seria feito a expiação do pecado. Sobre o bode para Azazel, seriam confessados os pecados do povo, sendo ele enviado para Azazel, portanto para outra pessoa. Quem era essa pessoa? Eis a dificuldade. Os rabis, ignorando o verdadeiro significado do vocábulo, interpretaram-no como sendo o demônio, como faz aliás, muitos comentaristas. Algumas passagens na bíblia mostram que a concepção geral era a de que o deserto era a morada dos demônios (Is. 13:21; 34:14; Mt. 12:34; Lc. 11:24; Ap. 18:2). A remoção dos pecados é também noutras passagens comparada como sendo levada para as partes mais remotas da terra (Mq. 7:19; Sl. 103:12). Portanto a remoção dos pecados para um lugar distante, impreciso simbolizava perfeitamente a idéia de completo perdão e esquecimento por parte de Deus. Conclui-se pois que os pecados expiados no Santo dos Santos e confessados sobre o bode eram depois enviados para azazel, o demônio, que habitava nas regiões remotas e perdidas. Mas como pode os pecados do povo de Deus ser enviados ao demônio? Alguns supostos evangélicos afirmam que os pecados são postos sobre satanás, o autor do pecado, e são por ele levados para o deserto. Neste caso o bode seria o próprio Azazel, o que não é verdade. O erro perigoso está justamente nesta interpretação. O bode para Azazel não significa que o dito bode fosse Azazel, mas ia para Azazel. O diabo é o autor do pecado mas não o que leva o pecado.²⁹

Os dois bodes eram virtualmente um só. Um expiava por meio do sangue o pecado do povo e o outro levava os pecados perdoados e confessados para o deserto, o lugar de habitação dos demônios. Assim o diabo não leva os pecados

²⁹ Antônio Neves de MESQUITA, Estudo no Livro de Levítico. 1970, p. 120

de ninguém. São pecados que não mais podem fazer mal pois já estão pagos. O bode, pois, não tinha outro papel, senão ir ao encontro do autor do pecado para lhe entregar a sua obra destruída.

Assim posto, no grande dia nacional da expiação, o dia em que todos os sacrifícios individuais eram resumidos em um único sacrifício, que envolvia a purificação do sumo sacerdote para representar o povo e culminava na cerimônia dos dois bodes, o sacrificado ao Senhor e o que deveria ser enviado ao deserto levando para fora do arraial, para nunca mais voltar, todos os pecados do povo.

O conceito de expiação de pecados através do derramamento de sangue é exaustivamente mencionado no Antigo Testamento, tendo como base a sua normatização mediante a lei, que na verdade, teve o papel de regulamentar aquilo que anteriormente já era observado.

A essa altura o povo hebreu tinha plena consciência da necessidade do sacrifício expiatório afim de promover o apaziguamento da ojeriza de Deus pelos seus pecados. Uma vez que o pecado do homem provocou a sua separação de Deus, algo precisava ser feito para que fosse promovida a reconciliação. O sacrifício de animais possuíam caráter vicário, sobre os quais eram imputados o pecado do povo, assim Deus era propiciado e a ira pelo pecado era aplacada através do sangue expiatório do animal.

CAPÍTULO II

A RELAÇÃO DO CONCEITO DE EXPIAÇÃO ENTRE O ANTIGO E O NOVO TESTAMENTO

No Antigo Testamento, o perdão de Deus é algo que os hebreus possuem plena convicção acerca da sua necessidade. O pecado produz esta necessidade. A queda do homem em Gn 3 provoca a morte, separação do Deus Santo e do homem agora impuro, que se incorre em várias sentenças e castigos como conseqüência de seu ato de desobediência. Fica evidente a necessidade de reparação do mal praticado pelo homem. No v. 15 deste mesmo capítulo, no chamado “proto evangelho” Deus promete redenção ao proferir que da semente da mulher sairia “um” que esmagaria a cabeça da serpente. E sob esta promessa é que os escolhidos de Deus viveram no passado.

Com o pecado introduzido no mundo, o acesso à presença de Deus agora é impedido. A natureza decaída do homem sempre o impulsiona para cada vez mais distante de Deus, conquanto o desígnio do seu coração é sempre mal e total a sua depravação: Gn. 6:5. Assim, para que o homem pudesse ter novamente acesso à Deus era necessário haver uma reconciliação. E o meio de promover esta reconciliação foi instrumento que consistia em algo que pagasse ou cobrisse a culpa do homem, uma vez que a justiça de Deus fora ferida e este agravo não poderia permanecer impune. A reparação consiste em um sacrifício que envolve o derramamento do sangue da vítima, sempre composta de um animal sem nenhum defeito, que deveria substituir o pecador, autor do agravo à santidade e à justiça de Deus. E deste modo que é feita a expiação dos pecados em todo o pacto na antiga aliança.

O propósito eterno de Deus é demonstrar ao homem a sua graça, para que, sob esta compreensão, o homem possa glorificá-Lo eternamente,. No

processo progressivo de revelação, Deus vai inculcando no homem os seus princípios, aquilo que é totalmente indispensável para o relacionamento ente Si e o homem. Todo o sistema sacrificial observado pelos patriarcas e oficializado pela Lei, como vimos no capítulo anterior, não se restringe somente ao período de sua implantação, mas permearia todos os momentos da vida do povo de Israel. A abstenção de animais impuros, a guarda do Sábado, as festas, a prática dos sacrifícios era algo inerente à vida do povo judeu, não somente no momento de sua implantação, mas é algo que passa a fazer parte de seu cotidiano ao longo dos séculos como prática religiosa.

Não era claro aos antepassados, mas nos é nítido nos dias de hoje que os princípios divinos estabelecidos na Antiga Aliança, que são imutáveis, não possuíam um fim em si só. Sua extensão vai muito mais além do que mero formalismo religioso ou elemento cultural de uma sociedade. O sistema sacrificial veterotestamentário apontava para uma dispensação superior, onde o princípio permanece absolutamente inalterado na sua essência, mas totalmente modificado na forma. Ao analisarmos este princípio sob a ótica da Nova Aliança, propomos estabelecer a relação ente os dois momentos deste pacto relacional entre Deus e o homem, apontando a relação do sistema sacrificial veterotestamentário com o conceito neotestamentário.

A literatura poética do Antigo Testamento fala de uma promessa vindoura de libertação e resgate (Sl. 22, 69). Os profetas prenunciaram um Messias que traria libertação e redenção ao povo. Isaías falou de um Servo Sofredor que levaria os pecados de muitos (53: 11).

O ápice da manifestação do amor de Deus repousa no envio de Jesus Cristo, o Seu Filho unigênito para a salvação de todo aquele que Nele haveria de crer; Jo. 3:16. A promessa tão aguardada enfim estava se cumprindo, era a plenitude do tempo (Gl. 4:4) onde as promessas do Pai seriam realizadas. Em Jo. 3:17 Ele próprio, o Filho, declara ter sido enviado ao *mundo* não para julgar o *mundo*, mas para que o *mundo* fosse salvo por Ele; declarando assim a sua profunda consciência de que o Pai o tinha enviado e que ele precisava fazer a obra do Pai. Jesus tinha a plena convicção de que sua vida e morte consistia no cumprimento das profecias do Antigo Testamento. Sobre este ponto Erickson destaca:

Em especial, Jesus interpretava a própria vida e morte como um cumprimento claro de Isaías 53. Na última ceia Ele disse: “pois vos digo que importa que se cumpra em mim o que está escrito: Ele foi contado com os malfeitores. Porque o que a mim se refere está sendo cumprido” (Lc. 22:37). Ele estava citando Isaías 53:12, identificando assim com o Servo Sofredor. Suas referências freqüentes ao sofrimento deixam claro que ele via a própria morte razão primeira de sua vinda. Por exemplo, ele disse claramente aos discípulos que o Filho do homem deveria sofrer muitas coisas, ser rejeitado pelas autoridades religiosas e ser morto (Mc. 8:31).³⁰

Jesus entendia que sua morte construía um **resgate**, indicando que a oferta de sua vida seria o meio pelo qual muitos seriam libertos da escravidão (Mt. 20:28; Mc.10:45).

Jesus se via também como **substituto**. Esse conceito é especialmente proeminente no evangelho de João. Ele disse: “Ninguém tem amor maior do que este: de dar a própria vida em favor de seus amigos” (Jo. 15:13). Ele estava aqui estabelecendo um princípio de ampla aplicação. A ocasião desta afirmação era às vésperas de sua crucificação e o que estava na mente de Jesus era que a sua morte seria uma morte vicária, substitutiva, quando Ele morreria em lugar de muitos.

A afirmação de João Batista ao ver Jesus: “Eis o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo!”(Jo. 1:29) atesta o fato de que Jesus era o **sacrifício** pelo pecado estabelecido no pacto da Nova Aliança.

Sumariando, Jesus via uma identificação estreita ente si mesmo e seu Pai. Ele falava regularmente que o Pai o havia enviado. Ele e o Pai são um, portanto, a obra que o Filho fazia também era a obra do Pai. Jesus veio com o propósito de dar a vida como resgate, o meio de libertar as pessoas que estavam escravizadas ao pecado. Ele se ofereceu como substituto por elas. Paradoxalmente a sua morte nos dá vida, nós a obtemos quando O recebemos em nós. Sua morte foi um sacrifício tipificado pelo sistema sacrificial do Antigo Testamento. Esses temas variados são elementos vitais para a nossa compreensão da doutrina da expiação.

³⁰ Millard J. ERICKSON, Introdução à Teologia Sistemática. 1997, p. 331.

Para melhor entendimento da doutrina da expiação, necessário se faz a compreensão dos termos que são empregados em conexão com ela, observando a exposição segundo Clark:³¹

“Expiação- Não é apenas reconciliação. Este é somente um de seus aspectos. Ela envolve a idéia de culpa, a qual precisa ser removida. A palavra culpa expressa duas coisas: primeiro: delito, ofensa, agravo, poluição, torpeza moral, agravo, criminalidade; segundo: ser passível de castigo ou penalidade. Expiação significa cobrir, lavar, purificar, dar satisfação, especialmente sofrendo punição ou castigo.

Propiciar- significa aplacar, ou tornar favorável alguém a quem se ofendeu. A culpa é expiada e Deus é propiciado.

Vicário – significa em lugar de outrem ; vicário é um substitutivo, alguém que toma o lugar de outro.

Imputar- significa lançar à conta de alguém, colocar sobre.

Isto posto, vejamos alguns termos que são relacionados com a Doutrina da Expiação:

1 - TERMOS RELACIONADOS COM A DOCTRINA DA EXPIAÇÃO

1.1 – A expiação envolve a obediência ativa e passiva de Jesus

A abordagem da doutrina da expiação envolve diretamente o aspecto da obediência ativa e passiva de Cristo, que como Servo cumpre todas as exigências do pacto com o Pai. Para cumprir estas exigências pactuais Jesus não fez a sua própria vontade mas cumpriu a vontade daquele que o enviou, sujeitando-se inclusive à morte na cruz.; como Servo que cumpre tais exigências do pacto com o Pai, Ele não veio não para fazer a Sua própria vontade, mas a vontade do Pai que o enviou. Em tudo Ele foi obediente ao Pai, mesmo tendo que morrer. A obediência é uma das idéias chaves para o fato de Jesus Cristo, sem pecado obedecer perfeitamente a lei. Ele nasceu debaixo da lei e cumpriu perfeitamente todas as exigências dela.

³¹ David S. CLARK. Compêndio de Teologia Sistemática, 1988, p´. 309.

A obediência de Cristo é vista de duas maneiras: Ativa e Passiva. Necessário se faz uma distinção útil para a melhor compreensão do assunto, muito embora ambas são estritamente *obediência*.

1.1.1 – Obediência ativa –

Esta se refere ao estar debaixo da lei, sendo Cristo obediente a todas as exigências dela. Ele viveu uma vida de conformidade com as regras de vida que todos os homens idealmente deveriam obedecer.

A plena e perpétua comunhão com Deus somente seria assegurada a Adão e Eva se eles tivessem obedecido às leis expressas que Deus lhes havia dado. O primeiro casal precisava passar pelo teste da obediência, vivendo sob perfeita obediência por determinado período de tempo para então; de comunhão perfeita passarem a gozar a vida eterna. Com a queda, porém, o homem perdeu todas as promessas divinas decorrentes da obediência. O princípio, no entanto, permanece inalterado: O homem precisa ser encontrado justo para diante de Deus para obter a vida eterna, porém isto lhe é impossível por causa de sua incapacidade de obedecer plenamente a Deus.

Cristo, porém fez isso. Jesus teve uma vida de perfeita obediência a Deus afim de que pudesse obter justiça por nós. Para que esta justiça nos fosse imputada, era necessário que Cristo obedecesse perfeita e plenamente, ao longo de toda sua vida, todos os preceitos da lei, de modo que os méritos de sua perfeita obediência pudessem se contados em nosso favor (Fl. 3:9).

Heber Campos assim declara acerca desta obediência ativa de Cristo:

Ele viveu a vida que o primeiro Adão, lá no paraíso, deveria viver. Cristo viveu absolutamente sem transgredir qualquer preceito da lei de Deus, vivendo, portanto sem pecado. Como o representante do Seu povo, sendo o Segundo Adão, Cristo foi obediente, mesmo quando foi tentado por Satanás e pelos homens nos seus procedimentos neste mundo. ³²

Cristo não morreu “simplesmente” pelos nossos pecados. Sua obra vai muito mais além disso; Ele guardou todos os princípios da lei de Deus, não tropeçando em nenhum deles para assim oferecer justiça diante de Deus por nós. O texto de Rm. 5:19 atesta isto: “*porque pela desobediência de um só homem muitos*

³² Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1988, p. 32

se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos.”

Sobre a necessidade da obediência ativa de Cristo; Berkhof assevera:

A obediência ativa de Cristo foi necessária para tornar aceitável a Deus a sua obediência passiva, isto é, para fazer dela objeto do beneplácito de Deus. É somente por causa da obediência ativa de Cristo que seus sofrimentos recebem de Deus uma avaliação diferente da que recebem o sofrimento dos perdidos, além disso, se Cristo não tivesse prestado obediência ativa, a própria natureza humana de Cristo teria ficado aquém das justas exigências de Deus, e Cristo não teria competência para fazer expiação a favor de outros.³³

Ainda sobre a total necessidade de uma obediência ativa por Jesus para que através de sua Obra sacrificial fosse realizada e satisfeita a justiça de Deus, Grunden destaca:

Jesus não tinha necessidade de viver uma vida de obediência perfeita para o seu próprio bem, senão em nosso favor, antes que pudesse ser um sacrifício sem pecado por nós. Jesus não tinha essa necessidade porque ele tinha compartilhado amor e comunhão com o Pai por toda a eternidade e era em seu próprio caráter, eternamente digno da boa vontade e deleite do Pai. Antes, Ele teve que “cumprir toda a justiça” para o nosso bem, isto é, em benefício da pessoas que Ele representava como cabeça. A não ser que Ele não tivesse feito isto por nós, não teríamos nenhum registro de obediência mediante o qual poderíamos merecer o favor de Deus e a vida eterna com Ele.³⁴

A obra de Cristo mereceu para os pecadores, mais do que o perdão de seus pecados. De acordo com Gl.: 4-5: *“vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei., afim de que recebêssemos a adoção de filhos.”* Os eleitos de Deus, por intermédio de Cristo, ficaram livres da lei como condição para a vida e são adotados como filhos de Deus, e como filhos de Deus, herdeiros da vida eterna. Tudo isso é condicionado primeiramente pela obediência ativa de Cristo.

Portanto, a obediência ativa de Cristo é elementar para a redenção dos eleitos, pois ela se refere ao estar Cristo debaixo da lei, sendo obediente à todas

³⁰ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 381

³⁴ Wayne GRUNDEN, Teologia Sistemática, 1999, p. 474.

as exigências da lei e cumprindo todos os preceitos dela. Ele viveu uma vida de conformidade com as regras de vida estabelecidas por Deus; regras que todos os homens idealmente deveriam obedecer, mas que por incapacidade não obedecem, sendo somente possível serem declarados justos diante de Deus por meio da representatividade que têm em Jesus Cristo.

1.1.2 – Obediência passiva -

Além de obedecer perfeitamente à toda lei em nosso favor, durante a sua vida, Jesus também tomou sobre si todos os sofrimentos necessário para pagar a penalidade do nosso pecado.

O termo “passiva” não deve ser entendido como Cristo foi “passivo” em tudo que obedeceu, ou seja, uma espécie de vítima involuntária de uma obediência que foi imposta sobre ele. Esta obediência passiva se refere a Jesus como aquele que sofreu todas as penalidades da lei por causa da transgressão do Seu povo. Sua ação aqui, foi novamente como representante daqueles por quem morreu. Judicialmente, Jesus foi tratado como culpado porque os nossos pecados foram imputados a Ele. Deste modo, Ele recebeu as sanções penais da lei quando, sendo nosso representante, sofreu e morreu pendurado no madeiro. Falando desta passividade, Grunden³⁵ destaca que “num sentido mais amplo, a pena que Cristo suportou ao pagar nossos pecados foi um sofrimento tanto em seu corpo, como em sua alma durante toda a sua vida aqui na terra”. Embora os sofrimentos de Cristo tenham culminado em sua morte na cruz, toda a sua vida num mundo caído, pervertido e dominado pelo pecado se constituiu em grande sofrimento.

Portanto, a obediência passiva refere-se aos sofrimentos de Cristo, mas de um modo específico, refere-se à sua morte judicial na cruz.

Jesus foi tremendamente ativo em seus sofrimentos, agindo voluntariamente, sofrendo não uma morte que lhe tenha sido imposta, mas entregando-se à morte voluntariamente: *“Por isso, o Pai me ama, porque eu dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para entregá-la e também para reavê-la. Este mandamento recebi de meu Pai.”* (Jo. 10: 17-18). A Escritura é clara em afirmar que Jesus foi

³⁵ Wayne GRUNDEN, Teologia Sistemática, 1999, p. 474.

obediente até à morte. A obediência passiva não significa que Cristo tenha sido vencido pela morte, mas que Ele deixou-se morrer, cumprindo o plano redentivo previamente determinado pelo Pai.

Como Mediador, no aspeto passivo de sua obediência ao Pai, Cristo entrou também numa relação penal com a lei. A fim de cumprir a pena em nosso lugar. Sua obediência passiva consistiu em Seu cumprimento da penalidade do pecado mediante os Seus sofrimentos e morte, cancelando assim, o débito de todo o Seu povo.

Sobre o valor dos sofrimentos de Cristo no aspecto passivo da Sua obediência, Berkhof declara:

Os sofrimentos de Cristo não Lhe sobrevieram acidentalmente, nem como resultado de circunstâncias meramente naturais. Foram lançados judicialmente sobre Ele como nosso representante e, portanto, foram sofrimentos realmente penais. O valor redentor desses sofrimentos resulta dos seguintes fatos: foram padecidos por uma pessoa divina, que somente em virtude de Sua divindade, podia sofrer a penalidade até o fim e assim libertar-se dela; foram sofrimentos estritamente morais, pois Cristo os tomou sobre Si voluntariamente e, ao padecê-los, era perfeitamente inocente e santo.³⁶

Assim, tendo em vista o valor infinito da pessoa que carregou os sofrimentos, se encarregando de pagar o preço pelo pecado e sofrer a maldição, tais sofrimentos satisfizeram essencial e intensivamente a justiça de Deus.

Jesus Cristo exercitou o papel da obediência de forma consciente e voluntária, já sabendo previamente de todas as coisas que estavam por vir sobre si. A palavra passiva não deve ser entendida como significando uma pura passividade em tudo o que aconteceu a Ele, mas significa que Ele não reagiu contrariamente ao que veio sobre si; mesmo no clímax do seu castigo substitutivo. Porque justamente para isto é que Ele havia vindo.

A obediência passiva de Cristo refere-se ao ato de Cristo ter sofrido durante toda a sua vida, culminando o seu sofrimento na cruz por nossos pecados, mas de modo específico, a obediência passiva diz respeito à sua morte judicial representativa na cruz.

³⁶ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 382

Resumidamente, o sentido de obediência ativa é Jesus cumprindo todos os preceitos da lei e obedecendo-a plena e perfeitamente e obediência passiva refere-se a Jesus recebendo a punição pelos pecados em nosso lugar. E toda a obra expiatória que Cristo realizou só é eficaz por que Ele obedeceu ativa e passivamente, de forma plena todas as exigências da lei.

1.2 – A expiação envolve a idéia de Sacrifício

No Antigo Testamento os sacrifícios possuíam um significado substitutivo e eram oferecidos em diversas e variadas circunstâncias. Eram associados à penitência e à celebração, à necessidade nacional, à renovação da aliança, à festividade familiar e à consagração pessoal. As ofertas e sacrifícios tinham basicamente dois objetivos principais: ações de graça e devoção do adorador (oferta pacífica e oferta queimada) e o claro reconhecimento da necessidade de expiação (holocaustos e oferta pelo pecado) . Sobre o sistema sacrificial do Antigo Testamento, Jonh Sttot comenta:

Esse elaborado sistema provia a subsistência da ofertas diárias, semanais, mensais, anuais e ocasionais. Incluía ofertas e sacrifícios de sangue e, embora houvesse algumas diferenças entre elas (com relação à sua ocasião própria e ao uso preciso da carne e do sangue), todas partilhavam do mesmo ritual básico que requeria o adorador e o sacerdote. O adorador trazia a oferta, colocava a mão ou as mãos sobre a oferta e a matava. Então o sacerdote aplicava o sangue, queimava parte da carne e dispunha para o consumo do que sobrava. Este era um importante simbolismo, não uma magia sem sentido. Ao colocar as mãos sobre o animal certamente o ofertante se identificava com ele e “solenemente” designando a vítima “como estando em seu lugar”. No caso do bode expiatório, havia uma transferência simbólica dos pecados do adorador para o animal. Em síntese, o animal substituto, tendo tomado o lugar do ofertante, era morto em reconhecimento de que a penalidade do pecado era a morte, seu sangue, simbolizando que a morte havia sido realizada, era aspergido, e a vida do ofertante era poupada.³⁷

A observação mais clara de que os sacrifícios de sangue do ritual do Antigo Testamento possuíam significado substitutivo e por causa desse

³⁷ Jonh STTOT, A Cruz de Cristo. 11991, p. 124

significado o derramamento de sangue e a sua aspersão eram indispensáveis à expiação. E o sangue ganha, por causa deste significado um sentido importantíssimo. Vejamos a comprovação disto, na proibição de Deus de comer o sangue: *“porque a vida da carne está no sangue. Eu vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação sobre a vossa alma, porquanto é o sangue que fará expiação em virtude da vida.”* (Lv. 17:11). Este texto faz três afirmações acerca do sangue: Primeiro o sangue é símbolo da vida e a ênfase não está no sangue que corre nas veias, o símbolo da vida sendo vivida, mas sobre o sangue derramado, o símbolo da vida terminada, geralmente por meios violentos. Segundo: o sangue faz expiação, e o motivo de seu significado expiador é justamente a vida. É somente porque *“a vida da carne está no sangue”* que *“é o sangue que fará expiação em virtude da vida”*, ou seja, uma vida é poupada enquanto outra vida é sacrificada no seu lugar. O que faz com que o sangue tenha sentido expiatório é o seu caráter substitutivo. Terceiro: Deus deu o sangue com este propósito expiador. *“Eu vo-lo tenho dado”*, diz o Senhor, *“sobre o altar para fazer expiação pelas vossas almas”*. É, pois deste modo que deve ser visto o sistema sacrificial do Antigo Testamento, algo providenciado e implantado por Deus, e não feito pelo homem. Os sacrifícios no Antigo Testamento não era um mero recurso humano para aplacar a ira de Deus e sim um meio de expiação providenciado pelo próprio Deus.

Essa perspectiva do Antigo Testamento ajuda-nos a compreender a relação do conceito da expiação na ótica neotestamentária. Hebreus cita textos que fazem referência ao sangue que só podem ser compreendidos a partir de uma compreensão da necessidade do derramamento do sangue nos sacrifícios veterotestamentários: Hb. 9:22 ***“sem derramamento de sangue não há remissão de pecados.”*** E Hb. 10:4 *“é impossível que sangue de touros e de bodes removam pecados.”* Não haver perdão sem sangue significa não haver expiação sem substituição. Tinha de haver vida por vida ou sangue por sangue; e é neste ponto que os sacrifícios da Antiga Aliança lançam luz na compreensão da Nova Aliança. Sobre este ponto Stott destaca:

Os sacrifícios de sangue do Antigo Testamento não passavam de sombras, a substancia era Cristo. Para que o substituto seja eficaz, o equivalente deve ser adequado. O sacrifício de animais não podia expiar seres humanos porque “mais vale um homem do que uma ovelha” (Mt. 12:12). Somente o “precioso sangue de Cristo” (I Pe. 1:19) tinha valor suficiente.³⁸

A inauguração da Nova Aliança marcada pela encarnação do Verbo amplia o sentido do sacrifício e do derramamento do sangue. Assim, todos os sacrifícios da Antiga Aliança apontavam para um sacrifício na Nova Aliança.

O Novo Testamento usualmente vê a morte de Cristo como um sacrifício que é oferecido por causa dos pecados.

I Cor. 5:7 – *“Lançai fora o velho fermento para que sejais nova massa, como sois de fato sem fermento. Pois também cristo, nosso Cordeiro Pascal, foi imolado (ετυθη = foi sacrificado).*

Ef. 5:1-2 – *“Sede, pois imitadores de Deus, como filhos amados, como Cristo vos amou, e se entregou a si mesmo como oferta e sacrifício (θυσιαν) a Deus em aroma suave.*

Hb. 7: 26-27 – *“com efeito, nos convinha um sumo sacerdote, assim como este, santo inculpável, sem mácula, separado dos pecadores e feito mais alto que os céus, que não tem necessidade, como os sumos sacerdotes, todos os dias sacrifícios (θυσια), primeiro por seus próprios pecados, depois pelos do povo; porque isto fez uma vez por todas quando a si mesmo se ofereceu.*

O Dr. Heber Carlos de Campos³⁹ em sua apostila “Cristologia – Estudos sobre a pessoa e a obra de Cristo destaca como significado destes textos:

a- a obra sacrificial de Cristo expia a culpa do pecado: os sacrifícios do Antigo Testamento possuíam um caráter tipológico, apontando para o Cordeiro de Deus, Jesus.

b- Os sacrifícios do Antigo Testamento eram típicos do sacrifício de Jesus: O sacrifício de Cristo é arquetípico o qual os sacrifícios do Antigo Testamento eram típicos. Todos os sacrifícios do Antigo Testamento foram tipológicos do sacrifício de Cristo. Is. 53: 10 aplica o auto sacrifício do Servo que foi figurativamente representado pelas ofertas pelo pecado, assim as ofertas levíticas proporcionava

³⁸ Jonh STTOT, A Cruz de Cristo. 1991, p. 125.

³⁹ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, p.43.

a analogia sobre a qual o sacrifício de Cristo deve ser entendido. O sacrifício de Cristo é o arquétipo após o que os outros foram padronizados – eles foram os modelos das coisas nos céus e somente figura do verdadeiro (Hb. 9:23-24).

c- Jesus é ambos o Ofertante e Oferta- Jesus Cristo é o sumo sacerdote para sempre, eternamente. Assim, o seu sacrifício perfeito foi oferecido de uma vez por todas. Jesus não só sofreu passivamente a morte mas ativamente a entregou, sem que ninguém a tivesse tirado dele (Jo. 10:14-18).

Conforme descreve Hebreus de 6:10 a 7:28, Jesus é o sumo sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque. Por causa de sua pessoa ímpar e por causa da natureza de seu sacrifício expiador, toda sua obra sacrificial foi encerrada, sem que nada precisasse ser acrescentado a ela. Não há, portanto necessidade de repetição de sacrifício, como no modelo da antiga Aliança. Ele próprio é o sacrifício. É eficaz, por isso é único, pois se trata de um Justo, no caso o próprio Deus encarnado se fazendo sacrifício, derramando o sangue para expiar os pecados dos injustos.

1.3 – a expiação envolve a idéia de Propiciação

A palavra “propiciação” é encontrada poucas vezes no grego no Novo Testamento mas aparece muitas vezes no Velho Testamento, e na Septuaginta, é freqüentemente traduzido por “expiação”. Prova disso é o fato do termo sempre aparecer no Antigo Testamento em conexão com o ritual de expiação. A relação do sacrifício expiatório apresentado no antigo Testamento nos moldes levíticos é estabelecida com o sacrifício de Cristo, tendo o primeiro como padrão, muito embora seja infinitamente superior a ele. Os rituais veterotestamentários são o berço da idéia de propiciação, mas a ampliação da sua compreensão encontra-se aperfeiçoada no sacrifício do verdadeiro Cordeiro de Deus.

A propiciação se refere à satisfação prestada para aplacar ou apaziguar a santa ira de um Deus justo. As Escrituras são claras em afirmar que o pecado provoca a ira de Deus. O texto de Rm. 1:18 deixa isto bem claro: *“a ira de Deus se revela do céu contra todo tipo de impiedade e perversão dos homens que detêm a verdade pela injustiça.”* Necessário se faz a propiciação, por causa da ojeriza de Deus pelo pecado do homem. Sobre este ponto, comenta Ladd:

Deus é um Deus vivo que no dia do juízo derramará ira sobre os homens que merecerem seu julgamento justo (Rm. 2:25). A grande verdade do argumento de Paulo em Rm.1:18 a 3:20 não é avaliar o grau da pecaminosidade humana, mas sim demonstrar a universalidade do pecado e da culpa diante de Deus. Tanto os gentios como os judeus receberam iluminação, ou através da natureza, ou através da consciência ou da Lei; e, tanto os gentios como os judeus fracassaram em obter justiça diante de Deus, portanto, são vistos como objetos merecedores da santa ira de Deus. Eles estão condenados como pecadores culpados. A condenação suprema merecida por esta culpa é a morte. é decreto justo de Deus que, aqueles entre os gentios que praticam os pecados mereçam morrer(Rm. 1:32). O destino dos pecadores é perecer (2:12), pois o salário do pecado é morte(6:23). A ira de Deus derramada sobre o pecador, resulta em sua morte.⁴⁰

Este é o tema da doutrina da propiciação no Novo testamento: através da morte de Cristo o homem é liberto da morte; ele é absolvido de sua culpa e justificado; é efetuado uma reconciliação pela qual a ira de Deus não precisa mais ser temida. A morte de Cristo salvou o eleito, de modo que ele não mais espera pela ira de Deus, mas pela vida, pois esta vida já lhe foi assegurada (Jo. 11:25-26). A culpa e a condenação do pecado foram carregados por Cristo; a ira de Deus foi propiciada.

Os textos do Novo Testamento que mencionam a palavra “propiciação” mostram que a morte de Cristo foi um ato de justiça, uma demonstração de que Deus é realmente o Deus justo.

Rm. 3: 24-26: *“sendo justificados gratuitamente , por sua graça., mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs no seu sangue, como propiciação (ἱλαστήριον) , mediante a fé , para manifestar na sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos, tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente , para Ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus.”*

Vejamos o comentário de Ladd sobre este ponto:

⁴⁰ George Eldon LADD, Teologia do Novo Testamento.1997, p. 403.

Em tempos passados Deus parecia desculpar o pecado. Isto se devia à clemência divina; mas parecia que Ele não tratava o pecado como este realmente merecia. Portanto, em parecer perdoar o pecado, a equidade e a justiça de Deus parecia ser chamadas à questão. A morte de Cristo removeu esta aparente censura contra Deus, demonstrando sua justiça em punir o pecado com o julgamento que merecia. Isto foi para provar, agora, que Deus é tanto justo como justificador daquele que tem fé em Jesus (Rm. 3: 26) ⁴¹

Ao comentar este texto, Calvino afirma:

O Verbo grego προτιθεναι, às vezes significa predeterminar, e às vezes, apresentar. Se porventura preferirmos o primeiro significado, então Paulo está a se referir à graciosa misericórdia de Deus em designar Cristo como nosso Mediador a fim de reconciliar o Pai conosco por meio do sacrifício de sua morte. não é um econômico comum da graça de Deus o fato de que, de seu próprio beneplácito, ele encontrou uma forma pela qual pudesse remover nossa maldição. Entretanto, se adotarmos o segundo significado, o sentido será o mesmo, a saber: que a seu próprio tempo, Deus o *apresentou*, a quem designou *Mediador*. Há, creio eu, na palavra ιλαστηριον, uma alusão ao antigo propiciatório, pois o apóstolo nos informa que em Cristo foi exibido em realidade aquilo que, para os judeus foi dado figurativamente. O significado específico do apóstolo aqui, se faz ainda mis evidente se atentarmos para o que ele diz, ou seja: que Deus, à parte de Cristo, está sempre irado conosco, e que somos reconciliados com ele quando somos aceitos por meio de sua justiça. Deus não nos odeia na qualidade de feitura suas, ou seja, pelo fato de nos ter criado como seres viventes, mas o que ele odeia em nós é a impureza, a qual extinguiu a luz de sua imagem. Quando esta impureza é removida, então ele nos ama e nos abraça como feitura suas, própria e puras. ⁴²

Ainda sobre a propiciação mencionada neste texto Calvino diz:

Como propiciação pela fé em seu sangue. Prefiro esta retenção literal da linguagem de Paulo, visto que, segundo o meu modo de pensar, sua única idéia ao declarar que se reconcilia conosco tão logo pomos nossa confiança no sangue de Cristo. Porque é pela fé que tomamos posse deste beneplácito. Ao mencionar somente o *sangue*, ele não pretendia as potras partes da

⁴¹ George Eldon LADD, Teologia do Novo Testamento. 1997, p. 404

⁴² João CALVINO, Exposição de Romanos. 1997, p. 132-133.

redenção; ao contrário, pretendia incluir tudo numa única palavra, e fez menção do sangue porque é nele que somos lavados. E assim toda a nossa expiação é compreendida no ato de se tomar a parte pelo todo. Havendo afirmado uma vez que Deus nos reconciliou em Cristo, ele agora adiciona que esta reconciliação é processada através da fé, ao mesmo tempo que, olhar para Cristo, se constitui o principal objetivo da nossa fé.⁴³

I Jo. 2:1-2: “ *Filhos meus, estas coisas vos escrevo para que não pequeis. Se todavia alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo; e ele é a propiciação (ilasmós) pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos próprios, mas pelos do mundo inteiro.*”

I Jo. 4:10 : “ *Nisto consiste o amor, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas que ele nos amou e enviou o seu Filho como propiciação (ilasmon) pelos nossos pecados.*”

A palavra correlata ao texto de Rm. 3: 25 aqui é *ιλασμοσ* e *ιλασμον* que com base na forma verbal significa “apacar”, conciliar consigo mesmo”. a descrição de Deus irado contra o pecado. Não uma ira demasiadamente forte e incontrolável conforme se entende humanamente falando, mas conforme diz Champlin⁴⁴, “*uma espécie de desprazer que fatalmente resultará em juízo.*”

Em nota a este versículo, o citado autor comenta:

Essa expressão fala da necessidade que Deus tem de retribuir ao pecado, pois o “juízo divino” é uma realidade. Por isso é que Deus é tratado como quem está irado com o mal, pronto a lançar-se contra ele. E é essa ação que atinge em cheio o pecador. Tal situação, precisa, pois, ser remediada. E o remédio encontra-se na expiação. Assim é “apacado o Deus irado”, e a esse aspecto da expiação chamamos de *propiciação*. O apacamento impede que sobrevenha o terrível juízo que, de outro modo seria necessário, antes, os homens são reconciliados com Deus.⁴⁵

Hb. 2:17: “ *Por isso mesmo convinha que, em todas as coisas, se tornasse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas referentes a Deus e para fazer propiciação (ιλασκομαι) pelos pecados do povo.*”

⁴³ João CALVINO, Exposição de Romanos. 1997, p. 133.

⁴⁴ Russell Norman CHAMPLIM, O Novo Testamento Interpretado Versículo Por Versículo, 1997 Vol. 6, p. 233

⁴⁵ Ibid.

O termo utilizado aqui (*ιλασκομαι*) consta na sua forma nominal que quer dizer "propiciar" , "conciliar", "expiar", fazer uma oferta que abra caminho para os pecados do povo. No Antigo Testamento a oferta consistia de um animal. No pacto da Nova Aliança, a oferta é feita por Cristo e ele mesmo se constitui a oferta. Assim é removido o obstáculo do pecado posto entre Deus e o homem, para que as bênçãos celestiais fluam até nós e para que os remidos tenham acesso ao Deus Santo.

Jesus é descrito como um sumo sacerdote misericordioso e fiel que faz a propiciação pelos pecados do povo. Sobre este ponto Calvino destaca:

Para um sacerdote, cuja função era apaziguar a ira de Deus, socorrer os desventurados, restaurar os caídos, libertar os oprimidos, seu primordial e extremo requisito era demonstrar misericórdia e criar em nós tal senso de comunhão. Pois é muito raro que aqueles que sempre vivem afortunadamente simpatizem com os sofrimentos alheios. O Filho de Deus não tinha necessidade de passar por alguma experiência a fim de conhecer pessoalmente a emoção da misericórdia. Entretanto, ele jamais nos teria persuadido de sua bondade e prontidão em socorrer-nos não fosse ele provado pelos nossos próprios infortúnios. Fiel significa verdadeiro e justo. É o oposto de um impostor ou alguém que não cumpre o seu dever. A experiência de nosso infortúnio faz de Cristo Alguém tão pleno de compaixão, que o move a implorar o auxílio divino em nosso favor. Que mais podemos desejar? Para fazer expiação por nossos pecados ele se vestiu de nossa natureza, para que pudéssemos ter em nossa própria carne o preço de nossa reconciliação. Em uma palavra, para que pudesse nos levar consigo, para dentro dos Santos dos Santos de Deus em virtude de nossa comum natureza.⁴⁶

O significado de propiciação, fica portanto claro. No hebraico ela é expressa pela palavra Kapper, derivado de Kappur, que significa cobrir. Como citamos, o pecado provoca um santo desprazer em Deus, provocando-O à ira, também cria uma situação em relação à Deus, uma situação que torna necessário o *cobrir* dos pecados. A vingança é a reação da santidade Deus ao pecado, e o cobrir é o que remove o desprazer divino que o pecado evoca .

⁴⁶ João CALVINO – Exposição de Hebreus. 1997 p. 78-79

Sobre o resultado da propiciação, Campos destaca:

Enquanto a expiação se refere à ofensa (a culpa do pecado), a propiciação diz respeito ao Deus ofendido. A ira santa de um Deus justo deve ser removida (apacada) por meio de uma satisfação de Sua Santidade e justiça, e propiciação pressupõe a ira e desprazer de Deus com o pecado. Propiciar significa desviar a ira, pacificar, tornar favorável. A propiciação pressupõe que a pessoa que deve ser propiciada está irada e deve ter sua ira apaziguada. A propiciação refere-se à natureza do pecado em relação ao próprio Deus em Sua santidade e justiça.⁴⁷

1.4 – a expiação envolve a idéia de Reconciliação.

A expiação vista como reconciliação é estritamente necessária por causa da idéia de inimizade apresentada pela Escritura entre Deus e os homens. Muito embora, Deus sendo extremamente bondoso, Ele não quer manifestar as suas bondades por causa dos pecados dos homens. É esta a idéia contida nas declarações de Isaías: Is. 59: 1-2 – *“Eis que a mão do Senhor não está encolhida, para que não possa salvar, nem surdo o seu ouvido para não poder ouvir. Mas as vossas iniquidades fazem separação entre vós e o vosso Deus; e os vossos pecados encobrem o Seu rosto de vós, para que não vos ouça.”* As iniquidades do povo de Israel, eram, uma vez, a raiz do problema; eles desconsideraram a lei e suas ordenanças e se afundaram no pecado, levantando uma barreira entre eles e YAHWEH. Aliás, sempre foi assim, desde o início; o homem desconsiderando a lei de Deus, fazendo com isto, o Senhor ocultar o seu rosto por traz do véu de pecados. A situação aqui neste texto de Isaías está insuportável. O pecado do povo tornou Deus surdo por causa de tantas iniquidades e a parede da separação estava estabelecida. Deus está com o Seu rosto virado e se recusa a ouvir a oração dos pecadores porque está em inimizade com eles, e eles com Ele por causa de seus pecados.

Esta é a realidade do relacionamento entre Deus e o homem. Enquanto o primeiro é absolutamente Santo e justo, o segundo é impuro e contaminado com toda sorte de injustiça. Ambos estão em antagonismo., de sorte que não podem se relacionar por causa de suas extremas diferenças. Qual a solução, então, para

⁴⁷ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia – Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo. 1988, p. 45.

esse impasse? As Escrituras apontam para uma reconciliação entre ambas as partes com base na obra sacrificial e expiatória de Jesus.

A reconciliação fez-se necessária quando ocorreu algo que causou o rompimento e fez com que uma ou ambas as partes se tornassem hostis. O pecado alienou o homem de Deus. Ele (o pecado) quebrou o relacionamento e tornou-se uma barreira e o homem passou a ser visto como inimigo de Deus. Assim posto, o homem precisa ser reconciliado com Deus, porquanto está alienado de Deus e se rebelou contra Ele na mente e no coração e esta rebelião precisa ser transformada numa submissão pronta e feliz a Deus.

Todavia, não estará Deus também alienado do homem? Será que Deus também, como o homem, precisa se reconciliar? Está a reconciliação esgotada na esfera subjetiva da experiência humana, ou é a reconciliação também uma realização objetiva exterior à experiência humana? É possível que a reconciliação signifique que a ira de Deus tem que ser transformada em amor, antes que um homem possa ser salvo? Estas questões levantadas por Ladd nos leva à compreensão do aspecto objetivo e subjetivo da reconciliação.

Enquanto algumas interpretações da reconciliação têm sugerido que a ira de Deus tem que ser acalmada e que a hostilidade tem que ser convertida em amor; outras negam esta tese e afirmam que a reconciliação precisa ser realizada apenas por causa da atitude rebelde e hostil do homem para com Deus:” *Um Deus que precisa ser reconciliado, que está atento contra os homens que o ofendam e espera até que venha uma satisfação e sua ira seja aplacada, não é o Deus da graça apostólico, e certamente não é o Deus e Pai de Jesus Cristo*”⁴⁸

Quando examinamos, porém, exegeticamente a linguagem Paulina, torna-se claro de imediato, que Paulo em nenhum lugar fala expressamente em Deus se reconciliar com os homens ou de ser reconciliado com os homens. Deus é sempre o sujeito da reconciliação, e o homem, ou o mundo, é o objeto. Alguns textos servem para atestar isto: “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo” (II Cor. 5:19) ; “fomos reconciliados com Deus pela morte de Seu filho” (II Rm. 5:10); “A vós que também éreis estranhos e inimigos no entendimento, pelas

⁴⁸ George Eldon LADD, Teologia do Novo Testamento, 1997, p. 420.

vossas obras más, agora contudo vos reconciliou no corpo da sua carne, pela morte” (Col. 1:21-22). Cristo, através da cruz reconciliou tanto o judeus como os gentios com Deus (Ef. 2:15-16). Estes textos mostram que a reconciliação é obra de Deus, e o homem o objeto. O homem não pode, não tem condições para se reconciliar com Deus. Isto só é possível através da ação divina.

Estes dados nos levam a uma conclusão inapelável que precisa ser fortemente enfatizada. Vejamos o comentário de Ladd sobre este assunto:

Qualquer coisa mais que a doutrina da reconciliação possa envolver se resume em: é Deus que tanto iniciou, como em Cristo realizou a reconciliação. Não temos que pensar em nenhuma bifurcação, dentro do caráter de Deus, através da qual uma parte dele é amor e a outra inimizade e que sua inimizade tem que ser acalmada antes que seu amor possa ficar ativo, nem supor que há antítese entre Deus, o Pai e Cristo, o Filho, e que o Filho, através de sua morte aplacou a ira do Pai e transformou sua hostilidade em amizade e seu ódio em amor. é Deus, o Pai o autor da reconciliação. A reconciliação é iniciada pelo amor de Deus, e embora a doutrina da reconciliação esteja orientada em direção a Deus, de modo que somos impelidos a concluir que há um sentido no qual o próprio Deus é reconciliado com o homem, não se deve interpretar que isto significa que a hostilidade de Deus tem que ser transformada em amor. Deus é amor eterno. A morte de Cristo foi uma prova do amor de Deus aos homens quando eles eram ainda pecadores e estavam ainda em um estado de hostilidade contra Ele (Rm. 5:18).⁴⁹

Não pode jamais, portanto, ser satisfatória nenhuma interpretação da doutrina da reconciliação que diga que a ira de Deus tem que se transformar em amor ou sua hostilidade em amizade, como uma ação à posteriori. É o próprio amor de Deus a fonte e o fundamento da reconciliação.

O sentido óbvio é que a expiação afeta principalmente a relação de Deus para com o pecador, satisfazendo sua justiça, removendo sua justa indignação contra o homem como pecador e oferecendo um fundamento para a graça e para o perdão. Esta mudança afeta também o homem, que pela graça de Deus é levado a uma mudança subjetiva pela qual ele se reconcilia com Deus.

⁴⁹ George Eldon LADD, Teologia do Novo Testamento. 1997, p. 421

1.4.1 - A RECONCILIAÇÃO É OBJETIVA –

O termo no original para reconciliação *καταλλαγή* aparece com freqüência em alguns textos da Escritura. Uma análise sincera e honesta das passagens em Romanos cap. 5 e II Cor. cap. 5 leva a uma conclusão óbvia de que a reconciliação não é, primariamente, uma mudança básica na atitude do homem diante de Deus, ela é antes de tudo, um evento objetivo desempenhado por Deus para a salvação do homem. A reconciliação foi primeiro promovida por Deus para o homem, não no homem.

Rm. 5: 6-11: *“Porque Cristo, quando nós éramos ainda fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios. Dificilmente alguém morreria por um justo; pois poderá ser que pelo bom alguém se anime a morrer. Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores. Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos salvos da ira. Porque, se nós quando inimigos, fomos reconciliados (καταλλαγημεν) com Deus, mediante a morte do seu Filho, muito mais, estando já reconciliados (καταλλαγεντε), seremos salvos pela sua vida; e não apenas isto, mas também nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem recebemos, agora, a reconciliação (καταλλαγεν). “*

Quando éramos inimigos é que fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho (v. 10). Foi a morte de Cristo que efetuou uma reconciliação enquanto estávamos num estado de inimizade com Deus. O amor de Deus manifesto na reconciliação, não é aqui, focalizado sobre o momento em que o indivíduo crê em Cristo e descobre sua atitude para com Deus transformada de inimizade em amor; a manifestação do amor de Deus aconteceu quando éramos ainda pecadores, no evento histórico, objetivo da morte de Cristo.

O apóstolo é enfático em afirmar que éramos inimigos de Deus quando Cristo apresentou-se ao Pai como instrumento de propiciação. Se somos agora feitos amigos, isto foi pela instrumentalidade de sua reconciliação; e se isto foi consumado por sua morte, então sua vida será de muito maior poder e eficácia. A reconciliação foi efetuada pela morte de Cristo, logo, a reconciliação é uma dádiva a ser recebida (v.11). Ela vem de Deus ao homem e não é direta ou indiretamente devida a nenhum ato do próprio homem. Assim as nossas mentes são fortalecidas com a sólida confiança em nossa salvação. Fomos reconciliados

com Deus pela morte de Cristo. Esta é a ênfase de Paulo, visto que o sacrifício de Cristo, pelo qual o mundo foi reconciliado com Deus, era de caráter expiatório.

Paulo parece contradizer-se ao apresentar a morte de Cristo como um penhor do amor divino para conosco, assim sendo, segue-se que desde então nos tornamos aceitáveis a Ele. Porém, agora nos diz que éramos inimigos . sobre esta aparente contradição, Calvino destaca:

Visto que Deus odeia o pecado, somos igualmente odiados por ele enquanto permanecermos pecadores. Mas assim que nos recebe no corpo de Cristo, por seu secreto desígnio, então cessa de odiar-nos. Nosso retorno à graça, contudo nos será desconhecido, enquanto não a alcançarmos pela fé. Com respeito a nós mesmos, portanto, seremos sempre inimigos, até que a morte de Cristo se interponha para propiciar a Deus. De nenhuma outra forma reconheceremos misericórdia gratuita de Deus, a não ser que sejamos persuadidos de sua recusa em poupar seu Filho Unigênito, visto que ele ainda nos amou quando havia discordância entre nós e Deus.⁵⁰

Não há portanto, nenhuma contradição no pensamento de Paulo. Pois, como acrescenta o próprio Calvino, não seremos capazes de entendermos suficientemente o benefício da morte de Cristo conferido a nós, a não ser que esta morte seja o início da nossa reconciliação com Deus, que antes nos era hostil e agora nos torna propício. Assim posto, visto que a nossa recepção em seu favor é atribuída à morte de Cristo, o significado é que a culpa, pela qual de outra forma seríamos punidos, foi removida.

II Cor. 5:18-20: “ *Ora, tudo provém de Deus, que nos **reconciliou** (καταλλαζαντο) consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o **ministério da reconciliação** (διακονιαν τη καταλλακη), a saber, que Deus estava em Cristo **reconciliando** (καταλασσων) consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões, e nos confiou a **palavra da reconciliação** (τον λογον τη καλλαγη) . De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos **reconcilieis** (καταλλαγητε) com Deus.”*

⁵⁰ João CALVINO, Exposição de Romanos. 1997, p. 185.

Este texto embora enfatize a reconciliação subjetiva, sua ênfase é totalmente objetiva. Alguns fatores mostram isto: Deus deu uma mensagem ao apóstolo Paulo para ser proclamada aos homens. Deus em Cristo reconciliou os homens consigo mesmo, e deu aos apóstolos uma mensagem a ser proclamada ao homem; uma mensagem de que a reconciliação foi efetuada. É a proclamação de que Deus fez algo pelo homem e é através de uma obra efetuada que Paulo pediria aos homens para serem reconciliados com Deus. Porque Deus efetuou uma obra de reconciliação para eles, os eleitos, por sua vez, tem que reagir em submissão amorosa à oferta graciosa de um Deus amoroso, uma vez que já foram reconciliados com Ele.

A obra da reconciliação não é uma obra operada sobre as almas dos eleitos, embora seja uma obra realizada em seu interesse, e dirigindo-se tão diretamente a eles que podemos afirmar que Deus reconciliou o mundo consigo mesmo. Trata-se de uma obra fora de nós (*extra nos*) em que Deus lida, em Cristo, com os pecados do mundo, de modo que ele não mais seja uma barreira entre os homens. A reconciliação providenciada por Deus através de Jesus é algo que não está sendo feito, é algo que já está consumado.

Sobre a objetividade da reconciliação neste texto de II Cor. 5:18-20, Ladd destaca:

O caráter objetivo da reconciliação é fortemente confirmado pelas palavras por meio de que Paulo descreve mais especificamente seu conteúdo específico: “não imputando aos homens as suas transgressões” (v.19). A reconciliação tem a ver, basicamente, não com as atitudes dos homens para com Deus, mas com a atitude de Deus para com os homens e seus pecados. Os homens são eticamente pecadores; e, quando Deus lhes imputa suas transgressões contra eles, Ele tem que encará-los como pecadores, como inimigos, como os objetos da sua ira divina ; pois é uma necessidade ética e religiosa que a santidade de Deus se manifeste em ira contra o pecado. A reconciliação é um ato Deus, iniciado por seu amor, em virtude da qual Deus não mais imputa aos homens os seus pecados, ela tem a ver com a atitude divina para com os homens, que tem como resultado que Deus não mais encara os homens como inimigos. Como ocupando uma posição hostil.⁵¹

⁵¹ George Eldon LADD, Teologia do Novo Testamento. 1997, p.422-423

A barreira do pecado foi eliminada. Deus libertou os homens da culpa e do débito do pecado e isto foi realizado inteiramente por iniciativa divina e não por capacidade humana. O grande plano da salvação mediante o qual toda criação deve se redimir pertence exclusivamente a Deus, sendo ele quem, mediante Cristo nos reconciliou consigo mesmo. A linguagem neotestamentária é clara em afirmar que o autor das providências conciliatórias é sempre Deus. Jamais se encontrará o menor indício de que Cristo é a pessoa cheia de graça que precisa vencer a má vontade de Deus em reconciliar-se com a humanidade pecadora. Comentando sobre este ponto, Kruse destaca:

É o próprio Deus quem toma a iniciativa e executa a reconciliação, mediante Jesus Cristo. Isto porém, não significa que nenhum obstáculo existia da parte de Deus que precisasse ser transposto, antes que se pudesse efetuar a reconciliação ente Deus e a humanidade. Era preciso solucionar o problema da ira de Deus revelada desde os céus contra a iniquidade humana (conf. Rm. 1:18 e 5: 9-11). O que se enfatiza ao afirmar que “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo”, é a maravilhosa graça de Deus revelada quando Ele mesmo tomou a iniciativa em Cristo, para remover o obstáculo inibidor da reconciliação que havia de sua parte. Só nesta base é que existe um evangelho, um evangelho da reconciliação, mediante o qual, aqueles que foram chamados à salvação podem ser convocados para reconciliarem-se com Deus.⁵²

Assim sendo, para que a obra da reconciliação seja completa, todos os pregadores devem, dentro do que Paulo chamou de *λογον τη καταλλαγη*, *ministério da reconciliação*, anunciar aos pecadores por quem Jesus morreu, que Deus não tem mais nada contra eles, que a inimizade já foi tirada e que Ele agora os olha com favor. Com base nisso os eleitos podem voltar-se em amizade com Deus, porque ele certamente os receberá, por causa daquilo que Cristo fez por eles.

1.4.2 - O ASPECTO SUBJETIVO DA RECONCILAÇÃO

Como visto acima, a reconciliação é, antes de tudo, um ato divino, objetivo, pelo qual Deus removeu a barreira do pecado, que separava o homem de Deus e

⁵² Colin KRUSE – II Coríntios, Introdução e Comentário.1994, p. 135.

tornou possível a restauração do relacionamento do homem com Deus. Note-se que este ato foi realizado quando os homens eram objetivamente inimigos de Deus e subjetivamente hostis a Ele. Contudo, a reconciliação não se torna eficaz, o relacionamento não é restabelecido, no caso de nenhum indivíduo, enquanto ele não receber o ato divino da reconciliação, isto é, enquanto ele não for reconciliado com Deus. Deus é quem providenciou a obra objetiva e incumbiu os apóstolos da proclamação das boas novas, eles por sua vez, apelam aos homens para aceitarem a reconciliação proferida por Deus. Neste aspecto, o texto de II Cor. 5:20: *“Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus”* é subjetiva a reconciliação, sendo possível porém, somente por causa da reconciliação objetiva executada por Cristo.

Col. 1:19-22: *“Porque aprovou a Deus que Nele residisse toda a plenitude, e que havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo, todas as coisas, quer sobre a terra, quer nos céus. E a vós outros que outrora éreis estranhos e inimigos no entendimento pelas vossas obras malignas, agora, porém, vos reconciliou no corpo da sua carne, mediante a sua morte, para apresentar-vos perante Ele, santos inculpáveis e irrepreensíveis.”*

A ênfase do texto é na reconciliação objetiva. Note-se que Deus “reconciliou consigo mesmo, todas as coisas.” No entanto, enquanto pecadores, os homens se alienam e são hostis em entendimento; e descrição da hostilidade, em termos da conduta humana exige o significado ativo da palavra *ἐχτροί* - inimigo, e sugere a interpretação subjetiva da reconciliação e é isto que parece estar em foco aqui. Champlin, ao comentar esta expressão, diz:

Sendo inimigos no entendimento, eram também inimigos de Deus, e isso de modo ativo. A palavra pode ser ativa, ou seja, *“inimigo”*; ou então passiva, ou seja *“odioso”* conforme se vê em Rm. 11:28. Aqueles que eram “hostis” em sua mente, como também eram “inimigos ativos.”⁵³

Aqueles que eram abertamente hostis a Deus foram reconciliados através da morte de Cristo. As mentes hostis dos cristãos colossenses foram

⁵³ Russell Norman CHAMPLIN, O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo, 1995-Vol. 5, p. 103

transformadas numa subserviência condescendente e agradável, cujo resultado final desta mudança interior de atitude do homem para com Deus será a perfeição na santificação.

A idéia de reconciliação envolve tanto o seu aspecto objetivo quanto subjetivo. Objetivamente a Escritura afirma categoricamente que o homem jamais poderia, por seus méritos, prover meios para esta reconciliação, uma vez que é totalmente caído e depravado. Necessário se fez uma providencia à priori tomada pelo próprio Deus, Foi Ele que proveu os meios para essa reconciliação. E até mesmo para beneficiar-se desta reconciliação, o homem depende da graça de Deus, que através do poder do Espírito Santo, aplica esta obra nos corações daqueles a quem Ele predestinou para recebê-la. As palavras de Baillie são deveras apropriada para o resumo desta afirmação:

Em resumo, tudo provém de Deus: o desejo de perdoar e reconciliar, os meios indicativos, a provisão da vítima vinda do seu próprio seio, mediante preço infinito. Tudo acontece dentro da própria vida de Deus. “Deus estava em Cristo” neste grande sacrifício expiatório, onde o Sacerdote e a vítima eram o mesmo Deus. É este sacrifício que traz consigo a reconciliação.⁵⁴

Entretanto, é explícito também o aspecto subjetivo da reconciliação nas Escrituras, conforme já demonstrado nos textos citados acima. A reconciliação é tanto objetiva como subjetiva; é impossível ao homem aceitar a reconciliação objetiva como dádiva de Deus, sem ao mesmo tempo experimentar uma reconciliação ocorrida dentro de sua mente, vontade e afeições, ou seja em seu coração. Reconciliação esta que o inicia numa vida de santificação, que se desenvolverá gradualmente até ao estado de glorificação quando finalmente então seremos apresentados plenamente aperfeiçoados e santidade na presença de Deus.

1.5 - a expiação envolve a idéia de Redenção.

Um outro objetivo da morte expiatória de Cristo é a redenção. A redenção se aplica a cada aspecto em nossa vida ao qual estamos escravizados e nos mostra a noção de libertação que passa ser a glória dos filhos de Deus. O homem

⁵⁴ Donald M. BAILLIE, Deus estava em Cristo; ensaio sobre a encarnação e a expiação. 1983, p. 217.

precisa ser redimido de seus pecados, mas não há qualquer redenção sem que haja o sacrifício exigido pelo Deus Santo e Justo. Com a satisfação feita pelo sacrifício, acontece a reconciliação entre os que estavam separados. Havendo agora a reconciliação, o homem pode ser liberto daquilo que o escraviza, ou seja, o pecado, o temor da morte, satanás e a maldição da lei.

A idéia de redenção como conseqüência da expiação é exposta no Novo Testamento através das exposições dos apóstolos. Isto é expresso através dos termos utilizados que dão a idéia de comprar, adquirir.

Na exposição sobre este ponto, desenvolveremos nossa abordagem, obedecendo a seqüência de raciocínio proposta pelo Dr. Heber Campos em sua apostila Cristologia – Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo.

Os elementos com os quais a redenção tem a ver:

1.5.1 - A redenção tem a ver com a idéia de resgate.

Sobre o conceito de resgate que permeava a mente dos escritores do Novo Testamento, bem como de seus ouvintes, judeus e povos gentios; Gerhard Barth destaca:

Com a idéia de resgate obviamente está sendo retomada uma imagem ou metáfora do mundo da escravidão na Antigüidade: compra e resgate de escravos ocorriam constantemente. Controvertido é apenas em que tipo de resgate se pensa. Havia o costume antigo do resgate sacro de escravos. Eventualmente o escravo tinha a possibilidade de poupar o dinheiro para o seu próprio resgate, entregá-lo a um templo e fazer com que esse templo o resgatasse de seu presente senhor. Assim, nominalmente era a divindade daquele templo que o havia resgatado. Ele era então considerado liberto e estava sob a proteção da divindade daquele templo. Havia também o costume do resgate dos prisioneiros de guerra. Na antigüidade, os prisioneiros de guerra não eram libertados após o final da guerra, mas permaneciam como propriedade do conquistador ou eram vendidos no mercado de escravos. A sua pátria ou os seus parentes podiam eventualmente resgatá-los. Mas o resgatador ainda mantinha inicialmente uma espécie de “dinheiro hipotecário” sobre o liberto, até que tivesse reavido a quantia que havia pago.⁵⁵

⁵⁵ Gerhard BARTH, “Ele Morreu Por Nós”. 1997, p. 79-80

As práticas antigas mencionadas por Barth, mais especificamente a segunda, é parecida com o costume judaico e com aquilo que permeava a sua cultura. Segundo Barth, a idéia de resgate para o judeu, primeiramente apontava para a libertação do Egito, que se caracteriza em um resgate; Dt. 15:15 “quando éreis escravo na terra do Egito, o Senhor teu Deus te resgatou”. E segundo, a própria instituição da prisão por endividamento. Quem não podia pagar as suas dívidas, tornava-se ocasionalmente, junto com sua família, escravo de seu credor (Ex. 22:2; Lv. 25: 39 ss; Dt. 15:12; Ne. 5:1-13, também é cabível aqui o caso de Rute que foi resgatada por Boaz).

Havia, portanto, uma consciência de resgate bem desenvolvida, na mente neotestamentária. Por isso ela possui tanto valor na exposição da redenção efetuada por Jesus.

A idéia de redenção realizada através do pagamento de um resgate, implica no conceito de satisfação contidos em muitos textos das Escrituras. Não uma satisfação paga a Satanás como defenderam Orígenes e alguns outros da era patrística, mas sim a Deus, o Pai. Na verdade, é a justiça de Deus que requer que a expiação (satisfação) pelo pecado seja feita, de tal forma que Deus possa ser justo e justificador daquele que crê (conf. Rm. 3:26). Com essa satisfação feita é obviamente, a consequência é que o pecador é liberto da escravidão tirânica do diabo, tendo a vitória sobre ele.

A idéia de resgate encontra-se alicerçada nas Escrituras. Referindo-se à obra redentora, Jesus disse que “ o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos (*λυτρον αντι πολλων*) Mt. 20:28 e Mc. 10:45.

Relacionadas com esta afirmação de Jesus, há três proposições, conforme propõe Campos⁵⁶:

- 1- A obra que Jesus veio fazer era a de um resgate;
- 2 – A sua vida dada era o preço do resgate;
- 3 – este preço de resgate era substitutivo em seu caráter e propósito.

⁵⁶ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia – Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1988, p.52

O resgate é a segurança da libertação pelo pagamento de um preço. E esta idéia de resgate (λυτρον), está presente em vários textos da Escritura, embora o termo usado em português seja “redimir” ou “redenção”:

Lc. 1:68: “*Bendito seja o Senhor Deus de Israel, porque visitou e **redimi**u (λυτροσιν) o seu povo.*”

Lc. 2:38 : “*E, chegando naquela hora, dava graças a Deus, e falava a respeito do menino a todos os que esperavam a **redenção** (λιτρωσιν) de Jerusalém.*”

Lc. 24:21 – “*Ora, nós esperávamos que fosse ele quem havia de **redimir** (λιτρουσθαι) a Israel; mas depois de tudo isso, já é este o terceiro dia desde que tais coisas sucederam.*”

Rm. 3:24 – “*Sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a **redenção** (ἀπολυτρωσεω) que há em Cristo Jesus.*”

Ef. 1:7 – “*... no qual temos a **redenção** (απυλυτρωσιν), pelo seu sangue, a **remissão** (ἀφεσιν = perdão) dos pecados, segundo a riqueza da sua graça.*”

I Tm. 2:6 – “*O qual si deu a si mesmo em **resgate** (αντιλυτρον) por todos: testemunho que se deve prestar em tempos oportunos.*”

I Pe. 1:18 – “*sabendo que não foi mediante cousas corruptíveis, como prata ou ouro, que **fostes resgatados** (ελυτρωθητε) do vosso fútil procedimento que vossos pais vos legaram.*”

A linguagem da redenção, expressa nestes textos, é a linguagem da compra, e mais especificamente, do resgate. Um outro verbo que também aparece e é usado na voz passiva, mas que denota a idéia de compra é ηγορασθετε = fostes comprados:

II Cor. 6:20 : “*porque **fostes comprados** (ηγορασθητε) por preço, agora pois, glorificai a Deus no vosso corpo.*”

Ap. 5:9 : “*e entoavam um novo cântico dizendo: Digno és de tomar o livro e abrir-lhes os selos, porque foste morto e com teu sangue **compraste** (ηγορασα) para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação.*”

Ap. 14:3-4 – “*Entoavam novo cântico diante do trono, diante dos quatro seres viventes, e dos anciãos. E ninguém pode aprender o cântico, senão os cento e quarenta e quatro mil que **foram comprados** (ηγορασμενοι) da terra. São estes os que não se macularam com mulheres, porque são castos. São eles os seguidores do Cordeiro por onde quer que*

vá. São os que **foram redimidos** (*ηγορασθησαν*) dentre os homens, primícias para Deus e para o Cordeiro.”

Nestas passagens, a linguagem de redenção é a de assegurar libertação através do pagamento de um preço. E este é o conceito aplicado expressamente ao doar da vida de Jesus pelo derramamento de seu sangue afim de pagar o preço de nosso resgate.

1.5.2 - redenção de Cristo tem a ver com a libertação do pecado.

O ato do pecado diz respeito à infração da lei, porque onde não há lei, não há qualquer transgressão (Rm. 4:15), e a força do pecado está na lei (I cor. 15:56). Portanto, a Escritura trata da redenção do homem com relação ao pecado; e esta redenção pode ser vista sob alguns aspectos:

1.5.3 - A redenção envolve a libertação da culpa do pecado:

Hb. 9 :12-15 : *“não por meio de sangue de bodes e de bezerras, mas pelo seu próprio sangue entrou nos Santos dos Santos, uma vez por todas, tendo obtido eterna **redenção** (*λυτρωσις*)... Por isso mesmo, ele é o Mediador da Nova Aliança, afim de que, intervindo na morte para **remissão** (*απολυτρωσις*) das transgressões que havia sob a primeira aliança, receberam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados.”*

Por culpa aqui entende-se a pena do pecado. A redenção da pena é algo fundamental para o entendimento da salvação. O pecador, com base naquilo que o cordeiro de Deus fez, é redimido da penalidade das transgressões, que é feita com base no derramamento de sangue, o que garante o pagamento de penalidade. Isto Jesus faz substitutivamente, ou seja, no lugar dos pecadores que ele veio salvar. Ele resgatou toda a sua igreja com seu sangue, da penalidade do pecado (At. 20:28). Por causa disso, sua igreja nunca mais tem que pagar nada.

1.5.4 – a redenção envolve a libertação do poder e da poluição do pecado.

Rm. 6: 6, 12-14 *“ Sabendo isto, que foi crucificado com ele, o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos; ... não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal, de maneira que obedeçais as suas paixões, nem ofereçais cada um os membros do seu corpo ao pecado como instrumentos de iniquidade ; mas oferecei-vos a Deus como ressurrectos dentre os mortos, e os vossos*

membros a Deus como instrumentos de justiça. Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e, sim da graça.”

Campos⁵⁷ coloca que este é o aspecto triunfal da obra da redenção de Cristo. A sua obra assegura libertação do domínio do pecado. A libertação é algo imensurável. Isto significa que agora o pecador pode lutar contra o pecado que não tem mais domínio sobre si. Isto não seria possível, de modo nenhum, sem a morte expiatória de Jesus. Mas agora, o pecador pode lutar contra o pecado, pois a morte de Jesus nos assegura libertação do domínio do pecado. Não somos mais escravos do pecado, porque com Cristo foi crucificado o nosso velho homem, de modo que não somos mais escravos das paixões pecaminosas.

Tt. 2:14 - *“o qual a si mesmo se deu por nós, afim de remir-nos (λυτρωσῆται ἡμεῖς) de toda iniquidade e purificar para si mesmo, um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras.”*

Este texto mostra que o povo de Deus, não somente é liberto do poder do pecado, bem como de seus efeitos maléficos. Jesus Cristo morreu por nós para que todos os do seu povo fôssemos purificados, limpos de toda iniquidade.

1.5.5 - a redenção de Cristo tem a ver com a libertação do poder do diabo

Antes de enfrentar a cruz Jesus declarou: *“Chegou o momento de julgar este mundo , e agora o seu príncipe será expulso.”* Esta declaração de Jesus significa o vaticínio de satanás. Jesus estava se referindo ao final do domínio dele sobre as pessoas por quem ele haveria de morrer. A sua morte assegura a libertação do domínio das obras das trevas e do pai da mentira e engano.

A obra da cruz nos libertou totalmente da dívida de pecado, quando satanás foi vencido na cruz do calvário.

Cl. 1:13-14 – *“ E a vós outros que estáveis mortos pelas vossas transgressões e pela incircuncisão da vossa carne, vos deu vida juntamente com ele, perdoando todos os nossos delitos, tendo cancelado todo escrito de dívida que era contra nós e que constava de ordenanças, o qual nos era prejudicial, removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz, e, despojando todos os principados e as potestades, publicamente os expôs ao desprezo, triunfando deles na cruz.”*

⁵⁷ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – Estudos Sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1988, p. 54-55

A vitória de Jesus sobre os poderes das trevas na cruz nos trouxe a libertação do domínio delas:

Cl. 1:13-14 *“ele nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor, no qual temos a redenção (απολυτρωσιν), a remissão (αφεσιν = perdão) dos pecados.”*

Ao morrer na cruz, Jesus coloca um fim no domínio de satanás sobre aqueles que vêm a se tornar seu povo. Os homens pecadores são cativos do diabo e que cumprem a sua a sua vontade (II Tm. 2:26), são libertos, pela morte de Cristo, dos grilhões que os amarram ao diabo.

1.5.6 – a redenção de Cristo tem a ver com a libertação do poder da morte.

Hb. 2:14-15 – *“Visto pois, que os filhos têm participação comum de carne e sangue, destes também ele, igualmente, participou, para que pela sua morte destruísse aquele que tem poder da morte, a saber o diabo, e livrasse a todos que, pelo pavor da morte, estavam sujeitos à escravidão por toda a vida.”*

A obra de Cristo destruiu não só a satanás, bem como aquilo que estava sob o seu poder; a morte. O diabo tinha o poder da morte nas mãos, mas Cristo arrancou dele esse poder. Calvino, ao comentar este texto, diz:

A intenção do apóstolo é que o diabo foi destruído até aonde ele detinha o poder de arruinar-nos. “O poder da morte” lhe era atribuído por causa de seu efeito de trazer-nos ruína e de produzir morte. Ele nos ensina que pela morte de Cristo, não só a tirania de satanás foi quebrada, senão que o próprio diabo foi posto em situação tão precária que já não precisa ser temido, porque Cristo o deixou como se nem mesmo existisse,⁵⁸

Por causa do poder da morte, os homens viviam temendo a morte, sendo escravizados por este temor. Mas os homens por quem Cristo morreu, deixaram de ter medo da escravidão da morte, assim como a morte deixa de ter este efeito de penalidade . a morte para o cristão não é mais penalidade e não representa mais o sofrimento por causa desta penalidade, porque quando Cristo morreu, Ele pagou a morte como pena em nosso lugar.

⁵⁸ João CALVINO, *Exposição de Hebreus*, 1997p. 74-75.

1.5.7 - a redenção de Cristo tem a ver com a libertação da lei.

Campos⁵⁹ adverte acerca dos cuidados que se deve ter quanto aos textos que a Escritura usa com relação à Lei. Campos afirma que estes textos não dizem que somos redimidos da lei. Não seria justo dizer isto, porque a lei é santa, justa e boa. Ela não nos escraviza e ainda nos é útil como norma de comportamento. Ela nos lembra acerca da nossa obrigação de amar a Deus de todo o coração e aos homens como a nós mesmos, algo aliás, que vêm a ser o seu resumo, expresso por Jesus; Mc. 12:28-31;

Somos, porém, libertos com relação à lei, prossegue Campos, nos seguintes sentidos:

1.5.7.1 - A redenção envolve a libertação da maldição da lei

Cl. 3:13 – “*Cristo nos resgatou (εξήγορασεν) da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar, porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado no madeiro.*”

Sobre o sentido desta maldição, Campos assevera:

A maldição da lei tem a ver com a sanção penal para os seus transgressores. É a expressão da ira de Deus, do seu desprazer com os homens que infringem os Seus princípios. Todos que insistem em permanecer debaixo da lei como um método de obtenção da vida eterna estão sob a sua maldição; e a maldição recai sobre tais, porque não são capazes de guardar todos os preceitos da lei. A lei só servirá de benefício para o pecador se for observada na sua totalidade, mas como o homem não é capaz de guardá-la na sua inteireza, ele acaba então sendo maldito dela.⁶⁰

Esta afirmação é atestada pela exposição de Paulo ao escrever aos gálatas: “*Todos, quantos, pis, são das obras da lei, estão debaixo da maldição; porque está escrito: Maldito todo aquele que não permanece em todas as cousas escritas no livro da lei para praticá-las.*” (Gl. 3:10).

A libertação da maldição da lei consiste na salvação. Quando Cristo morreu substitutivamente na cruz, ele nos resgatou da penalidade da lei, que é a maldição, tornando-se Ele próprio, maldição em nosso lugar.

⁵⁹ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1988, p.56

⁶⁰ *Ibid.*, p.57

1.5.7.2 - A redenção envolve a libertação das cerimônias da lei.

Gl. 4:4-5 – *“Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar (εξήγοραση) os que estavam sob a lei, afim de que recebêssemos a adoção de filhos.”*

Todos os homens na dispensação veterotestamentária eram nascido debaixo da lei, sujeito à obediência de todos os rituais indicativos da salvação, para que pudessem ser libertos. Eles estavam sob a tutela da lei, sendo esta o seu **aió**, pedagogo (Gl. 3:23-24) ou seu tutor (Gl. 4:2).

Debaixo da administração da salvação período do Velho Testamento, todas as cerimônias que eram indicativas da redenção, como os sacrifícios e ofertas, precisavam ser praticadas, mas na nova dispensação foram dispensadas para aqueles que foram resgatados por Cristo, quando estes passaram para a condição de filhos adotivos de Deus. Quando Cristo veio, Ele os libertou das cerimônias da lei porque o Cordeiro tipificado já havia vindo, sendo pendurado no madeiro. Quando o antitipo chegou, todos os tipos foram deixados de lado, por não mais serem necessários. Cristo, portanto, libertou os homens de terem que executar todos os regulamentos e normas cerimoniais em cumprimento ao mandato divino.

1.5.7.3. - a redenção envolve a libertação das obras da lei

Gl. 4:4-5 – *“Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar (εξήγοραση) os que estavam sob a lei, afim de que recebêssemos a adoção de filhos.”*

O texto aqui é o mesmo usado acima, mas mostrará outro aspecto da libertação da lei, o das obras da lei.

A obediência à lei consistia em observar não somente seus rituais e cerimônias, incluía também todos os princípios de conduta moral. A priori, a obediência à lei era o método de Deus para conceder vida eterna aos homens, mas a lei ficou enferma por causa da impotência do homem em cumpri-la. A inadequacidade não está na lei, mas no homem. Sobre o fracasso da lei em detrimento da impossibilidade do homem cumpri-la, Ladd destaca:

A razão mais fundamental é que a fraqueza e pecaminosidade do homem, o faz incapaz de prestar a obediência que a lei exige. A condição do coração

humano é tal que nenhuma lei pode auxiliar. A fraqueza da carne (Rm. 8:3) e a pecaminosidade da natureza humana (Rm. 7:23) não poderiam ser modificados pela lei. A razão porque a lei não pode fazer esta modificação é que ela é um código externo, ao passo que os corações pecadores dos homens precisam de um poder transformador interior.⁶¹

Por causa da incapacidade do homem, portanto, Deus enviou Jesus Cristo para livrar os homens de terem de cumprir todas as ordenanças da lei como meio de se salvarem. Fomos, neste sentido, também resgatados da lei e livres do cumprimento de suas obras. A nossa justificação consiste na obediência ativa e passiva de Cristo, que cumpriu cabalmente a lei.

Assim, concluímos a exposição dos termos que são diretamente relacionados com a doutrina da expiação: a obediência ativa e passiva de Cristo, sacrifício, propiciação, reconciliação e redenção, cuja compreensão é de vital importância para o entendimento da doutrina da expiação. Notamos em cada um a estrita relação aplicada na ótica neotestamentária, com o conceito exposto, de cada termo, no Antigo Testamento, onde a idéia de sacrifício, propiciação, reconciliação e redenção encontram seu alicerce fundamentado ainda nas bases da antiga aliança que, à luz da nova aliança, reflete a absoluta necessidade do homem pecador da intervenção de Deus para prover os meios reconciliatórios para o restabelecimento do seu relacionamento com Ele, bem como reflete também a total incapacidade do homem de participar deste processo, devida à sua condição de caído e morto espiritualmente.

2 - EVENTOS IMPORTANTES DO ANTIGO TESTAMENTO RELACIONADOS COM O CONCEITO DE EXPIAÇÃO NO NOVO TESTAMENTO

Ainda sobre a relação do conceito de expiação entre o Antigo e o Novo Testamento, além dos termos acima expostos; ressaltaremos outros pontos e

⁶¹ George Eldon LADD, Teologia do Novo Testamento, 1997, p. 470.

eventos, que julgamos também, serem de grande importância no estabelecimento da relação do referido conceito.

Os eventos que mencionaremos encontram-se narrados no Pentateuco. A profecia Messiânica descrita em Isaías cap. 53, porém, é essencial para uma ampla compreensão dos referidos eventos, por isso achamos deveras apropriado a transcrição do referido texto, neste momento:

2.1 – A profecia messiânica de Isaías 53

Is. 53: 1- 12 – *“ Quem creu em nossa pregação? E a quem foi revelado o braço do Senhor? Porque foi subindo como um renovo perante ele e como raiz de uma terra seca; não tinha aparência nem formosura; olhamo-lo mas nenhuma beleza havia que nos agradasse. Era desprezado e o mais rejeitado entre os homens; homem de dores e que sabe o que é padecer; e, como um de quem os homens esconderam o rosto, era desprezado, e dele não fizemos caso.*

Certamente, ele tomou sobre si todas as nossa enfermidades e as nossas dores levou sobre si; e nós o reputávamos por aflito, ferido de Deus e oprimido. Mas ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossa iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados. Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos. Ele foi oprimido e humilhado, mas não abriu a boca, como cordeiro foi levado ao matadouro; e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, ele não abriu a boca. Por juízo opressor foi arrebatado, e de sua linhagem, quem dela cogitou? Porquanto foi cortado da terra dos viventes; por causa das transgressões do meu povo, foi ele ferido. Designaram-lhe a sepultura com os perversos, mas com o rico estive na sua morte, posto que nunca fez injustiça, nem dolo algum se achou em sua boca.

Todavia, ao Senhor agradou moê-lo, fazendo-o enfermar; quando der ele a sua alma como oferta pelo pecado, verá a sua posteridade e prolongará os seus dias; e a vontade do Senhor prosperará nas suas mãos. Ele verá o fruto do penoso trabalho de sua alma e ficará satisfeito; o meu Servo, o Justo, com seu conhecimento, justificará a muitos, porque as iniquidades deles as levará sobre si. Por isso eu lhe darei muitos como a sua parte, e com os poderosos repartirá ele o despojo, porquanto derramou a sua alma na morte; foi contado com os transgressores; contudo, levou sobre si o pecado de muitos e pelos transgressores intercedeu.”

Indubitavelmente, esta é a profecia mais Messiânica do Antigo Testamento. Toda a descrição encaixa-se perfeitamente em Jesus, a segunda Pessoa da Trindade encarnada. Este texto, tanto norteia a compreensão dos eventos anteriores, que servem de sombras para aquilo que estava por vir e fazem referência ao Messias e à sua obra expiatória, bem como dos eventos posteriores, os fatos revelados através da projeção das sombras dos eventos do passado.

Não obstante, muitos eventos veterotestamentários fazem alusão ou representarem direta, específica e objetivamente o conceito de expiação, nos ateremos àqueles mais empregados na exposição neotestamentária da doutrina da expiação.

2.2 - A oferta sacrificial de Isaque –

o capítulo 22 de Gênesis contém o relato da prova a que Deus submeteu Abraão. Há nesta passagem a idéia inequívoca de expiação e substituição.

O ponto central do texto é a total submissão de Abraão à ordem de Deus. Esta submissão fica clara e evidente quando Abraão se dispõe a entregar não o filho que teve com Hagar, a escrava de sua mulher, mas o filho único legítimo e amado, o que lhe fora prometido por Deus. Isaque, não Ismael era a semente pela qual todas as promessas relativas à continuidade da obra de Deus através de Abraão seriam realizadas, mas neste momento Deus estava pedindo a Abraão que lhe entregasse seu único filho em sacrifício; ao que Abraão, mesmo sem entender com clareza, obedece.

A relação deste evento de caráter expiatório e substitutivo com o conceito de expiação esposado no Novo Testamento, repousa no fato de Abraão entregar o seu único e amado filho para ser sacrificado como oferta agradável a Deus e no fato de Deus, depois de ver a disposição obediente de Abraão, prover um substituto para Isaque quando já estava para ser sacrificado no altar (v. 12 –13); um claro tipo do amor incondicional de Deus ao entregar o Seu único e amado Filho que morre sacrificialmente sobre a cruz. Sobre este ponto o Dr., Gerard Van Groningen destaca:

O fato de Isaque ter sido colocado sem objeção sobre o altar é uma demonstração concreta de seu caráter e de suas qualidades. Mas Isaque não foi sacrificado; não foi entregue à morte; não foi queimado como

oferta de incenso a Deus; e não fez expiação nem propiciação por outros. Foi o carneiro provido no momento próprio que se tornou o sacrifício substitutivo no altar, substituindo, de fato a Isaque. Assim, o cordeiro morto serviu e foi tipo de Cristo na cruz, que morreu em lugar de outros.⁶²

Esta passagem é relevante para a idéia de substituição por causa do caráter substitutivo do cordeiro, por causa do caráter passivo de Isaque, obedecendo incondicionalmente a seu pai, por se Isaque a semente de Abraão que seria a continuidade de sua descendência e que haveria de servir em benefício de muitos. Em última análise, esta passagem do antigo Testamento é apontativa para os conceitos neotestamentário de substituição e expiação de pecado. As interpretações clássicas têm feito esta inferência a este texto.

2.3 - a páscoa - descrita nos capítulos 12: 1 a 13: 16 do Livro de êxodo.

A páscoa representa para Israel o que representa para um país, o dia da sua independência. O último sacrifício do Egito e a provisão do sacrifício pascal possibilitaram o livramento da escravidão e a peregrinação do povo para a terra prometida. *A páscoa é, segundo o Novo Testamento*, nos dizeres de Hoff⁶³: “*um símbolo profético da morte de Cristo, da salvação e do andar pela fé a partir da redenção*”.

A palavra (פֶּסַח *pesah*) páscoa significa “passagem” ou “passar de largo”. É curioso, o fato que o anjo destruidor passou de largo as casas onde havia sido aplicado o sangue nas ombreiras e nas vergas das portas. Os detalhes do sacrifício e as ordenanças que o acompanham são muito significativos, à luz do sacrifício de Jesus. O Novo Testamento fala a respeito de um cordeiro. Quando o dignitário etíope perguntou a Filipe a cerca do significado da profecia de Isaías: “*Ele foi oprimido e humilhado, mas não abriu a sua boca; como cordeiro foi levado ao matadouro; e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, ele não abriu a boca. Por juízo opressor foi arrebatado, e de sua linhagem, quem dela cogitou? Porquanto foi cortado da terra dos vivos; por causa da transgressão do meu povo, foi ele ferido.*” (Is. 53: 7-8) o evangelista então respondeu-lhe que o

⁶² Gerard Van GRONINGEN, *Revelação Messiânica no Antigo Testamento*, 1995, p. 135

⁶³ Paul HOFF, *O Pentateuco*, 1990, p. 118

cordeiro se referia a Cristo e à sua obra expiatória: “... a quem se refere o profeta. Fala de si mesmo ou de algum outro? Então, Filipe explicou; e começando por esta passagem da Escritura, anunciou-lhe a Jesus. (At. 8: 34-35). João Batista chamou Jesus de “o Cordeiro de Deus”: “... eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo!” (Jo. 1: 29).

O termo *cordeiro* é muito presente também em apocalipse, sendo mencionado cerca de vinte e nove vezes. (5: 6, 12, 13). A primeira referência de João é ao cordeiro que parecia como se tivesse sido morto (5: 6). Embora não haja referência de que era o cordeiro da páscoa, o pensamento é dirigido a ele pela referência específica a “o Cordeiro”. O apóstolo Paulo é taxativo acerca deste fato: “... Cristo, nosso cordeiro pascal, foi sacrificado.” (I Cor. 5:7).

Numa abordagem a respeito do cordeiro pascal é difícil evitar uma longa discussão a respeito da festa da Páscoa, sua origem, sua relação com outras festas e seus elementos. Muito poderia ser dito sobre esta importante festa judaica, mas nosso interesse é especificamente sobre a relação do evento com a obra expiatória de Cristo, estabelecida no cordeiro da páscoa descrito no Antigo Testamento.

O fator central relativo ao cordeiro pascal é o sangue. O sangue foi o meio que Deus empregou para poupar os primogênitos de Israel. O cordeiro, para que seu sangue fosse útil, tinha que morrer. Assim, o cordeiro tornou-se substituto para todos os primogênitos em Israel. Sem que o sangue do cordeiro fosse derramado, recolhido e aplicado, não haveria nenhuma libertação, nenhuma redenção para o povo escolhido de Deus. O sangue do cordeiro usado no tempo do êxodo, apontava como um tipo, para o sangue de Cristo derramado, sem o qual não há expiação de culpa, não há redenção do cativo do pecado “*com efeito, quase todas as coisas, segundo a lei, se purificam com sangue; e , **sem derramamento de sangue não há remissão.***” (Hb. 9:22). O sangue do cordeiro funcionava redentoramente, tendo portanto uma relação expiatória definida. Sobre esta relação e o significado messiânico dela, diz o Dr. Gerard Van Groningen:

O cordeiro da Páscoa, em si mesmo, tem significação messiânica como um tipo. Seu caráter e qualidade tinha de ser sem mancha ou defeito. Nenhuma das evidências dos efeitos ruinosos do pecado poderiam estar presente. O próprio cordeiro tinha de ser perfeito para ser aceitável a Yahwéh como um

substituto para um povo oprimido a sofrer sob o cativoiro Egípcio. Ele tinha que ser completamente consumido, sem que seus ossos fossem quebrados, para indicar a extrema necessidade de uma total libertação e integral submissão a esse requisito.⁶⁴

Van Groningen assevera também acerca do significado futuro do evento da Páscoa, ao que denomina aspecto escatológico definido do cordeiro da Páscoa:

Ele deveria ser morto, não somente no tempo do êxodo, mas anualmente. Yahwéh, falando por meio de Moisés, ordenou que cada ano um cordeiro da páscoa fosse selecionado, morto e consumido (Ex. 12: 14) em cada família. Assim, as famílias deveriam considerar, retrospectivamente, sua libertação, isto por sua vez, falava prospectivamente de uma libertação plena, total, que viria por meio de um Cordeiro Pascal, cuja morte sacrificial, uma vez cumprida na história, traria completa redenção e, portanto, tornaria desnecessário qualquer novo derramamento do sangue do cordeiro pascal.⁶⁵

Cada detalhe do sacrifício da Páscoa da Antiga Aliança é significativo e lança luz compreensiva quando da sua relação com o evento da Páscoa da Nova Aliança. Enumeramos alguns pontos para destacar esta relação:

- a – O animal para o sacrifício deveria ser um cordeiro macho de um ano, isto é, um carneiro plenamente desenvolvido e na plenitude de sua vida. Assim, o Filho de Deus morreu no auge de sua vida, enquanto natureza humana. O cordeiro tinha de ser sem mácula. Para assegurar que assim fosse, os israelitas o guardava em casa durante quatro dias. De igual modo, Jesus era o Cordeiro de Deus, puro e sem pecados, que mesmo sendo tentado intensamente não pecou;
- b – O cordeiro pascal foi sacrificado como substituto dos primogênitos. Por isso morreram somente os primogênitos das casas egípcias, que não estavam sob a proteção do sangue. O “salário do pecado é a morte” , porém Deus proveu um substituto que “foi ferido pelas nossas transgressões”;
- c - O sangue deveria ser aplicado nas ombreiras e na verga das portas, indicativo de uma fé pessoal. Não é suficiente crer que Jesus morreu pelos pecados do

⁶⁴ Gerard Van GRONINGEN, Revelação Messiânica no Antigo Testamento, 1995, p. 207.

⁶⁵ Ibi. p. 207- 208

mundo. O sacrifício de Cristo é eficiente, quando pela fé, a obra redentora de Jesus é aplicada no coração do homem, e este então é salvo do anjo exterminador, a ira de Deus;

d – Dali em diante, os israelitas haviam de consagrar ao Senhor, para serem seus ministros, os primogênitos dentre seus filhos, e também os de seus animais, pois pela provisão da páscoa os havia comprado com sangue e por isso pertenciam a ele. Os que nasciam primeiro dentre os animais se ofereciam em sacrifício, exceto o jumento que era resgatado e degolado e assim os animais impuros em geral (Ex. 13:13; Lv. 27:26-27). Os primogênitos do homem eram também resgatados; depois os levitas foram consagrados a Deus em substituição deles (Nm. 3:12, 40-51; 8:16-18). Sobre a relação destas ordenanças, Hoff destaca:

Deus nos redime para que o sirvamos: *“ou não sabeis... que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por preço; glorificai a Deus no vosso corpo e no vosso corpo”* (I Cor. 6:19-20)⁶⁶

O cordeiro da páscoa era o protótipo do “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” pagando com sua própria vida o resgate de muitos. Como a figura assemelhava-se ao máximo com Cristo. Não podia ser cego, coxo, aleijado ou ter qualquer outro defeito. Deveria ser dos primogênitos, como Cristo foi o unigênito de Deus. O primogênito dos animais como o primogênito dos homens. Não se poderia quebrar osso. (nenhum osso de Cristo foi quebrado – Jo.19:33). O fermento é símbolo de corrupção e tal coisa é antagônica com o espírito de pureza e perfeição de Deus e dos atos sinceros dos homens piedosos. As ervas amargas tanto faziam referência às amarguras do povo no Egito, como as amarguras e sofrimentos do Cordeiro de Deus. Não há prazer físico no sacrifício de Cristo. Há sim, satisfação moral. Pelo sangue, era satisfeita a exigência de Deus. Uma vida tinha sido dada em resgate a outras vidas. É o sangue da substituição, é a morte expiatória, é um cordeiro inocente morrendo pelos pecadores. Diante de Deus, tanto deveria morrer um primogênito egípcio como um judeu, mas o sangue fez a diferença em que um morria e o outro era salvo. Só

⁶⁶ Paul HOFF, O Pentateuco, 1985, p. 119.

havendo salvação, portanto, para aqueles que o Senhor revelara o meio de salvação e colocara sob a proteção do sangue expiador.

2.4 - os sacrifícios -

O motivo básico dos sacrifícios é a substituição e seu fim é a expiação. O pecado é sumamente grave porque é contra Deus. Além do mais, Deus “*é tão puro de olhos que não pode ver o mal.*” (Hab. 1: 13). O homem que peca merece a morte. em seu lugar morre um animal inocente e esta morte cancela ou retira o pecado.

Levítico 17: 11 é o texto chave quanto à expiação: “*a alma da carne está no sangue, pelo que vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pelas vossas almas, porquanto é o sangue que fará expiação em virtude da vida.*” (Lv. 17: 11). Isso quer dizer que Deus designou o sangue como sacrifício, provendo assim para a necessidade do homem. Mas qual o significado do sangue? Van Groningen destaca:

Que o sangue do sacrifício tinha um papel importante está claro na afirmação de Deus de que a vida da carne está no sangue, e, portanto, o sangue com vida dentro de si mesmo seria efetivo para expiação e perdão (Lv. 17: 11).⁶⁷

Esta importante passagem faz uma afirmação muito profunda: vida tem de ser substituída por vida; quando o adorador hebreu tivesse sua vida comprometida por causa do pecado, esta vida poderia ser restaurada, tornada limpa e íntegra somente por outra vida, somente por causa do sacrifício de outra vida. A vida removia a morte e suas causas; a vida era um meio para outra vida.

O sangue é considerado o princípio vital. É o símbolo e demonstração de que si tirou a vida de um animal para pagar pelos pecados do culpado. Portanto o sangue usado na expiação simboliza uma vida oferecida na morte. Ao aspergir sangue sobre as pessoas ou coisas, o objetivo é mostrar que a elas se aplicam os méritos dessa morte.

O verbo כָּפַר - *kāphar* (Cobrir) acentua: apaziguamento - (Gn.32:20) “*Direis assim: Eis que teu sevo Jacó vem vindo atras de nós. Porque dizia consigo mesmo: eu o **aplacarei** com o presente que o antecede, depois o verei;*

⁶⁷ Gerard VAM GRONINGEN, Revelação Messiânica no antigo Testamento, 1995, 0. 207,213

porventura me aceitará a presença.”, reparação – II Sm 21:3” *Perguntou Davi aos gibeonitas: Que quereis que eu vos faça? E que **resgate** vos darei para que abençoes a herança do Senhor?*”, cobrimento – Dt. 21:8 “ *Sê propício ao teu povo de Israel, que Tu, ó Senhor, **resgatastes**, e não ponhas a culpa do sangue inocente no meio do teu povo de Israel.*” e freqüentemente **expição**. O sacerdote como mediador diante de Deus deveria declarar o adorador “coberto”. Ele não deveria mais se considerar exposta à ira de Deus sobre o pecado e a culpa. Deus aceitara o substituto; Ele estava aplacado, sua ira contra o pecado fora apaziguada. O adorador pecaminoso era agora um adorador purificado. Através do sacrifício, a paz fora restaurada entre Deus e o adorador; a reconciliação era completa. Sobre a garantia da completa reconciliação por meio do sacrifício, Van Groningen destaca:

Em muitas passagens, principalmente em Levítico, a frase *fazer expiação* é seguida pelo verbo סאלה - *sâlah*, que no niphâl significa “perdoar”(Lv. 4:25-26). Essa expressão enfatiza a idéia de uma remoção completa do pecado – a anulação ou cancelamento de qualquer débito de pecado. O adorador poderia estar certo de que sua vida seria poupada; ele continuaria a viver.⁶⁸

Esta possibilidade de alcançar a expiação do pecado mediante um sacrifício substitutivo evidencia a graça divina e era o elemento constitutivo da Antiga Aliança. Sem possibilidade de expiação a lei permaneceria esplêndida, porém, inatingível. Serviria apenas para condenar o homem deixando-o frustrado e desesperado. Se não fosse pelos sacrifícios, ficaria anulada toda a possibilidade do homem aproximar-se de Deus, um Deus santo que não se contamina com o mal, e o antigo concerto seria uma desilusão. Por mais que o homem se esforçasse para cumprir a lei, fracassaria por sua fraqueza moral. Por isso, enquanto a lei revela as exigências da santidade de Deus, a expiação por meio do sacrifício manifesta a graça divina que cumpre as exigências de Deus. Levítico, sem dúvida alguma, apresenta o evangelho revestido de roupagem simbólica.

Outro aspecto relacionado com o sacrifício é a consagração. O adorador deveria trazer um carneiro, cabrito ou novilho de seu próprio rebanho para lhe servir como substituto. Ao colocar as mãos sobre o animal antes de degolá-lo, o

⁶⁸ Gerard Van GRONINGEN, *Revelação Messiânica no Antigo Testamento*, 1995, p. 207- 213

ofertante identifica-se com o animal. Oferecida sobre o altar, a vítima representa aquele que a oferece e indica que o ofertante pertence a Deus.

Os tipos de animais que eram oferecidos para o sacrifício se reduziam ao número de cinco, no máximo. A lei permitia somente animais limpos, e entre estes estavam a vaca, a ovelha, a cabra, a pomba e a rola. Os animais impuros não eram aceitos. Eles não poderiam ser símbolos do sacrifício santo do Calvário.

Só eram sacrificados animais domésticos porque eram estimados por seus donos, lhes eram caros e submissos. De outro modo não poderiam ser a figura profética daquele que *“como a ovelha muda perante os seus tosquiadores não abriu a sua boca”* (Is. 53:7). O animal tinha de ser propriedade do ofertante e finalmente deveria ser sem mancha, simbolizando desse modo, o Redentor, o Filho amado do Pai, sem mácula.

Assim, os sacrifícios cruentos de animais do Antigo Testamento, explica a razão porque o Novo Testamento fala tão diretamente do sangue de Jesus Cristo que purifica os salvos do pecado: *“Se porém, andarmos na luz, como ele na luz está, mantemos comunhão uns com os outros e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado.”* (I Jo. 1:7) e faz expiação pelos pecados dos homens de uma vez por todas: *“ Porque não tem necessidade, como os sumos sacerdotes, de oferecer todos os dias sacrifícios, primeiro, por seus próprios pecados, depois pelos do povo; **porque fez isto uma vez por todas**, quando a si mesmo se ofereceu.”* (Hb. 7:27), *“Ora, visto que lei tem sombra dos bens vindouros, não a imagem real da coisas, nunca jamais pode tornar perfeitos os ofertantes, com os mesmos sacrifícios que, ano após ano, perpetuamente eles oferecem. Doutra sorte, não teriam cessado de ser oferecidos , porquanto os que prestam culto, tendo sido purificados **uma vez por todas**, não mais teriam consciência de pecados?”* (Hb. 10:1-2) A vida e o sangue do animal não eram efetivos em si mesmos, porém, como símbolos e tipos da vida e do sangue de Jesus, eles certamente eram.

O significado expiatório do sistema sacrificial do Antigo Testamento implicam que eles eram realizados em lugar da obra sacerdotal do Messias e apontavam para ela. Jesus, como sacerdote, trouxe o sacrifício de vida e sangue em favor de todos os homens predestinados para a salvação, que por causa de

seus pecados estavam alienados de Deus, mortos em sua relação com Deus, oprimidos pelos efeitos esmagadores do pecado. E porque o Messias, prefigurado nos sacrifícios oferecidos, no tempo do Antigo Testamento, veio trazer o sacrifício, pleno e perfeito de vida e sangue, os adoradores dos tempos antigos, bem como os da era contemporânea, têm uma total expiação feita em seu favor. Através do sacrifício único e perfeito de Jesus, o “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo. 1:29), eles, os adoradores do Deus Altíssimo são restaurados à plena posição real na casa do Soberano Senhor.

2.5 - O dia da expiação – (כִּפּוּר יוֹם - Yom kuppur) Capítulos 16 e 23: 26-32 d Levítico.

Embora já tenha sido mencionado o referido evento, quando tratamos da fundamentação da doutrina da expiação no Antigo Testamento, trazemos à baila novamente o assunto para estabelecer sua relação com a mesma doutrina exposta no Novo Testamento.

O chamado *Yom Kippur* (dia da expiação) era o dia mais sagrado do calendário judeu. Nas palavras de Hoff, “o *Yom Kippur* era a coroa e ponto culminante de todo sistema de sacrifício” (Hoff, 1985 p. 186).

Isaías 53 é para a profecia Messiânica o que é Levítico 16 para o inteiro sistema mosaico de tipos e Hebreus para a aplicação desses tipos, a mais perfeita flor da indicação e cumprimento dos sacrifícios para expiação de pecados. Todos estes conceitos veterotestamentários encontram-se explicados e aplicados no Novo Testamento, tendo como sujeito, o Messias prometido por Deus, Jesus Cristo.

No *yom kuppur*, o sumo sacerdote reunia todos os pecados de Israel acumulado durante o ano e os confessava a Deus pedindo perdão. Somente ele podia entrar no lugar santíssimo e fazer expiação sobre o propiciatório da arca. Fazia-o somente uma vez por ano no dia da expiação.

O evento requeria uma preparação toda especial: o povo não devia trabalhar. Devia afligir suas almas jejuando, demonstrando desse modo tristeza e humildade por seu pecado. O sumo sacerdote banhava-se completamente, simbolizando sua purificação espiritual. Não deveria usar as vestes coloridas,

próprias para os dias de festividades, mas vestir uma túnica de linho branco que representava a pureza absoluta, requisito indispensável para entrar na presença do Deus santo (v. 3-4).

Arão fazia expiação pelos seus próprios pecados e pelos dos outros sacerdotes: sacrificava um bezerro e levava o sangue em um vaso com o incensário cheio de brasas tomadas do altar do incenso e com os punhos cheios de incenso, entrava no lugar santíssimo. Imediatamente punha o incenso sobre as brasas para que o fumo perfumado cobrisse o propiciatório. Assim seus pecados eram cobertos e ele não morria (v. 11-13). O incenso simbolizava a oração que subia pelo perdão dos pecados. Depois aspergia o sangue sete vezes sobre o propiciatório, no lugar santo e sobre o altar de bronze, expiando os pecados do sacerdócio e suas faltas ao ministrar no lugar santo (v. 14).

Arão fazia expiação pelo povo: os dois bodes escolhidos pelo sacrifício já haviam sido trazidos ao tabernáculo. Eram lançadas sortes sobre os animais, uma sorte para o Senhor e outra para azazel. Arão sacrificava o bode que era para o Senhor. Já havia entrado no lugar santíssimo para expiar seus pecados e agora da mesma maneira fazia expiação pelos pecados do povo (v. 15-16).

A seguir punha as mãos sobre a cabeça do animal vivo, o outro bode sobre o qual recaiu a sorte para azazel, e confessava todas as iniquidades de Israel. O bode era enviado para o deserto para nunca mais voltar. Então Arão lavava as suas vestes, banhava-se e se vestia. Oferecia carneiros como sacrifício do holocausto (v. 20-25).

Se no capítulo 16 de Levítico temos a descrição minuciosa de todos os passos para o procedimento do dia anual da expiação; nos capítulos 9 e 10 da Epístola aos Hebreus temos a relação explícita deste evento do Antigo Testamento aplicada na ótica neo testamentária.

O nono capítulo de Hebreus faz um exame particular dos antigos sacrifícios com o objetivo de mostrar que, no único sacrifício de Cristo, toda aquela prática se tornou obsoleta, assim como o próprio antigo sacerdócio. Isto é antecipado em Hb. 7:26-27 “ *Com efeito nos convinha um sumo sacerdote como este, santo, inculpável, sem mácula, separado dos pecadores e feito mais alto que os céus, que não tem necessidade, como os sumos sacerdotes, de oferecer todos os dias sacrifícios, pelos seus próprios pecados, depois, pelos do povo; porque fez isto uma vez*

por todas, quando a si mesmo se ofereceu.” Este texto mostra que, além de Jesus ter cumprido o papel de sumo sacerdote, que representa para sempre o seu povo diante de Deus, Jesus é também o “grande sacrifício”. Sua expiação foi aplicada por ele mesmo, na qualidade de sumo sacerdote.

Notamos que neste texto, o autor sagrado mostra-nos que a despeito de qualquer bem que houvesse no antigo sistema de sacrifícios, ritos e cerimônias, o próprio tabernáculo era símbolo de um acesso limitado. O véu separava o Santo dos Santos do povo judeu. Somente o sumo sacerdote podia entrar ali, e assim mesmo, apenas uma vez por ano. O povo comum não tinha qualquer acesso à presença de Deus. Em Cristo, na qualidade de nosso Sumo Sacerdote, o Santo dos Santos foi aberto para o povo (4:14 e 10:19). Para que esse acesso se tornasse real para o povo, o antigo sistema de sacrifícios teve de ser abandonado, do mesmo modo que aconteceu com antigo sacerdócio, à sua lei e ao pacto antigo que agora, por estarem antiquados, precisavam ceder lugar ao que é novo (Hb. 8:13).

Mas apesar do antigo sistema ter ficado antiquado, o fato é que os seus sacrifícios tipificavam o sacrifício de Cristo, bem como o seu sacerdócio, sendo ele mesmo o oficiante do sacrifício e o próprio sacrifício. Assim posto, podemos aprender acerca de Jesus Cristo em sua expiação, relembrando-nos dos sacrifícios do Antigo Testamento. Os sacerdotes sempre tinham de oferecer alguma coisa; o princípio de sacrifício não terminara, embora sua forma tenha sido infinitamente modificada. Cristo tem um ministério referente a sacrifícios, mas isto ele efetuou no “santuário celeste”, e não na mera cópia terrena e antiga. Isso aponta para a superioridade de seu ministério.

No trecho entre os versos de 1 a 10 do capítulo 9 , o apóstolo enumera os objetos e os rituais contidos na Antiga Aliança, necessários para a expiação de pecados e a reconciliação com Deus. A partir do versículo 11 até o v. 22 ele passa a descrever a alteração que estes ritos sofreram com a vinda do Messias, na pessoa de Jesus Cristo. Assim diz o texto: “ *Quando, porém veio Cristo como sumo sacerdote dos bens já realizados, mediante o maior e mais perfeito tabernáculo, não feito por mãos, que dizer, não desta criação, não por meio de sangue de bodes e de bezerras, **mas pelo seu próprio sangue entrou no Santo dos Santos, uma vez por todas, tendo obtido eterna redenção. Portanto se o sangue de bodes e touros e a cinza***

*de uma novilha, aspergidos sobre os contaminados, os santificam, quanto à purificação da carne, muito mais o sangue de Cristo, que pelo Espírito eterno, a si mesmo se ofereceu sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência de obras mortas, para servirmos ao Deus vivo! Por isso mesmo, Ele é o Mediador da nova aliança, afim de que, intervindo a morte para a remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que tem sido chamados. Porque, onde há testamento, é necessário que intervenha a morte do testador; pois um testamento só é confirmado no caso de mortos; visto que de maneira nenhuma tem força de lei enquanto vive o testador. Pelo que nem a primeira aliança foi sancionada sem sangue; porque havendo Moisés proclamado todos os mandamentos segundo a lei a todo povo, tomou o sangue de bezerras e dos bodes, com água e tinta de escarlata, e hissopo e aspergiu, não só no próprio livro, como também sobre o povo, dizendo: Este é o sangue da aliança, a qual Deus prescreveu para vós outros. Igualmente também aspergiu com sangue o tabernáculo e todos os utensílios do serviço sagrado. Com efeito, quase todas as coisas, segundo a lei, se purificam com sangue; e, **sem derramamento de sangue, não há remissão.***

Notemos que o contraste entre a prática da expiação nos moldes da Antiga Aliança e a Nova é estabelecido. O v. 11 descreve Cristo como sendo o Sumo sacerdote dos bens já realizados. Observemos os contraste entre o sumo sacerdote da antiga aliança e o Sumo sacerdote da Nova. Para tal lançamos mão da seqüência de idéias de Calvino:

É mister que notemos criteriosamente os particulares nos quais o autor compara Cristo com o antigo sumo sacerdote. Ele havia dito que o sumo sacerdote só entrava no santuário uma vez por ano, com sangue para fazer expiação pelos pecados. Neste aspecto se assemelha ao antigo sumo sacerdote, visto que somente ele possui a dignidade e o ofício de *Sacerdote*. Entretanto, ele é diferente do Antigo neste aspecto: traz consigo as bênçãos eternas que asseguram perpetuidade ao seu sacerdócio. Há uma Segunda semelhança entre o antigo sumo sacerdote, a saber: ambos entram no Santo dos Santos através do santuário; diferem, porém no seguinte aspecto: somente Cristo entrou no céu através do templo do corpo. O fato de que o Santo dos Santos se abria só uma vez por ano para que o sumo sacerdote entrasse e fizesse expiação solene, constituía uma vaga prefiguração do singular sacrifício de Cristo. Essa entrada singular foi comum a ambos: no tocante ao sacerdote terreno, porém, em cada

ano; mas no tocante ao sacerdote celestial, foi para sempre. A oferenda de sangue é comum a ambos, há, porém uma imensa diferença no tipo de sangue, visto que Cristo não ofereceu sangue de animais, e sim o seu próprio. A expiação é comum a ambos: a antiga expiação, sob a lei, porém, visto que era ineficaz era repetida a cada ano, enquanto que a expiação consumada por Cristo tem validade eterna e é esta expiação que é a base de nossa salvação eterna.

O autor de Hebreus ressalta, nos versos 12 e 14 a superioridade do sangue de Cristo em detrimento do sangue de bodes e touros do sistema sacrificial na Antiga Aliança, bem como o poder da sua aplicação. O pensamento de Calvino é elucidativo nesta questão. Assim ele destaca;:

Se o sangue de animais era um símbolo genuíno de purificação, no sentido em que ele agia de uma forma sacramental, quanto mais o sangue de Cristo, que é a própria verdade, não só dará testemunho da purificação por meio de um rito externo, mas também aquele que realmente penetrará as consciências humanas. O autor mostra claramente como a morte de Cristo deve ser avaliada não pelo prisma de seu ato externo. Mas pelo poder do Espírito. Cristo sofreu como homem, no entanto, a fim de que sua morte pudesse efetuar nossa salvação, sua eficácia flui do poder do Espírito. O sacrifício que produziu a expiação externa foi muito mais que uma obra meramente humana. o texto diz que o Espírito é eterno, para que saibamos que a reconciliação que ele efetua é eterna.⁶⁹

Se o sangue de animais, porque as vítimas eram deficitárias, era ineficaz, chamou-se um outro sacrifício; tendo Jesus (o Filho de Deus encarnado) como vítima do sacrifício, pois somente Ele seria a única vítima legal e capaz de satisfazer a justiça de Deus.

No versículo 15 do referido texto, o Cordeiro da Nova Aliança é colocado como Mediador dela, onde o autor da epístola assevera que por causa do tipo de sacrifício que Ele realizou (eficaz e perpétuo), a figura do mediador, nos moldes da antiga aliança, que lançava mão de sacrifícios e sangue de animais, fora abolida, permanecendo como mediador somente o último.

Entre os versos 16 a 21 o autor da carta aos Hebreus discorre acerca da validade do pacto que só pode ser validado através do derramamento de sangue.

⁶⁹ João CALVINO – Exposição de Hebreus, 1997 p. 231-232.

o verso 18 é claro ao afirmar que o antigo pacto foi sancionado com sangue, e deduz desse fato que os homens então eram instruídos em que o mesmo não poderia ter validade ou ser eficaz, a menos que a morte interviesse. Diz ainda que o fato do sangue de animais que era derramado não servia para validar a confirmação do pacto eterno. O autor acrescenta ainda que o tabernáculo e todos os vasos, bem como o próprio livro da Lei, eram aspergidos. Por meio dessa cerimônia o povo era instruído em que Deus não podia ser buscado, ou corretamente cultuado, a menos que em cada passo da fé visualizasse a mediação do sangue. Não é sem razão que a majestade de Deus nos infunde temor e a via de acesso a ela se nos torna , nas palavras de Calvino, *um pavoroso labirinto*, até que descobramos que ele é apaziguado pelo sangue de Cristo, e até que este sangue nos proporcione livre acesso à sua presença. Todas as formas de culto são defeituosas e profanas, a menos que Cristo as purifique pela aspersão de seu sangue.

Sobre o sentido do tabernáculo no culto e sua relação com a Nova Aliança, Calvino destaca:

O tabernáculo era uma espécie da imagem visível de Deus, e os vasos do ministério, para o seu culto, e se tornaram assim, símbolos de culto genuíno. Ora, se nenhum deles, sem sangue continha salvação para o povo, podemos concluir sem pensar muito: onde Cristo não aparece com seu próprio sangue, não temos nada a ver com Deus. Por mais imutável que a benevolência divina seja, a doutrina, por si só, nos será de nenhum proveito, a menos que ela seja sancionada por meio do sangue.⁷⁰

O sentido aplicado do tabernáculo e dos vasos, por Hebreus, muito mais que a Igreja e os crentes de quem Deus se utiliza, significa que sem a presença do sangue, Deus não pode ser invocado, o homem não pode adentrar ao santuário e não pode comparecer diante do Senhor. Este caminho só se torna possível através do sangue, e na Nova aliança, o sangue de bodes e de touros é substituído pelo sangue de Jesus (10: 19-20)

⁷⁰ João CALVINO – Exposição de Hebreus, 1997 p. 239

Ao concluir seu pensamento sobre a superioridade e eficácia do sacrifício de Cristo, o autor de Hebreus destaca : *sem derramamento de sangue não há remissão.*” Isto concorda plenamente com a antiga aliança. Os sacrifícios visavam a expiação de pecados. O décimo sexto capítulo de Levítico é a passagem central a esse respeito, e Hebreus 9: 7 e ss. Contém a descrição feita pelo autor sagrado acerca da expiação por sangue, instituída no antigo Testamento, conforme discorreremos acima.

Remissão – αθησι - Palavra para indicar pagamento de dívida (ver Mt. 6:12 e 18: 27,32). Os pecados são reputados como dívida. Nossa dívida é saldada devida à graça divina que nos é oferecida na expiação. O termo traduzido como “remissão” no grego é αθεσι que significa “soltura”, “cancelamento de dívida”, “perdão” e a forma verbal significa deixar, cancelar, remir, perdoar.

A idéia essencial vinculada a esse ato , era a da destruição da vida, da devoção da mesma vida a Deus quando se refere ao derramamento de sangue o ato subsequente de derramar o sangue ao pé do altar. Por conseguinte, a significação simbólica desses dois atos era também perfeitamente distinta: o derramamento de sangue vem significar mais que a mera morte física e sim o martírio espiritual de Cristo, devido à rendição de uma vontade viva de Deus, em obediência perfeita até a morte e o derramar o sangue aos pés do altar como sendo este ato de total submissão a Deus, num ato de devoção a Deus, em função do sacrifício que Ele oferece.

Devido à exigência da purificação de tudo que se referia à adoração a Deus, visto tudo estar maculado mediante o contato humano. E que esta mácula é culposa, é necessário a αθησι . a grande lei de Lv. 17:11” *porque a vida da carne está no sangue. eu vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pela vossa alma, porquanto é o sangue que fará expiação em virtude da vida.*” demonstra que a remissão é feita através do derramamento de sangue, pois é o sangue que faz expiação pela alma.

Cada oferta era uma execução da sentença da lei contra um substituto pelo ofensor, e cada uma dessas ofertas salientava aquela futura morte vicária de Cristo, a única de, nas palavras de Champlin *vindicar a retidão de Deus*, que passava por ciam dos pecados daqueles que ofereciam os sacrifícios simbólicos.

A grande maravilha do amor de Deus repousa na doutrina da Expição. Jesus deu a sua vida pela vida de seus escolhidos. Uma vida humana pela vida humana, mas uma vida infinitamente digna por sua união com Deus. Em Mt. 26:28 ele declara: “ *porque isto é o meu sangue, o sangue da nova aliança, derramado em favor de muitos, **para a remissão de pecados.***” (grifo meu)

Calvino, ao falar acerca da necessidade do sangue para a remissão, afirma:

Aos homens está vedado o comparecimento à presença de Deus em virtude do fato que, visto que, com razão, irado contra todos, não há motivo para que esperem dele a promessa de algum favor, até que ele seja pacificado. A única forma de Deus ser pacificado é através de sangue expiatório; daí não se pode esperar perdão algum enquanto não nos apresentarmos com sangue. E isso se dá quando, pela fé, encontramos refúgio na morte de Cristo.⁷¹

O sangue é o instrumento elementar para promover o apaziguamento entre a justa ira da justiça ira de Deus com o homem pecador. Esta é a mensagem deste texto. O sangue expiatório, por sua vez possui as suas significações, a saber:

a – Aponta para a seriedade do pecado por provocar a morte de uma vítima inocente. O homem tende a reduzir ao mínimo a importância negativa do pecado, em sua força destruidora. Mas os sacrifícios nos fazem lembrar da sua potência destruidora.

b – Os sacrifícios lembram-nos da necessidade de uma solução radical, uma vez que ninguém pode ser o autor de seu próprio perdão, ainda que necessite aceitar a provisão perdoadora. Os homens tendem a nominar disfarçadamente os seus pecados. Muitos até se divertem e gloriam neles (Fl. 3:19). Mas os sacrifícios mostram quão grave é o pecado, precisando de uma provisão mais poderosa que qualquer homem pode prover .

c – Dada a seriedade do pecado, a necessidade do sacrifício como único instrumento de reparação, torna-se latente. Na cruz encontramos a estimativa de Deus sobre a seriedade do pecado e a provisão divina acerca do perdão.

⁷¹ João CALVINO – Exposição de Hebreus, 1997 p. 242.

d – Os sacrifícios do antigo Testamento só serviam para purificar cerimonialmente, mas o sacrifício de Cristo, atinge a nossa própria consciência, o nosso próprio coração (Hb. 9: 14).

e – Na expiação de Cristo, o sangue líquido de Jesus não é reputado como dotado de propriedades mágicas, conforme se verifica no conceito de expiação cruenta. Antes o seu sangue se tornou a expressão simbólica que lançamos mão para aludir ao fato de que ele nos dá de sua vida, levando sobre si mesmo o pecado dos eleitos e sofrendo a pena imposta aos mesmos.

Assim, concluímos acerca da elevada importância do sangue sacrificial,, quando tomamos em conta que o que Cristo fez na cruz, nós não poderíamos fazer por nós mesmos. Ele satisfaz as exigências da lei e o seu decreto contra o pecado, ao tomar sobre si o nosso juízo. Todo o processo é aplicado misticamente, pelo Espírito Santo. Compartilhamos da morte de Cristo, porque o Espírito agora habita em nós e nos dá repúdio e poder contra o pecado; compartilhamos da vida de Cristo porque o Espírito está realmente nos transformando, infundindo-nos sua santidade e até mesmo tipo de vida, de tal modo que estamos sendo restaurados como seres que compartilham de sua natureza.

3 - MEDIAÇÃO

Temos asseverado até aqui acerca do conceito da expiação na compreensão da Antiga Aliança, destacando os seus elementos e estabelecendo a relação do conceito expiatório presente em toda a Escritura, apontando para a sua aplicação no contexto da Nova Aliança.

É também, de suma importância, que tenhamos em vista os ofícios mediatórios de Cristo que faz a ponte de ligação entre Antigo e Novo Testamento e que, dentro do estudo da Sua obra expiatória, é de vital importância para a compreensão da doutrina da expiação.

Quando Deus tirou o seu povo do Egito, Ele instituiu como parte do relacionamento pactual um sistema de sacrifícios que tinha no seu centro o derramamento e oferta de sangue de animais sem defeito “*para fazer expiação*”

pelas vossas almas” (Lv. 17:11). Esses sacrifícios eram típicos, isto é, tipos pois apontavam para algo mais adiante. Embora os pecados não fossem totalmente cobertos, expiados (assim afirma Rm. 3:25:” ... *deixando impunes os pecados anteriormente cometidos*”) quando os sacrifícios eram oferecidos fielmente, o que efetivamente os apagava não era o sangue do animal sacrificado conf. declara Hebreus 10:11 : “*ora, todo sacerdote se apresentava dia após dia, a exercer o serviço sagrado e a oferecer muitas vezes o mesmo sacrifícios, que nunca, jamais podem remover pecados.*” Mas o sangue do antítipo, o Filho de Deus sem pecado, Jesus Cristo, cuja morte na cruz fez expiação por todos os pecados cometidos antes do evento histórico de Sua obra expiatória, bem como de todos os pecados cometidos depois deste evento em favor de seu povo eleito (Rm. 3:25-26; 4:3-8; Hb. 9:11-15).

A Escritura menciona os eleitos de Deus como necessitados de reparação de seus pecados, porém desprovidos de todo o poder e recurso para fazê-lo. O pecado do homem ofendeu e ofende ao Deus Santo e Puro, cuja natureza é odiar o pecado. Assim notamos nas seguintes passagens: Jr. 44:4: “*começando eu de madrugada, enviei-lhes os meus servos, os profetas para que não façais esta coisa abominável que eu aborreço*” ; Hc. 1:13 “*Tu és tão puro de olhos, que não podes ver o mal e opressão e a opressão não podes contemplar*” Não existe nenhuma possibilidade de aceitação da parte de Deus ou comunhão com Ele, a menos que seja feita a devida reparação. E considerando que há pecado mesmo nas melhores ações do homem, qualquer esforço que si fizer na esperança de promover esta reparação, poderá tão somente agravar a sua culpa e ou piorar a sua situação. Nas palavras de Packer⁷², esta atitude “*torna danosa a insensatez de instituir uma justiça própria diante de Deus (Jó 15:14-16; Rm. 10: 2-3); isto simplesmente não poderia ser feito.*”

Entretanto, contra este pano de fundo da desesperança humana, a Escritura anuncia o amor, a graça, a misericórdia, a piedade, a bondade e a compaixão de Deus. A Escritura revela o Criador ofendido que provê em si mesmo a expiação que aquele pecado tornou necessário. Sobre este sacrifício expiatório reparador, Packer assevera:

⁷² J.I.PACKER , Teologia Concisa – Síntese dos fundamentos históricos da fé cristã, p. 128

A morte expiatória de Cristo ratificou a inauguração da nova aliança, pela qual o acesso a Deus em todas as circunstâncias é garantido pelo só sacrifício de Cristo, que cobre todas as transgressões (Mt. 26:27,28; I Cor. 11:25; Hb. 9:15; 10:12-18). Aqueles que pela fé em Cristo receberam a reconciliação, nele são “feitos justiça de Deus” (II Cor. 5:21). Em outras palavras eles são justificados e recebem o status de filhos adotivos na família de Deus (Gl. 4:5). Depois disto, vivem sob o amor motivador de Cristo para com eles, o qual os constringe e controla, amor que se fez conhecido e medido pela cruz (II Cor. 5:14).⁷³

Tal privilégio, somente se tornou possível pela mediação que Cristo fez, interpondo-se entre Deus e os homens, isto porque o sacrifício de animais foi substituído pelo sacrifício de Jesus, o Deus Homem que fora sacrificado para pagar a dívida daqueles que escolhera antes da fundação do mundo. . Um ato decidido pela Trindade desde os tempos eternos. É notável a declaração de Calvino sobre este ponto:

Agora, foi-nos da máxima importância, que fosse tanto verdadeiro Deus quanto verdadeiro homem aquele que nos houvesse de ser o Mediador. Se da necessidade disto se indaga, não houve, de fato, uma necessidade simples, ou como dizem geralmente, absoluta. Procedeu, antes do decreto celeste, de que dependia a salvação dos homens. Mas o Pai clementíssimo decretou o que nos era melhor. Ora, uma vez que nossas iniquidades, dir-se-ia interposta uma nuvem entre nós e Ele, nos haviam alienado inteiramente do seu Reino dos Céus, ninguém podia ser o intermediário da paz restaurada, senão aquele, que a Ele se pudesse chegar.⁷⁴

A reconciliação somente seria possível através do derramamento do sangue, como já temos asseverado, somente pelo sangue, o pecador pode ser reaproximado de Deus. Nisto consiste o ministério salvador de Jesus Cristo: *“Ele é o mediador entre Deus e os homens”* (I Tm. 2:5). O papel do mediador consiste em aproximar as partes que não estão em comunicação e que estão alienadas, afastadas, a ponto de guerrearem. Para tal, o mediador deve ter ligação com ambos os lados, afim de identificar com os interesses de ambos e assegurá-los, representando ambas as partes em uma base de boa vontade.

⁷³ J.I.PACKER , Teologia Concisa – Síntese dos fundamentos históricos da fé cristã, p. 129-130.

⁷⁴ João CALVINO, Institutas , 1989, vol. II , p. 230

Cada membro de nossa raça degradada e rebelde é, por natureza, hostil a Deus e permanece sob a ira de Deus, isto é, nas palavras de Packer⁷⁵, *da rejeição punitiva pela qual, como Juiz, Ele expressa uma ira ativa contra os nossos pecados.*” Isto porque a condição do homem com relação a Deus é de total depravação, havendo uma tremenda *“discrepância entre a nossa sordidez e a suprema pureza de Deus.”*⁷⁶ A reconciliação entre partes conflitantes é desejável e necessária, todavia, isto só pode ocorrer se a ira de Deus for de algum modo absorvida e aplacada, e se o coração hostil do homem a Deus, e que motiva sua vida contra Ele, for de alguma forma mudado. Em misericórdia, Deus, o Justo Juiz enviou seu Filho ao mundo para promover a reconciliação necessária. Uma deliberação *ad intra* da Trindade (obra realizada dentro da Trindade), ou seja, o Filho não tomou a iniciativa só para aplacar a justiça de Deus, mas veio em submissão e esta deliberação. Uma atitude tomada, movida pelo amor e compaixão que sente pelo homem, sendo esta, como afirma Calvino uma ação que *“de modo inconcebível Ele nos amou, mesmo quando nos odiava”*, sendo para nós, a dádiva da pessoa de seu Filho como portador de nosso pecado, o fruto deste grande e imensurável amor.

Objetiva e definitivamente, Cristo realizou a reconciliação para nós mediante a substituição do objeto da pena. Isto fez, tomando o nosso lugar na cruz, assumindo a nossa identidade, carregando a maldição que deveria ser nossa: *“Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar”* (Gl. 3:13), e por meio do derramamento de seu sangue sacrificial promoveu a paz para nós: *“aboliu na sua carne, a lei dos mandamentos na forma de ordenanças, para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz, e reconciliasse ambos em um só corpo com Deus, por intermédio da cruz, destruindo por ela a inimizade.”* (Ef. 2:15-16). E ainda, *“porque aprovou a Deus que nele residisse toda a plenitude, e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, quer sobre a terra, que nos céus.”* (Cl. 1:20). Paz aqui, segundo Packer⁷⁷, significa fim à hostilidade, culpa, e exposição ao castigo retribuidor, que de outra forma seria

⁷⁵ J.I.PACKER, Teologia Concisa, 1995, p. 125

⁷⁶ João CALVINO, Institutas, 1989 – Vol II p. 230

⁷⁷ J.I.PACKER, Teologia Concisa, 1995, p. 126

inevitável, em outras palavras, perdão para todo o passado e aceitação permanente para o futuro.

Jesus é o “mediador de uma nova aliança” (Hb. 9:15; 12:24), ou seja, o iniciador de uma nova relação de paz consciente com Deus, indo além do que as menos eficazes práticas do Antigo Testamento para expiar a culpa pelo pecado.

O ministério mediador de Jesus Cristo é colocado em termos de “ofício” e se desdobra na triplicidade destes. Calvino⁷⁸ assim os denomina: Múnus profético, múnus sacerdotal e múnus real.

Muito embora a palavra “ofício” não ocorra nenhuma vez nas Escrituras, a expressão é amplamente empregada como termo teológico nos nossos Símbolos de Fé (Confissão de Fé de Westminster, Catecismo maior e Breve Catecismo), bem como em obras de teologia. Para melhor entendimento do assunto, segue-se a definição do termo, segundo Van Horn:

A palavra ofício vem do latim *officiun* e significa qualquer dever ou incumbência ou responsabilidade que uma pessoa deverá exercer para outra. É interessante notar que o termo nunca é usado para indicar o que uma pessoa faz para si, mas dá entender o que uma pessoa faz para outra.⁷⁹

Estes três aspectos da obra de Cristo acha-se reunidos na carta aos Hebreus, onde Jesus é tanto rei messiânico, exaltado em seu trono (1:3,13; 2:9; 4:16), como também o Sumo Sacerdote que se oferece a Deus como um sacrifício para os nossos pecados (Hb. 2:17; 4:14 a 5: 10 e caps. 7 a 10). Além disto, Cristo é descrito como profeta, o mensageiro, por meio de quem a mensagem, da qual Ele é a substância, foi primeiro proclamada (Hb. 2:3).

Enquanto no antigo Testamento os papéis mediadores de profeta, sacerdote e rei foram preenchidos por indivíduos separados, na Nova Aliança, todos os três ofícios se aglutinaram na pessoa única de Jesus. Assim, Ele é o suficiente Salvador, sedo o nosso profeta, sacerdote e rei.

A seguir, faremos uma abreviada exposição sobre cada ofício de Cristo.

3.1 - OFÍCIO PROFÉTICO –

⁷⁸ João CALVINO, *Isntitutas*, 1989 – Vol II p. 260

⁷⁹ Leonard T. VAN HORN, *Estudos no Breve Catecismo de Westminster*, 2000, p. 51

O antigo Testamento descreve o profeta (*nabhi, ro'eh e chozeh*) como alguém que fala da parte de Deus, São tidos como “homens de Deus” e “mensageiros do Senhor” , que indica alguém que presta serviço especial ao Senhor e que vela pelos interesses espirituais do povo. No Novo Testamento a expressão προθετης indica proferir (e não falar de antemão), designando ao profeta uma missão de falar em nome de Deus, sendo alguém que vê as coisas, isto é, recebe revelações, que está a serviço de Deus, particularmente como mensageiro, e que fala em Seu nome.

A Escritura aponta para o eterno ministério profético de Cristo. Ele agiu como profeta desde a Antiga dispensação, como nas revelações especiais do Anjo do Senhor, nos ensinamentos dos profetas, nos quais agiu como espírito de revelação (I Pe. 1:18) e na iluminação espiritual dos crentes. Depois da encarnação Ele prosseguiu em Sua obra profética com Seus ensinamentos e milagres, com a pregação dos apóstolos e dos ministros da Palavra, bem como, na iluminação e instrução dos crentes como o Espírito que neles habita. E ainda continua Sua atividade profética desde os céus mediante a operação do Espírito Santo. Enquanto profeta, os ensinamentos de Cristo são, nas palavras de Berkhof⁸⁰, *verbais e fatuais*, isto é, Ele não só ensina por meio de comunicações verbais, mas também pelos fatos da revelação, como a encarnação, a Sua morte expiatória, a ressurreição e ascensão; e até durante o período do Antigo Testamento, mediante tipos cerimoniais, mediante os milagres da redenção e mediante a direção providencial do povo.

3.2 - OFÍCIO REAL –

Embora os autores tratem este ofício por último, ou seja, após asseverarem acerca do ofício profético e sacerdotal, nós o destacaremos em ordem inversa, dado propósito de nosso trabalho; uma vez que nos propomos a citar os três ofícios de forma concisa e o ofício sacerdotal desembocará na continuidade de nosso tema, não havendo assim, uma quebra na seqüência das idéias.

Na qualidade de Segunda Pessoa da Trindade, o Filho eterno de Deus, Cristo, naturalmente compartilha de Seu domínio sobre todas as Suas criaturas.

Seu trono está estabelecido nos céus e Seu reino domina sobre tudo (Sl. 103:19). Calvino⁸¹ denomina o *múnus* real de Cristo *como um reino espiritual e eterno*. A natureza do reinado espiritual de Cristo é o seu governo real sobre o que Berkhof chama de *regnum gratiae*, reino de graça, isto é, sobre o Seu povo, sobre a Sua Igreja. É um reinado espiritual porque sua relação se dá em uma esfera espiritual; porque leva direta e imediatamente a um fim espiritual, a salvação do Seu povo e finalmente é espiritual porque é administrado, não pela força ou por meios externos, mas pela Palavra e pelo Espírito, que é o Espírito de verdade, de sabedoria, de justiça e santidade, de graça e misericórdia. Trata-se do governo mediatório estabelecido nos corações e na vida dos salvos. Tal reinado revela-se na reunião da igreja, e em seu governo, proteção e perfeição.

A natureza eterna do reinado de Cristo é o fato de que Cristo recebeu a Sua designação como rei mediatório, nas palavras de Berkhof, “*nas profundezas da eternidade*” e começou a agir como tal, imediatamente após a queda (Pv. 8:23; Sl. 2:6). Durante a antiga dispensação Ele levou a cabo sua obra como Rei, em parte por intermédio dos juizes de Israel e em parte por intermédio dos reis típicos,. Mas embora Lhe fosse permitido governar como Rei, mesmo antes da encarnação, não assumiu pública e formalmente o seu trono nem inaugurou o Seu reino espiritual antes da sua ascensão e elevação à destra de Deus. Trata-se de um reinado que não terá fim, embora sofra alteração em seu método de operação na consumação do mundo.

3.3 - OFÍCIO SACERDOTAL –

“Porque todo sumo sacerdote, sendo tomado dentre os homens, é constituído nas coisas concernentes a Deus, a favor dos homens, para oferecer tanto dons como sacrifícios pelos pecados.” (Hb. 5:1).

Esta é a clássica citação na qual são dadas as verdadeiras características do sacerdote e na qual a sua obra é em parte designada. Aqui estão indicados os seguintes elementos: a- o sacerdote é tomado dentre os homens para ser o seu representante; b- é constituído por Deus (conf. vv. 4); c- age no interesse dos homens nas coisas pertencentes a Deus; d- sua obra especial consiste em

⁸⁰ Louis BERKHOF, Teologia sistemática, 1990, p. 360

⁸¹ João CALVINO, Insntitutas, 1989 - vol. II p. 262

oferecer dádivas e sacrifícios pelos pecados. Mas a obra do sacerdote incluía ainda a intercessão pelo povo (7:25) e os abençoava em nome de Deus (Lv. 9:22).

O ofício de sacerdote de Cristo envolve duplo aspecto; Ele é o representante do Seu povo que oferece o sacrifício e é o próprio sacrifício. A declaração de Calvino, ao ressaltar o ofício sacerdotal de Cristo é de extrema relevância. Assim ele diz:

Impõe-se agora em relação ao sacerdócio de Cristo, sucintamente, assim considerar-lhe o fim e aplicação, que seja Ele um Mediador limpo de toda mancha. Que por sua santidade a nós concilie Deus. Mas porque sua justa maldição nos barra o acesso, e me função de seu ofício de juiz. Deus nos é infenso, para que seu favor nos alcance o Sacerdote a fim de aplacar-se a ira do próprio Deus, faz-se mister intervenha uma expiação. Pelo que, para que Cristo desempenhasse este múnus, impôs-se- Lhe apresentar com um sacrifício. Ora também sob a lei não era defenso ao Sacerdote adentrar no santuário sem sangue, para que soubessem os fiéis que embora se houvesse um sacerdote interposto como Intercessor, entretanto, não podia Deus ser propiciado, a não ser expiados os pecados. ⁸²

Só a Cristo compete a dignidade do sacerdócio, porque pelo sacrifício de sua morte, apagou a nossa culpa e fez satisfação pelos nossos pecados. Sua obra sacrificial é simbolizada e tipificada no Antigo Testamento pelos sacrifícios mosaicos que demonstravam, como uma sombra, do sacrifício muito maior que estava por vir, a sua natureza expiatória e vicária (substitutiva) e típico- profética. Assim, os sacrifícios não possuíam apenas um significado cerimonial e simbólico, mas também espiritual e típico. Eram de caráter profético, e representavam o evangelho na lei. Foram destinados a prefigurar os sofrimentos vicários de Jesus Cristo e Sua morte expiatória. Os sacrifícios do antigo Testamento se apresentam com um duplo propósito: Na questão da relação teocrática, pactual, eles foram ordenados como meios pelos quais o ofensor podia ser restaurado à posição e aos privilégios externos, desfrutados na condição de membros da teocracia, a que tinham perdido o direito por negligência e transgressão. Contudo, acerca das

⁸² João CALVINO, Institutas, 1989 - vol. II p. 267

transgressões de ordem moral, não constituíram o sacrifício real que poderia expiar a culpa moral e remover a corrupção moral, mas eram somente sombras da realidade por vir. Os sacrifícios, os utensílios e todos os elementos do sistema sacrificial veterotestamentário é, na aplicação do Novo Testamento, apenas *“parábolas para a época presente”* (Hb. 9:9). É nos dito também acerca da ineficiência daqueles sacrifícios para a plena purificação dos seus ofertantes. (10:4). Assim, do ponto de vista espiritual, eles eram tipos do sofrimento e morte vicários de Cristo e só obtinham perdão e aceitação de Deus quando eram oferecidos com verdadeiro arrependimento, e com fé de salvação utilizado por Deus, ou seja, só tinham significação salvadora na medida que levavam a atenção do israelita a fixar-se no redentor vindouro e na redenção prometida.

CAPÍTULO IV

TEORIAS DA EXPIAÇÃO NOS VÁRIOS MOMENTOS DA HISTÓRIA DA IGREJA

A grande e central parte da obra sacerdotal de Cristo jaz na expiação. Na elaboração desta doutrina, somos confrontados com uma tarefa muito abrangente, pois a sua compreensão envolve o entendimento da pessoa de Jesus Cristo, bem como, todas as facetas de sua vida e ministério.

A tentativa da doutrina da expiação é determinar qual é o conteúdo da obra redentora de Jesus Cristo em favor dos pecadores. É interessante notar que sempre houve, principalmente nos primórdios da história da igreja cristã, muita discussão acerca da Pessoa de Jesus, todavia, nunca houve uma preocupação em estabelecer o conteúdo desta obra, não obstante a sua grande importância, uma vez que a obra que Jesus realizou é absolutamente essencial, não somente para a salvação do povo de Deus, mas ela mostra quem é de fato, o salvador dos pecadores. Os primeiros concílios ecumênicos da história da igreja aconteceram para resolver problemas de ordem cristológicas (Nicéia – 325, arianismo, Constantinopla – 381, apolinarianismo, Éfeso- 431, Nestorianismo e Calcedônia – 451, Eutiquismo ou monofisismo), mas estes concílios resolveram apenas controvérsias surgidas em torno da Pessoa de Jesus; ora para afirmar sua plena divindade, ora, para afirmar sua plena humanidade. Todavia, porém, a obra de Jesus, nunca fora palco de discussão nestes concílios.

Por isso, antes de prosseguirmos sobre o conteúdo da obra mediatória de Cristo, demonstrando sua Causa e Necessidade, Natureza e Extensão, traremos à baila as diversas teorias da expiação ocorridas nos vários momentos da história da igreja, bem como a concepção arminiana da expiação.

Nossa abordagem sobre este ponto será norteadada pela seqüência proposta por Campos⁸³ em sua apostila Cristologia, por apresentar de modo substancioso e cronológico, o que se desenvolveu ao longo da historia da igreja

Por ser muito abrangente, mencionamos algumas das várias teorias relacionadas à doutrina da expiação, oriundas de diversas correntes teológicas, que tem a ver com idéias distorcidas de teontologia e de antropologia. Em outras palavras, a doutrina da expiação é dependente das idéias que se tem sobre Deus, sobre o homem e sobre o pecado e sobre sua entrada no universo dos homens.

1- Teoria da recapitulação de Irineu.

Irineu, bispo em Lyon, na França morto em 200 A.D. nascido em Esmirna, grande oponente dos gnósticos e ouvinte do grande Policarpo; cria que o homem estava escravizado pelo poder das trevas, embora ele não tome a morte de Cristo como satisfação devida a Satanás. Neste sentido, ele faz justiça em alguma medida ao ensino bíblico, pois Cristo morreu para satisfazer a justiça de Deus, libertando assim o homem. Contudo, Irineu ensina uma teoria da expiação bastante original, a teoria da recapitulação, isto é, nas palavras de Berkhof⁸⁴, *que Cristo recapitula em si mesmo todos os estágios da vida humana, e todas as experiências desses estágios, incluindo todas aquelas que pertenceram ao nosso estado como pecadores*". Quando Cristo se encarnou, recapitulando nossa vida, Ele reverte o curso pecaminoso dela da forma como recebemos de Adão, tornando-nos livres da velha vida. Todos os que são unidos a Ele pela fé, são tornados imortais e possuem efeitos éticos de transformação em suas vidas. Campos⁸⁵, ao explicar esta afirmação, diz: "*Cristo apresenta uma obediência em nosso favor, recapitulando todo o curriculum de nossa experiência, e em tudo presta obediência a Deus, revertendo assim, a desobediência do primeiro Adão.*"

Através de sua morte Cristo ganha uma vitória completa sobre Satanás em nosso favor. Contudo, diferentemente de Orígenes, Irineu sustenta que Cristo fez isto de maneira justa sem enganar ninguém.

A teoria da recapitulação de Irineu é ilustrada da seguinte maneira:

- Adão veio de um solo virgem (sem chuva) – Cristo veio da virgem Maria;

⁸³ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia – estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1988, p.01

⁸⁴ Louis BERKHOF, A História das Doutrinas Cristãs, 1992, p. 149.

⁸⁵ Heber Carlos de Campos, Cristologia – estudos Sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1988, p. 02

- Adão foi tentado quando estava cheio (satisfeito) – Cristo foi tentado quando estava vazio (com fome);
- Adão desobedeceu junto a uma árvore – Cristo obedeceu exatamente junto ao madeiro de uma árvore;
- Adão caiu no sexto dia da semana – Cristo foi crucificado no sexto dia.

Irineu também desenvolve um paralelo mais ou menos semelhante entre Eva e Maria.

Dessa forma, recapitulando todos os períodos da história do homem , resgatou-os por sua vida e morte. Berkhof⁸⁶, citando Mackintosh, chama esta teoria de *teoria esotérica* da Igreja primitiva.

2- Teoria do Resgate de Orígenes

Orígenes:

Morto em 254, foi sucessor de Clemente como cabeça da Escola de Alexandria. Escreveu a primeira teologia Sistemática chamada *De principis* . algumas de suas idéias foram declaradas heréticas pela igreja. Sua idéia de expiação não foi exposta em grandes detalhes. Falou da morte de Cristo como um sacrifício pelo qual Ele redime-nos de nossos pecados, mas alguns de seus pensamentos levam-nos a entender uma real teoria do resgate pago a Satanás, em termos bem fortes, Orígenes é tomado como representante mais clássico dessa teoria que foi relativamente comum na igreja da patrística.⁸⁷

Segundo essa teoria, a obra de Cristo é primeiramente dirigida a Satanás, afim de ganhar vitória sobre o diabo. Com o pecado e a morte, conforme o pensamento de Orígenes, Satanás ganhou o direito sobre o homem. Assim a morte de Cristo foi um resgate pago a Satanás para que tivesse, de volta, o direito da posse do homem pecador. Por sua morte expiatória, Cristo cancela os direitos de Satanás sobre o homem. Contudo, satanás foi enganado nesse negócio. Ele pensou que poderia segurar para si a alma impecável de Cristo, mas verificou que foi uma tortura para ele, de modo que ele teve que soltar Cristo, seu resgate. Dessa forma, Cristo teve vitória sobre Satanás, e libertou os cativos deixando

⁸⁶ Louis BERKHOF, Teologia sistemática, 1990, p. 386.

⁸⁷ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, P. 02

Satanás de mãos vazias. Ele não ficou com os pecadores nem com a alma impecável de Cristo como sua propriedade.

Orígenes também ensinou a teoria da restauração final de todas as coisas, de forma que o próprio diabo e seus demônios, assim como todos os homens, seriam eventualmente salvos.

3- Teoria da satisfação da Honra de Deus de Anselmo (Teoria Comercial)

Anselmo de Canterbury

Morto em 1109, foi o iniciador do Escolasticismo. A sua teoria da expiação aparece no seu livro famoso chamado *Cur Deus Homo?* (1094-1098). A ênfase de Anselmo na teoria da satisfação dirigida a Deus foi uma contribuição importante que é retida pela teologia reformada de pensamento, mas que é oposta à outras escolas de teologia. Anselmo enfatiza a satisfação da honra de Deus (a ênfase reformada é na justiça de Deus) e afirma a necessidade absoluta da expiação (enquanto que a fé Reformada afirma a necessidade de absoluta conseqüência).⁸⁸

A teoria de Anselmo ensina que o pecado do homem envolve a negação da honra que Deus merece. O pecado rouba de Deus sua honra, e a natureza de Deus requer que sua honra seja vindicada. Essa honra teve que ser restaurada.

As duas únicas maneiras para que sua honra seja restaurada são por meio de punição do ofensor e por meio da satisfação vicária. A simples misericórdia de Deus não poderia passar por cima do pecado. Então o que Deus fez? Em sua misericórdia Deus proporciona o modo de satisfação através de Jesus Cristo, seu Filho. Essa satisfação exige duas coisas:

- 3.1- O homem deveria apresentar uma plena obediência a Deus. Foi o que Cristo fez no lugar do homem. Cristo viveu uma vida de obediência perfeita perante a Lei, mas este foi simplesmente o seu dever de homem.
- 3.2 - O homem deveria reparar (expiar) o insulto à honra de Deus por pagar alguma coisa além e acima do débito real. Esse tipo de reparação, um simples homem não poderia fazer. Teria que ser Deus-Homem. Tinha que ser Deus para ser um sacrifício infinito, e tinha que ser homem para sofrer a

⁸⁸Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia - Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1998, p. 03

penalidade do pecado. Por esta razão, Cristo é enviado ao mundo. Isto é, para reparar ou restaurar a honra de Deus.

Ainda que incoerente ao Ensino da Escritura, a tese de Anselmo representa um notado avanço no desenvolvimento da compreensão da doutrina da expiação. Sobre este progresso, Berkhof, declara:

A doutrina de Anselmo assinala importante avanço no desenvolvimento da doutrina da expiação. Seu real valor reside no fato que estabelece o caráter objetivo da expiação, baseando sua necessidade na natureza imutável de Deus, o que impossibilita que ele viesse a permitir a violação de sua honra sem castigo. No entanto, sua exposição é defeituosa quando comparada à posterior doutrina penal substitucionária.⁸⁹

Cristo sofreu agonizando no processo da obediência como um homem sem pecado e isto foi considerado uma obra de *supererogation*. Visto que essa obra de *supererogation* foi apresentada pelo Filho de Deus impecável, foi uma obra de mérito infinito. Visto que Cristo não necessitava para si mesmo esta recompensa, seu mérito poderia ser passado para os pecadores na forma de perdão. Assim o valor infinito da obra de satisfação da honra de Deus feita por Jesus, proporciona uma expiação para os pecadores. A honra de Deus é vindicada e os pecadores recebem perdão através do tesouro da igreja dotado pela obra meritória de *supererogation* proporcionada por Jesus Cristo.

Cabe aqui uma explicação do termo *supererogation* que temos usado acima, para tal lançamos mão da exposição feita por Campos:

Este termo, segundo a idéia da teologia moral da igreja católica, diz respeito às obras voluntárias que as pessoas fazem que estão ao lado, sobre e acima daqueles que Deus ordena. O verbo latino *Supererogare* significa "pagar mais do que o necessário". Portanto aquele que pratica obras de *supererogare*, faz mais do que Deus exige. A teologia moral católica que toma como base o texto de Lc. 10:35 para esse conceito, faz uma distinção entre as obras que são necessárias e as obras que voluntárias. Em fazendo as obras voluntárias (como aceitar os votos de pobreza, celibato) estas pessoas estão fazendo mais do que Deus requer. Tais obras são meritórias e podem conseguir benefícios para outros. Foi exatamente o que Cristo fez.⁹⁰

⁸⁹ Louis BERKHOF, A História das Doutrinas Cristãs, 1992, p. 157.

⁹⁰ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, p. 04

A doutrina exposta por Anselmo, embora bastante completa, é alvo de muitas críticas, dada às suas muitas falhas. O comentário destas falhas é segundo Berkhof ⁹¹, em sua Teologia Sistemática, ao tratar da referida teoria:

- a- a necessidade da expiação, segundo Anselmo, não é baseada na justiça de Deus que não pode tolerar o pecado, mas na Sua honra, que exige emenda ou reparação.
- b- Não há espaço para a idéia de que, pelo sofrimento, Cristo sofreu a penalidade do pecado e de que seus sofrimentos foram estritamente vicários. Para Anselmo, a morte de Cristo é mero tributo oferecido voluntariamente à honra do Pai, constituindo um mérito sepperrogatório (além daquilo que Deus exigiu), compensando o demérito dos outros. Esta é, aliás, a doutrina católico romana da penitência aplicada à obra de Cristo.
- c- O esquema é insuficiente por ser unilateral, no sentido em que a base da redenção é exclusivamente na morte de Cristo concebida como uma contribuição material para a honra de Deus, excluindo a obediência ativa de Cristo como um fator que contribui para a sua obra expiatória.

4- A Teoria da Influência Moral de Abelardo

Peter Abelardo

(1079-1142) foi uma espécie de “liberal” entre os escolásticos medievais. Sua obra *Sic et Non* foi uma coleção de trechos aparentemente contraditórios das Escrituras e da patrística num grande número de assuntos. Sua idéia de Trindade foi condenada em 1121. Seu conceito sobre expiação foi demonstrado em seu comentário sobre Romanos. Ele se opôs de maneira vigorosa à teoria da satisfação de Anselmo. ⁹²

A teoria de Abelardo é bem diferente da de Anselmo. Segundo Abelardo, o pecado não ofende a Deus a ponto dele exigir satisfação. Ele rejeita a visão de Anselmo de que Deus foi reconciliado pela morte de seu Filho. A morte de Cristo, portanto, não foi uma expiação do pecado. Ao contrário, a morte de Cristo foi

⁹¹ Louis BERKHOF, Teologia sistemática, 1990, p. 387

⁹² Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, p. 04

manifestação do amor de Deus sofrendo em e com as criaturas pecaminosas, tomando sobre si próprio as tristezas e as dores delas. Este sofrimento de nenhum modo satisfaz a justiça de Deus ou honra divina, este sofrimento é a revelação do amor divino dirigido para amaciar o coração do homem e conduzi-lo ao arrependimento. O alvo do sofrimento de Jesus é mostrar ao pecador que não há obstáculo algum de Deus para perdoar os pecadores. Deus está ansioso por perdoá-los, mesmo que não haja qualquer satisfação de justiça divina. O amor de Deus dá o perdão aos pecadores, mas não requer qualquer satisfação. Tudo o que Deus requer é a penitência deles. E ele está pronto a perdoá-los, mas não exige deles qualquer pagamento.

Dessa forma o sofrimento e morte de Jesus Cristo é um exemplo supremo ou uma influência moral sobre os homens e praticamente mais nada. E por esta razão que a teoria de Abelardo é chamada de *teoria da influência moral*.

A exposição encontra muitas críticas quando analisada à luz dos ensinamentos da Escritura:

- a- A teoria descreve a obra expiatória de Cristo primeiramente como necessária para revelar o amor de Deus, enquanto que as Escrituras afirmam que sua obra sacrificial foi para satisfazer a Sua justiça.
- b- A teoria a influência moral afirma que o sofrimento de Cristo na cruz e sua morte expiatória serviram unicamente para impressionar o homem acerca do que Deus poderia ter feito por ele de muitas outras maneiras, não sendo portanto necessários para a salvação dos pecadores. Se Abelardo estivesse correto, teríamos que aceitar o fato de que a morte e sacrifício de Jesus na cruz não é uma demonstração do grande amor de Deus e sim de sua crueldade.
- C - A teoria falha em seu princípio. É indubitavelmente verdade que o sofrimento necessário, isto é, com um propósito salvífico que não poderia ser realizado de nenhuma outra maneira tem poder para causar profunda impressão. Mas o efeito de um sofrimento voluntário, inteiramente desnecessário e não exigido é completamente diferente.

5 - A Teoria da Satisfação da Justiça Divina dos Reformadores

A ênfase central dos Reformadores foi sobre a expiação em termos de satisfação da justiça divina, e não da satisfação da honra, conforme ensinou Anselmo. Berkhof, ao asseverar sobre o assunto diz:

Em diversos pontos, a doutrina da expiação, segundo foi desenvolvida pelos reformadores, mostra-se superior à sua forma anselmiana. Se Anselmo reputa o pecado primariamente como infração contra a honra de Deus, os reformadores o encaram antes de tudo como transgressão contra a lei de Deus, sendo, pois, uma culpa, não apenas um insulto e se o primeiro via a expiação de Jesus como uma dádiva superabundante de Deus, em vindicação à Sua honra, os últimos pensam nela como um sacrifício penal cuja finalidade era satisfazer a justiça de Deus ⁹³

Nota-se que a ênfase dos reformadores não está na vindicação da honra porque foi insultada, antes porém, enfatizam a necessidade de que a justiça divina seja feita. a justiça de Deus precisava ser manifestada porque a sua lei fora violada. Portanto, Cristo veio para satisfazer a justiça divina, pagando a penalidade dos pecados daqueles por quem morreu. Os sofrimentos de Cristo foram penais e vicários. Isto significa que Jesus expiou os pecados porque era uma questão legal e fez isto assumindo o lugar de outros.

Ao contrário de Anselmo, os reformadores fizeram diferença entre os sofrimentos ativos e passivos de Cristo, mas reconhecendo ambos como parte de Sua obra expiatória. O Verbo encarnado obedeceu toda a lei ativamente afim de ser aceito como aquele que receberia passivamente a punição dos pecados dos seus representados. O segundo Adão tomou o papel do primeiro Adão, ao obedecer todos os preceitos da Lei., e tomou o lugar de todos aqueles que o Pai lhe entregou pagando a penalidade do pecado deles em Adão, bem como os seus pecados atuais.

Para os reformadores, Deus, em sua graça eterna determinou proporcionar redenção para os caídos e, conseqüentemente, tinha que prover uma base justa para que esta redenção acontecesse. Essa redenção tem o seu fundamento na obra de Cristo que é aplicada graciosamente ao coração do eleito, que vem a crer

⁹³ Louis BERKHOF, A História das Doutrinas Cristãs, 1992, p. 165.

em Cristo Jesus, sendo justificado subjetivamente. A idéia de justiça de Deus está presente, porque Deus pune o pecado que é expiado por Cristo, justificando o pecador objetivamente. Depois da obra do Espírito Santo no coração do crente, este é justificado subjetivamente. Entre outros textos, os reformadores acham base no texto de Rm. 3:26, por exemplo: *“tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus.”*

Por esta razão, os reformadores falam da necessidade de absoluta conseqüência de expiação. Enquanto a satisfação foi o foco central da expiação, há outros elementos desta doutrina; que são a vitória sobre o pecado, sobre a morte e o diabo, assim como inclui a aplicação da obra de Cristo aos eleitos pelo Espírito Santo.

Esta doutrina é defendida tanto pelos símbolos de fé luteranos, como calvinistas, Confissões de Fé e Catecismos; diferindo, porém, no tocante à sua extensão.

6- Teoria do Exemplo dos Socinianos.

O nome *socinianos* segundo informa Campos⁹⁴, se deve a dois teólogos italianos leigos, Leho Sozzin (1525-1562) e Fausto Sozzin (1539-1604). Eram tio e sobrinho. Eles negaram a Trindade e a divindade de Cristo, possuindo também uma visão pelagiana do homem.

Os socinianos, atuantes no decorrer do século XI, negaram que a justiça de Deus requer uma punição ou uma satisfação como base justa para o perdão. Um Deus justo pode perdoar, se desejar, sem que haja satisfação pelo pecado. Segundo os socinianos, Jesus não morreu para a satisfação da ira de Deus, mas seu papel foi inspirar os discípulos a seguirem o Seu exemplo, porque somente aqueles que perseveraram em obediência foram levantados dos mortos. A salvação consiste no sentido de que Cristo revela o exemplo de fé e obediência como um meio para a vida eterna. Jesus é um verdadeiro exemplo de obediência em sua vida e morte e, como um exemplo, Ele inspira outros a imitarem sua vida.

Sobre o princípio fundamental desta teoria, conforme mencionamos acima Berkhof atesta:

⁹⁴ Heber Carlos de Campos, *Cristologia – Estudos Sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1988, p. 06

Não existe justiça retributiva em Deus que exija absoluta e inexoravelmente que o pecado seja punido. Sua justiça não O impede de perdoar quem Ele quiser, sem exigir nenhuma satisfação. A morte de Cristo não expiou o pecado, nem levou Deus a perdoar o pecado. Cristo salva os homens revelando-lhes o caminho da fé e da obediência como o caminho da vida eterna, dando-lhes um verdadeiro exemplo de obediência, tanto em Sua vida quanto em Sua morte e inspirando-os a terem vida semelhante.⁹⁵

Obviamente a teoria do exemplo dos socinianos foi um ataque frontal à teoria de expiação dos reformadores. Berkhof⁹⁶ a denomina de “*formidável ataque contra a doutrina dos reformadores*”. Eles tentaram remover um verdadeiro fundamento sobre o qual a teoria dos reformadores estava baseada: a justiça divina. Eles negaram qualquer idéia de que a justiça de Deus requer inexoravelmente que o pecado seja punido. Para os socinianos, a justiça de Deus deve ser entendida não como requerimento de pagamento, mas como sua eqüidade moral e retidão, em virtude da qual, não há Nele nenhuma depravação ou iniquidade em nenhuma de suas obras. O conceito de justiça divina nos socinianos difere e muito do conceito dos reformadores. Os socinianos pensaram que a justiça divina, como ensinada pelos reformadores, não é um atributo imanente de Deus, mas somente o efeito de sua vontade. O pensamento dos socinianos leva a dedução de que Deus pune somente se Ele quer. A punição é um ato de Sua vontade e não uma necessidade de Sua natureza santa, que exige reparação, pagamento por parte do ofensor. No entendimento dos socinianos, a justiça de Deus não é uma qualidade inerente a Deus, mas meramente um efeito de sua livre escolha. Portanto, segundo o pensamento sociniano, a misericórdia de Deus não o previne de punir ninguém; nem sua justiça O impede de perdoar a quem desejar, simplesmente porque não existe em Deus o desejo de satisfação pelos pecados.

Os socinianos asseveravam que é uma incoerência combinar a graça de Deus com os méritos de Cristo como base ao perdão e à reconciliação. Sobre esta tese dos socinianos, Berkhof destaca:

⁹⁵ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 388.

⁹⁶ Louis BERKHOF, A História das Doutrinas Cristãs, 1992, p. 166.

É possível manter apenas uma dentre as duas coisas: ou que Deus perdoa gratuitamente ou que Ele perdoa por causa de Cristo; mas não por causa das duas coisas, porque elas são mutuamente exclusivas. Dentre as duas alternativas, Ele prefere a primeira, a saber, Deus perdoa gratuitamente.⁹⁷

Os socinianos sustentavam também que, porque a culpa é pessoal, a substituição em assuntos penais é impossível. Para eles, a idéia de satisfação e imputação são auto contraditórias. Se Cristo prestou satisfação completa, o mundo está livre de seus pecados. É inconsistente fazer o aprazimento de seus frutos depender das duas coisas, a fé divina e a fé humana.

Campos assim resume o pensamento sociniano:

Assim, a única razão pela qual Jesus morreu, foi para servir de exemplo de obediência aos pecadores. O único modo de se obter vida eterna, é fazer como Cristo; imitando-O. A morte de Cristo não foi para expiar pecados nem para mover Deus a perdoá-los. O perdão de Deus depende exclusivamente da Sua misericórdia, que não tem nada a ver com a morte de Cristo. Deus perdoa porque Ele resolve perdoar. Mas a vida eterna vem por se seguir o exemplo de Jesus.⁹⁸

Isto é atestado pela descrição de Berkhof acerca da incansável insistência de Socínio em afirmar que o perdão de pecados é um ato de pura misericórdia, com base simplesmente no arrependimento e na obediência. As únicas condições para obtenção destes benefícios são a contrição pelo pecado e o intenso desejo de obedecer a Lei. Contudo, Socínio percebeu que a singular obra de Jesus precisava de explicação, pois esta obra era totalmente excluída de seu sistema, por isso afirmava que *“Cristo salva os pecadores revelando-lhes o caminho da fé e da obediência como caminho para a vida eterna; conferindo-lhes um verdadeiro exemplo de obediência em Sua vida e em sua morte, o que pode inspirá-los a uma vida similar.”*⁹⁹

Esta teoria encontra muitas objeções pois, além de discrepar totalmente dos ensinamentos da Escritura, acerca da necessidade da aplicação da

⁹⁷ Louis BERKHOF, A História das Doutrinas Cristãs, 1992, p. 166.

⁹⁸ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, p. 08

⁹⁹ Louis BERKHOF, a História das Doutrinas Cristãs, 1992, p. 167.

justiça divina sobre o pecado, é também o ressurgimento de várias heresias antigas: do pelagianismo com a sua negação da depravação humana e a afirmação da capacidade natural do homem para salvar-se; da doutrina adocionista com a sua crença em que o homem Jesus foi adotado para ser o Filho Messiânico de Deus em função de sua obediência. As objeções prevalecem ainda por causa da ênfase de alguns “Pais primitivos” à eficácia salvadora do exemplo de Cristo e da doutrina da vontade arbitrária em Deus, apregoada por Duns Scotus.

No pensamento sociniano, Cristo é visto como um mero homem que possui qualidades excepcionais; no conceito de pecado, este não é encarado como culpa, o que é tão fortemente acentuado pelas Escrituras; ao significado redentor da vida de Cristo é dado apenas ênfase unilateral e apresenta a Sua morte como uma morte de um mártir, ao mesmo tempo que não explica a angústia de Cristo na cruz, tão diferente da maneira de morrer dos mártires.

Enfim, embora seja perfeitamente correto ver Jesus também apresentado como um exemplo pela Escritura, é totalmente incoerente com ela a afirmação de que os incrédulos devem imitar estes exemplos e que se salvarão se o fizerem. A Escritura apresenta Cristo como um exemplo somente para o seu povo e somente o Seu povo pode assemelhar-se a Ele, todavia, antes de ser o nosso exemplo, Cristo é o nosso redentor.

7- A Teoria Governamental de Hugo Grotius

A teoria governamental foi destinada a ser um meio termo entre a doutrina de expiação ensinada pelos reformadores e o conceito sociniano. Hugo Grotius (1583-1645) afirma, segundo Berkhof:

não haver qualidade dominante na justiça distributiva de Deus que exija que os requisitos da lei sejam satisfeitos em cada particular e que, no caso de transgressão torne imperativa a completa satisfação por meio de punição.¹⁰⁰

Para Grotius, a lei de Deus continua sendo válida, embora exista uma espécie de afrouxamento dela. Segundo crê, se a estrita justiça de Deus for aplicada, o pecador somente merecerá a morte e morte eterna, mas como matéria

¹⁰⁰ Louis BERKHOF, A História das Doutrinas Cristãs, 1992, p. 168.

de fato, a sentença não é aplicada porque existe um afrouxamento da lei, livrando assim os pecadores da condenação. Diante de tal afirmação, a pergunta imediata é porque então, que Jesus Cristo morreu e qual a razão dele fazer sua obra de expiação?

Grotius responderia essas perguntas dizendo que Deus é o governador do universo e como tal tem que manter a ordem do universo. Os sofrimentos de Cristo são uma mostra do desprazer que o governador moral do universo tem com o pecado. A necessidade da expiação, segundo Grotius, está baseada apenas nos interesses, do governo moral de Deus no universo. Tal compreensão sugere então o nome da teoria: Teoria governamental da expiação.

Os defensores mais modernos da teoria governamental concordam que a justificação é um ato forense, mas ainda assim, estão muito distante com respeito ao aspecto da justificação. Segundo eles, Cristo não sofreu substitutivamente, não morrendo com o propósito de expiar os pecados, mas colocar todos os homens numa posição de serem salváveis.

Sobre a referida teoria, Campos conclui:

Na teoria governamental, a justiça de Cristo não é imputada aos homens. Portanto a justificação não é um ato de Deus como juiz, pronunciando um julgamento em virtude do que Cristo fez, mas é a proclamação de um perdão livre de Deus com base no governo moral de Deus, isto é, porque Ele é Rei, tem o direito de perdoar pecadores.¹⁰¹

O fato, porém de Deus perdoar pecadores, como afirma o referido autor, é por ser algo exclusivo de Sua soberania e não de Sua característica judicial somente. Se Deus perdoa pecadores, o faz pela Sua soberana prerrogativa.

8 – A teoria da Expição Universal dos Arminianos

a exposição do pensamento arminiano sobre a expiação apareceu na apresentação dos “cinco pontos do arminianismo” ao Sínodo de Dort em 1618-1619. O arminianismo que conhecemos hoje é certamente um desenvolvimento posterior, mas tudo o que temos hoje, teve o seu nascedouro naquele documento apresentado àquele Sínodo.

¹⁰¹ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, p. 09

A doutrina da expiação universal dos arminianos está relacionada com a doutrina da eleição condicional, apresentada na mesma época. Esta doutrina afirma que Deus, na eternidade, resolveu eleger aqueles que haveriam de crer e arrepender-se por sua livre vontade. O entendimento deles acerca da expiação está também vinculado ao entendimento semi-pelagiano da condição humana. Os arminianos negaram a depravação total do homem, afirmando que a vontade humana, assistida pela graça comum que Deus dá a todos (graça preveniente), é capaz de responder favoravelmente à chamada do Evangelho. Devido a esta compreensão é que Jacob Armínio e seus seguidores ensinaram uma doutrina da expiação indefinida ou universal.

As implicações da compreensão de uma expiação indefinida, segundo propõe o Dr. Heber; significaria que Cristo realmente não substituiu o pecador pagando real e plenamente o seu débito. *“Para que o débito seja cancelado tem que haver a fé do homem.”*¹⁰² A expiação universal quer dizer que Jesus morreu em favor de todos os homens, sem exceção, proporcionando oportunidade a todos para serem remidos de seus pecados, se crerem.

Há uma grande diferença do aspecto doutrinário entre calvinistas e arminianos. Sobre esta diferença, Campos destaca:

A grande diferença entre arminianos e calvinistas não está simplesmente na extensão da expiação, esta diferença advém também do diferente conceito da natureza da expiação. A natureza da expiação é que determina a sua extensão. Uma outra grande diferença está no fato de que os arminianos crêem que a aplicação da salvação não está enraizada na expiação. Conquanto a expiação seja universal no sentido em que Cristo pagou a pena de todas as pessoas, sem exceção, proporcionando uma expiação universal, nem todos são salvos.¹⁰³

Para os arminianos, a expiação de Cristo, abre possibilidade de salvação para todos, porque a expiação é universal, mas nem todos são salvos. Por causa da morte universal de Cristo, a salvação é oferecida a todas, mas a morte de Cristo não assegura a salvação para ninguém. Todos os que crêem são salvos

¹⁰² Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1998, p. 10

¹⁰³ *Ibid.*

pela morte de Cristo, mas aqueles que falham em crer são condenados novamente como incrédulos que são.

Isto implica em dizer que a expiação não possui caráter eminentemente substitutivo, pois Cristo morreu por todos mas nem todos irão se salvar.

Em oposição ao pensamento arminiano, a Teologia Reformada sustenta que a expiação de Cristo é suficiente apenas para os eleitos, bem como somente neles é eficiente. Berkhof¹⁰⁴ afirma que o Sínodo de Dort assumiu a posição, em reação a este erro arminiano de que a expiação de Cristo, embora perfeitamente suficiente para a salvação de todos os homens, seu intuito foi beneficiar aqueles a quem ela é aplicada, ou seja, os eleitos. No entanto, esta posição desse Sínodo se auto contradiz, à luz do pensamento reformado, pois se a expiação é suficiente para a salvação do mundo inteiro; por que haverão aqueles que serão condenados ao inferno? Uma vez que o próprio Sínodo de Dort, no mesmo documento sustentou, em contraposição ao arminianismo que “a aplicação eficaz da expiação não depende da decisão do pecador e sim da determinação divina de que será exercida uma graça especial. A expiação de Cristo se torna eficaz no coração e na vida de todos aqueles por quem Cristo verteu o seu sangue, através do poder do Espírito Santo. Todos estes chegam a salvação, e devem a sua salvação exclusivamente à graça divina.”¹⁰⁵ Assim, parece contraditória a afirmação feita sobre expiação suficiente para o mundo inteiro, compreendendo todos os homens indistintamente.

9 – A Teoria do Universalismo Hipotético de Alguns Calvinistas

A escola de Samur representa uma tentativa de abrandar o calvinismo rigoroso do Sínodo de Dort e ao mesmo tempo de evitar os erros do arminianismo. Esta teoria foi apresentada por alguns calvinistas sérios e inteligentes, como Richard Baxter, R. Hall, Callamy, Davenant, cujas opiniões peculiares deram ocasião à estruturação da *Fórmula Consensus Helvética*, por Turretin e Heidegger, posteriormente, onde o universalismo foi combatido.

Esta teoria é um pouco melhor do que a apresentada pelos arminianos. Apresenta-se da seguinte forma: Deus decretou, desde a eternidade, criar a raça

¹⁰⁴ Louis BERKHOF, A História das Doutrinas Cristãs, 1992, p. 170

¹⁰⁵ *ibid.*

humana e decretou também permitir a queda. Então em sua infinita compaixão, enviou Cristo para pagar a penalidade dos pecados de todos os seres humanos (obra condicionada à fé). Por causa de Seu conhecimento prévio de todas as coisas, Deus anteviu que, por causa da depravação, as pessoas, entregues a si mesmas, nunca aceitara o que Deus lhes ofereceu em Cristo Jesus. Com base nesta previsão, Ele selecionou algumas pessoas, que são os eleitos, a quem Ele concedeu graça, a fim de que pudessem aceitar a graça que lhes é oferecida em Cristo Jesus. aqueles que não são eleitos, nunca receberão esta graça capacitadora de aceitar Jesus Cristo, rejeitando as providências salvadoras da expiação. Por não terem fé, estas pessoas falharão em receber os benefícios da expiação, vindo a perecer.

Berkhof¹⁰⁶ diz que o resultado desta elaboração mostrou-se uma posição insustentável. Dentre os seguidores desta escola alguns ressaltaram *o primeiro decreto e a oferta universal de salvação*, acabando, assim por passar para o campo arminiano; e outros sublinharam *o segundo decreto e a necessidade da graça eficaz*, retornando assim à posição calvinista.

10 - A Teoria Mística de Schleiermacher

Friedrich Schleiermacher

Morto em 1834. Professor em Berlim a partir de 1810, foi educado em ambiente moraviano, mas rompeu com a fé dos irmãos Herrnhut quando tinha 19 anos. Em seus primeiros escritos, sobretudo em sua famosas **Reben über die Religion an die Gebildeten unter ihren** (Discursos sobre a Religião às pessoas cultas entre seus desenhadores), associou-se ao romantismo e deu expressão a seus sentimentos recém despertados para o elemento religioso.¹⁰⁷

Schleiermacher representa a tendência liberal, possuindo uma abordagem antropocêntrica da expiação. Em seu esquema, dificilmente a palavra “expiação” pode ser considerada como apropriada. Sua teoria mística possui alguma semelhança com a teoria do exemplo dos socinianos e com a teoria da influência

¹⁰⁶ Louis BERKHOF, a História das doutrinas Cristãs, 1992, p. 171.

¹⁰⁷ Bengt HÄNGGLUND, História da Teologia, 1981, p. 307.

moral de Abelardo. Na verdade, essas teorias são variações da Teoria do exemplo. Vale lembrar que Schleiermacher é o pai do liberalismo teológico, *sendo sabeliano na sua concepção de Deus, humanitário na sua concepção de Cristo e pelagiano na sua concepção do homem*¹⁰⁸

Schleiermacher rejeita a doutrina da satisfação penal. Considera Cristo como arquétipo, o protótipo perfeito da humanidade, cuja singularidade consistia no fato de que ele possuía um senso de união com Deus perfeito e inquebrável. Cristo foi o exemplo supremo.

Schleiermacher não diria que Cristo era *vere Dei* do modo como a teologia histórica o entende. A Sua divindade seria entendida pelo pai do liberalismo no fato dele apresentar uma consciência de Deus e nisto somente se resumiria a divindade de Cristo. Cristo também era o *segundo Adão, igualmente ao primeiro, homem verdadeiro, mas posto em condições mais favoráveis, tendo permanecido em obediência perfeita e impecável*¹⁰⁹. Schleiermacher afirma que Deus estava presente em Cristo de modo peculiar. Ele entrou na história humana como um novo fermento, comunicando aos homens uma experiência interior da consciência de Deus similar a que ele próprio teve. Assim, Cristo teve influência sobre o espírito dos homens. Seu sofrimento e morte serviram para revelar seu amor à raça e sua devoção à tarefa que veio fazer trouxeram influência sobre as almas que estavam alienadas de Deus.

A teoria leva o nome de mística por enfatizar a mudança trazida aos homens, não primariamente uma mudança ética e moral, mas uma mudança mais profunda, acontecida no subconsciente que é trazida de um modo místico. Acerca desta teoria, Berkhof, destaca:

A teoria concebe a mudança operada no homem, não primordialmente não como uma mudança ética ocorrida na sua vida consciente, mas como uma profunda mudança na sua vida subconsciente e produzida de maneira mística. O princípio básico desta teoria é que na encarnação, a vida divina penetrou na vida humana, afim de elevá-la à divina. Cristo possuía a natureza humana com a sua predisposição inata para o mal moral, mas pela influência

¹⁰⁸ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – Estudos Sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1998, p. 11

¹⁰⁹ Louis BERKHOK, *a História das Doutrinas Cristãs*, 1992, p. 171.

do Espírito Santo, pôde evitar a manifestação desta corrupção em pecado fatural, purificou gradativamente a natureza humana e, com Sua morte, extirpou completamente esta depravação original e reuniu aquela natureza a Deus. Ele penetrou na vida da humanidade como um fermento transformador, e a transformação resultante constitui a sua redenção.¹¹⁰

Campos discorre acerca das objeções da referida teoria ressaltando o pensamento bastante subjetivo que Schleiermacher possui da expiação. Na verdade, o que ele chama de expiação não pode ser considerado como tal, porque dentro desta concepção *“não houve uma expiação objetiva e real de Cristo como substituto de pecadores, realizando uma obra em favor e lugar deles.”*¹¹¹

Finalmente, objeta-se a esta teoria, o fato de não se levar em conta a culpa do homem que tem que ser expiada por causa da justiça divina, além de não se preocupar com a poluição que o pecado traz..

¹¹⁰ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 390-391.

¹¹¹ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia – Estudos Sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, p. 12.

CAPÍTULO V

A DOCTRINA DA EXPIAÇÃO

1 - A CAUSA MOTORA DA EXPIAÇÃO.

Ao tratarmos da causa da expiação, segundo propõe os autores consultados para este trabalho que falam acerca de expiação; algumas perguntas precisam ser feitas: O que motivou Deus enviar Cristo para expiar os pecados? O que motivou Deus a remir os homens através do sacrifício de Jesus Cristo? Qual foi a causa última dessa obra de Jesus?

As respostas a estas perguntas variam, segundo os autores que trabalhamos. No entanto, há um consenso entre eles nas seguintes respostas: a causa da expiação está no ***amor de Deus, no beneplácito de Deus e na liberdade de Deus***, que de certa forma são complementares sem se excluírem; sendo que as duas primeiras afirmações são explicitamente atestadas pela Escritura, conforme será demonstrado mais abaixo e a terceira afirmação, embora não explicitamente afirmada na Escritura, embasa as duas primeiras. Ou seja: ao afirmar que a causa da expiação repousa na liberdade de Deus, estamos dizendo que Deus não está na obrigação de ser gracioso para com os pecadores, mas em Seu prazer Ele livremente escolheu enviar seu Filho para expiar os pecados dos homens. Não é sábio, segundo Campos, *separar esses motivos, mas trazê-los todos juntos para que a visão de expiação do ponto de vista de sua causa seja correto, pois o amor e o beneplácito do Deus Trino são nascidos em Sua soberania.*¹¹²

¹¹² Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia – Estudos Sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, p. 12.

1.1 - A causa motora da expiação é o Amor de Deus

Heber Campos, citando Jonh Murray, renomado teólogo reformado escocês, enfatiza o amor de Deus como causa ou motivo da expiação, que segundo o autor citado, a cruz é a demonstração suprema do amor de Deus. O caráter supremo desta demonstração reside no custo extremo do sacrifício oferecido. Este amor é nascido nas insondáveis riquezas da bondade de Deus.

Jo. 3:16 : *“Porque Deus **amou** ao mundo de tal maneira que deu seu Filho inigênito para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.”*

Rm. 5:8: *“Mas Deus prova o seu próprio **amor** para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores.”*

I Jo 4:9-10: *“Nisto se manifestou o **amor** de Deus em nós: em haver Deus enviado seu Filho inigênito ao mundo, para vivermos por meio dele. Nisto consiste o **amor**: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou seu Filho, como propiciação pelos nossos pecados.”*

À luz da Escritura, a expiação é a suprema expressão do amor de Deus. Para Clark¹¹³ *“ a característica fundamental do amor é ansiar pelo objeto, bem como por possuí-lo.”* Excluir o amor de Deus da doutrina, é excluir o próprio coração da doutrina.

1.2 - a causa motora da expiação é o beneplácito de Deus.

Esta afirmação recebe o apoio de Berkhof, que a enfatiza como causa da expiação o beneplácito de Deus, em Sua vontade de salvar pecadores, mediante uma expiação substitutiva. O próprio Cristo é fruto desta boa vontade de Deus. Foi o beneplácito que levou Deus a enviar Jesus Cristo. A ênfase ao amor não deve ser confundida com uma emoção incontrolável que levou Deus a tomar esta decisão. Antes, porém, deve ser lembrado que este amor é nascido de uma vontade livre e soberana de Deus. É mais coerente combinar estas duas coisas: a atitude de Deus em salvar pecadores é o produto de seu prazer cheio de amor. Diz o referido autor:

Foi predito que Cristo viria ao mundo para cumprir a vontade de Deus. *“...e a vontade do Senhor prosperará nas suas mãos .”(Is. 53: 10).* Por ocasião do seu nascimento, os anjos cantaram: *“Glória a Deus nas maiores alturas, e paz na*

¹¹³ David S. CLRK, *Compêndio de Teologia Sistemática*, 1988, p. 311.

*terra aos homens a quem ele quer bem.” (Lc. 2:14). A gloriosa mensagem de João 3:16 é que “Deus amou ao mundo de tal maneira que deu seu Filho unigênito para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” Diz Paulo que Cristo “se entregou a si mesmo pelos nossos pecados para nos desarraigar desse mundo perverso **segundo a vontade de nosso Deus e Pai**” (Gl. 1:4). E ainda, “**aprouve** a Deus que Nele residisse toda a plenitude, e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, que sobre a terra, quer nos céus.” (Cl. 1:19-20).¹¹⁴*

1.3 – A causa motora da expiação é a livre vontade de Deus.

O amor de Deus é livre e soberano, mas a expiação não surge da vontade arbitrária de Deus, pois ela nunca é arbitrária. Deus é livre e soberano e sua vontade nunca é coagida. A vontade de Deus é caracterizada pela Sua verdadeira natureza. A plenitude de Seus atributos são refletidos na Sua vontade Santa, Justa, Verdadeira, Fiel e cheia de amor. A vontade de Deus nunca é arbitrária. Deus manifesta seu amor, sua graça e misericórdia em plena harmonia com a sua soberania e santidade.

Em síntese, o perdão que Deus concede aos seus eleitos é um ato exclusivo de Sua vontade, uma vez que não tem nenhuma obrigação moral ou legal de perdoar ninguém. Se o faz, é por sua livre e Soberana vontade.

1.4 - A causa motora da expiação é a Justiça e o Amor de Deus.

È necessário evitar toda e qualquer unilateralidade nesta questão. A afirmação de que a expiação se fundamenta somente na retidão e na justiça de Deus como sua causa motora, colabora com a idéia daqueles que defendem a *teoria da satisfação da honra*, que na sua essência, coloca Deus como um ser vingativo, interessado somente na satisfação de sua honra. Se, por outro lado, a expiação for considerada unicamente como pura expressão do amor de Deus; não faremos justiça à retidão e a veracidade de Deus e os sofrimentos e a morte de Jesus, se reduzirão em um enigma inexplicável, pois, o fato de Deus entregar Seu Filho unigênito a amargos sofrimentos e a uma morte ignominiosa não pode somente

¹¹⁴ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 368.

ser explicados somente com base no princípio de Seu amor. Tal posição colabora com os advogados da *teoria da influência moral de Abelardo*

Na verdade, a expiação expressa a natureza divina total. Como afirma Clark¹¹⁵, “*não pode haver antagonismo entre quaisquer dos atributos de Deus.*”

A expiação não pode ser motivada somente por uma necessidade de satisfação da honra de Deus, como afirmou Anselmo, nem tão pouco pode ser a causa motora da expiação, o amor de Deus, isoladamente, não levando em consideração a Sua Justiça, repudiando a substituição, a satisfação, o castigo como não sendo necessário, nem desejável.

A natureza de Deus encontra-se em perfeita harmonia e cada um de Seus atos estão em perfeita coerência com todos os atributos dessa natureza.

Portanto, qualquer teoria sobre a expiação que deixe de levar em conta qualquer atributo da natureza divina, é parcial e errônea no que diz respeito àquele ou a este atributo. Ela é a expressão de todos os atributos de Deus.

Sobre esta harmonia, absolutamente necessária aos atributos de Deus, Clark destaca:

A santidade é tão essencial à natureza de Deus que ele não pode olhar para o pecado com aprovação; e a justiça é tão essencial que o pecado não pode deixar de ser punido. O amor é tão essencial que a santidade não pode ser perfeita sem ele, e a santidade é, por seu turno, tão necessária ao amor que este seria caprichoso e mutável, a não ser que fosse guiado e controlado pela santidade.¹¹⁶

Assim, a causa motora da expiação não é só o amor de Deus ou a Sua justiça. A Lei de Deus não pode ser anulada, nem suas exigências podem ser rebaixadas. A pergunta que surge imediatamente é: como pode o homem ser justo diante de Deus? – Eis o clamor da consciência despertada. Como pode Deus ser justo e justificador do ímpio? Essa era a pergunta que o amor de Deus se propôs a responder. A causa motora da expiação, nas palavras de Louis

¹¹⁵ David S. CLARK, *Compêndio de Teologia Sistemática*, 1988, p. 311.

¹¹⁶ *Ibid.* p. 312.

Berkhof (1990) é *o amor e a justiça combinados*, onde todas as exigências da Lei são cumpridas.

O **amor** diz : **salva o pecador**. A justiça diz: **executa a sentença**. Ambos são atributos de Deus. Como pode então Deus ser justo e justificador do ímpio? A expiação realizada por Jesus Cristo satisfaz as exigências da justiça e atende ao clamor do amor divino, ao mesmo tempo que oferece à consciência despertada, suficiente base para ter esperança.

2 - A NECESSIDADE DA EXPIAÇÃO

A questão da necessidade da expiação deve ser considerada, mas com cautela, para que erros sérios sejam evitados. As respostas racionalistas devem ser evitadas a despeito dos argumentos bíblicos disponíveis.

Campos, falando sobre o assunto em questão afirma que a necessidade da expiação foi colocada primeiramente por Anselmo em sua obra, cujo próprio título sugere a necessidade da expiação *Cur Deus Homo? (Porque Deus tornou-se homem?)* onde Anselmo indaga, entre outras coisas, por qual necessidade Deus tornou-se homem para morrer pelo mundo, quando ele poderia ter salvo os pecadores por meio dos anjos ou por um ato de Sua vontade.

A definição da necessidade da expiação requer respostas bíblicas às perguntas que se seguem: Por que Deus tornou-se homem? Por que, tendo se tornado homem teve que obedecer ativa e passivamente morrendo na cruz? Por que tendo morrido, teve que morrer a morte da maldição da cruz? A resposta a estas perguntas são difíceis e os oponentes da teoria da satisfação da justiça divina se opõe fortemente às respostas bíblicas, que são oferecidas pela referida teoria.

Em geral, há cinco respostas que representam cinco posições dentro do cristianismo, as quais passamos a enumerar segundo a ordem proposta por Campos, em sua apostila de Cristologia:

2.1 - A morte de Cristo não foi expiação e não foi necessária

Esta é a posição sustentada pelos socinianos, liberais e neo-liberais acerca da necessidade da expiação.

Os socinianos negaram que a justiça de Deus requeria absoluta e inexoravelmente que o pecado tivesse que ser punido. Deus poderia simplesmente perdoar sem reparação, se Ele desejasse fazê-lo, e a vida e a morte de Cristo seria simplesmente um grande exemplo.

Os liberais, como Schleiermacher e Ritschl também negaram ter havido quaisquer aspectos jurídicos na morte de Cristo ou que Ele tivesse que satisfazer a justiça divina em sua vida e morte.

Schleiermacher sustentou a teoria mística da expiação, e Ritschl advogou a teoria ética do exemplo, ambas já mencionadas, também adotada pelos neo-liberais. Assim, não houve expiação real e nenhuma expiação era necessária.

2.2 - A morte de Cristo foi expiação, mas ela não era necessária.

Tese sustentada pelos Nominalistas, Duns Scotus, Grotius e arminianos.

Os nominalistas da Idade Média sustentaram que a expiação foi puramente arbitrária. De acordo com Duns Scotus, a expiação não era inerentemente necessária, mas foi determinada pela vontade arbitrária de Deus. Negava o valor infinito dos sofrimentos de Cristo e os considerava como um simples equivalente da satisfação devida, que a Deus aprouve aceitar como tal. Na opinião de Scotus, Deus podia, nas palavras de Berkhof¹¹⁷, *“aceitar qualquer outro substituto, e até podia ter levado a efeito a obra de redenção sem exigir absolutamente nenhuma satisfação.”*

Hugo Grotius negou a necessidade da expiação alegando que a Lei de Deus foi uma ordenança positiva de Sua vontade que Ele poderia deixar de lado, se quisesse. Os arminianos partilham das idéias de Grotius sobre este ponto e negaram que a expiação fosse absolutamente necessária, que não era necessário Deus proceder de maneira judicial na manifestação de Sua graça e sustentavam que Ele podia perdoar os pecados sem exigir satisfação. Contudo,

¹¹⁷ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 369

eles reconheceram que a expiação satisfaz a justiça divina e que ela é universal em seu desígnio e extensão.

2.3 - A morte de Cristo foi expiação, mas ela foi hipoteticamente necessária

Esta foi a idéia defendida por Atanásio, Agostinho e Tomás de Aquino acerca da necessidade da expiação.

Eles sustentaram que a expiação foi relativa ou hipoteticamente necessária porque Deus a havia decretado como um modo pelo qual Ele providenciaria a salvação, mas que haveria outros modos abertos para Ele. Mas, visto ter Ele escolhido este modo e o decretou, a expiação foi hipotética ou relativamente necessária. A falha dessa posição é que não há qualquer menção de outro método teoricamente possível para Deus realizar salvação, já que para Ele nada é impossível. Não há qualquer menção na Escritura que dê suporte a um outro meio de salvação.

A posição de Calvino reforça a tese contrária desta teoria:

Agora, foi-nos da máxima importância, que fosse tanto verdadeiro Deus, quanto verdadeiro homem aquele que nos houvesse de ser mediador. Se da necessidade disso se indaga, não houve, de fato, uma necessidade simples, ou como dizem geralmente, absoluta. Procedeu, antes do decreto celeste, de que dependia a salvação dos homens. Mas o Pai clementíssimo decretou o que nos era melhor.¹¹⁸

A exaltação da livre e soberana vontade de Deus na provisão da redenção do homem é enfatizada no pensamento de Calvino. Portanto, foi necessária a expiação porque Deus determinou soberanamente perdoar os pecados sem nenhuma outra condição.

2.4 - A morte de Cristo foi expiação e foi absolutamente necessária

Tese advogada por Irineu e Anselmo.

Em sua obra *Cur Deus Homo?*(Porque Deus Homem?), Anselmo indaga por qual necessidade e por qual razão Deus, visto que Ele é onipotente, toma

¹¹⁸ João CALVINO, *Isntitutas*, 1989 - vol. II p. 230

sobre si mesmo a humilhação e fraqueza da natureza humana a fim de restaurá-la.

Assevera também que a honra de Deus foi maculada pelo pecado do homem, e desde então, um débito tinha que ser pago. A expiação é vista do ponto de vista comercial, onde há inevitavelmente a necessidade do pagamento de um débito de honra que o homem devia a Deus; um pagamento envolvendo a satisfação da honra divina. Na concepção de Anselmo, a expiação é absolutamente necessária porque Deus não pode ser roubado de sua honra.

2.5 - A morte de Cristo foi expiação e foi absolutamente necessária em consequência do decreto de Deus de salvar os homens do pecado

Essa idéia recebe o nome de necessidade absoluta de consequência, sustentada pelos Reformados

Segundo afirma Campos¹¹⁹, “*esta é a posição que melhor caracteriza a fé Reformada.*”. Esta posição deve ser distinta da posição da necessidade hipotética ou da necessidade absoluta. Os Reformados, na concepção da necessidade da expiação, vão mais além ao afirmarem, baseado nos ensinamentos da Escritura, que a necessidade da expiação foi expiação e foi absolutamente necessária em consequência de um decreto de Deus.

Campos usa uma citação de Jonh Murray, que resume esta posição:

A palavra *conseqüente* nesta designação aponta para o fato de que a vontade e o decreto de Deus salvar é da graça soberana e livre. Salvar homens perdidos não foi de absoluta necessidade, mas produto do beneplácito soberano de Deus. Os termos *necessidades absoluta*, contudo, indica que Deus tendo eleito alguns para a vida eterna por seu beneplácito, estava debaixo da necessidade de cumprir este propósito através do sacrifício de seu próprio Filho, uma necessidade nascida das perfeições de Sua natureza. Em uma palavra, enquanto não era inerentemente necessário para Deus salvar, todavia, visto que a salvação havia sido proposta, foi necessário assegurar esta salvação através de uma satisfação que deveria ser apresentada somente através de um sacrifício substitutivo e redenção comprada com o seu sangue.¹²⁰

¹¹⁹ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1988, p. 16

¹²⁰ *Ibidi.* p. 16-17 citando Jonh Murray

Esta idéia está indiretamente expressa nas confissões protestantes sustentadas pelos Reformados.

A pergunta 40 do Catecismo de Heidelberg diz: “ Por que Cristo teve que percorrer o caminho até a morte?” – “ Porque a justiça e a verdade de Deus exigem; somente a morte do Filho de Deus poderia pagar pelos nossos pecados.”

Ainda Campos, ao falar da referida posição, declara:

A resposta da necessidade de absoluta conseqüência, então considera o decreto de Deus como decisão livre de Deus de providenciar salvação para os pecadores, e esta resposta leva em conta o modo da expiação, conseqüente dessa livre decisão (ou decreto) de Deus, tendo por seu beneplácito salvar o homem, não tendo uma multiplicidade de modos para fazê-lo. A justiça tinha que ser mantida. A culpa do pecado tinha que ser removida de tal forma que “ele pudesse ser ao mesmo tempo justo e justificador daquele que tem fé em Jesus” (Rm. 3:26).¹²¹

À luz da Escritura, só havia um modo para que a culpa pelo pecado fosse removida, a morte sacrificial. Cristo fez-se sacrifício para que fosse satisfeita a justiça de Deus, uma vez que é absolutamente necessária a remoção da culpa dos eleitos.

3 - A NATUREZA DA EXPIAÇÃO.

A natureza da expiação diz respeito aos aspectos da obra de Cristo que contribuem para a libertação do homem do pecado e para a restauração da vida e comunhão com Deus. É a obra de redenção que Cristo veio fazer, que é o coração da expiação.

Consideraremos a doutrina da expiação com base na doutrina da satisfação ou substituição penal, que dentre as teorias, é a que melhor expressa o aspecto essencial da obra expiatória de Cristo. Erickson explica o significado desta doutrina:

Cristo morreu para satisfazer a justiça de Deus. Essa idéia costuma ser denominada teoria da substituição penal. Colocando a si mesmo em nosso

¹²¹ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, p. 17

lugar, Jesus de fato arcou com a punição que nos era devida, aplacou o Pai e concretizou a reconciliação entre Deus e os seus eleitos.¹²²

Enquanto substitutiva e penal, a doutrina da expiação requer que algumas particularidades sejam acentuadas:

3.1 - A expiação é objetiva

Isto quer dizer que a expiação influi primordialmente na pessoa por quem é feita. Exemplo: Se um homem age mal e presta satisfação do mal que praticou, esta satisfação visa influir na pessoa que praticou o mal e não na pessoa que fora ofendida. Isto significa que a expiação foi destinada a propiciar a Deus e reconcilia-lo com o pecador. Esta é a idéia primordial, ainda que possamos também falar de reconciliação do pecador com Deus; como em Rm. 5:10 *"porque se nós quando inimigos, fomos reconciliados com Deus, mediante a morte de Seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos de Sua ira."* E II Cor. 5:19:20: *"a saber que Deus estava em Cristo reconciliado consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões, e nos confiou a palavra da reconciliação. de sorte que somos embaixadores em nome de Cristo., como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus."* todavia deve-se ter em mente, que isto não é equivalente a dizer que o pecador é expiado, o que significaria que Deus fez emendas ou reparações e que Ele prestou satisfação ao pecador. E mesmo quando é dito que o pecador foi reconciliado, isto deve ser entendido como algo secundário. Berkhof explica este aparente impasse:

O Deus reconciliado justifica o pecador que aceita a reconciliação, e de tal modo opera em seu coração pelo Espírito Santo, que o pecador põe de lado a iníqua alienação de Deus e assim participa dos frutos da perfeita expiação de Cristo. Noutras palavras, o fato de que Cristo reconcilia a Deus com o pecador redundando numa ação reflexa da parte do pecador, em virtude da qual se pode dizer que o pecador se reconcilia com Deus.¹²³

¹²² Millard E. ERICKSON, Introdução à Teologia Sistemática, 1997, p. 337.

¹²³ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 374.

Uma vez que a expiação de Cristo é um fato consumado e uma vez que agora o dever dos embaixadores de Cristo é induzir os pecadores a aceitar a expiação e por fim à sua hostilidade a Deus, não é admirável que o aspecto subjetivo da expiação tenha seu lugar de proeminência na Escritura.

As considerações que seguem são provas de que o entendimento do caráter objetivo da expiação encontra total respaldo na Escritura.

- 1- o caráter fundamental do sacerdócio aponta claramente nesta direção. Enquanto os profetas representavam Deus entre os homens, os sacerdotes em sua obra sacrificial e intercessória representava os homens na presença de Deus e, portanto, dirigiam-se a Deus. Isto é confirmado em Hb. 5: 1: *“Porque todo sumo sacerdote, sendo tomado dentre os homens, é constituído nas coisas concernentes a Deus, a favor dos homens, para oferecer tanto dons como sacrifícios pelos pecados.”* Desta afirmação do autor de Hebreus, extrai-se os seguintes elementos: (a) O sacerdote que é tomado dentre os homens é membro da raça humana, podendo assim representar os homens; (b) É constituído para representar os homens nas coisas concernentes a Deus, isto é, nas coisas que vão de encontro com Deus, que olham para Deus e que acabam em Deus. Isto indica claramente que a obra do sacerdote tem em vista primordialmente a Deus; o que não exclui a idéia de que a obra sacerdotal também tem uma influencia reflexa sobre os homens.
- 2- Os sacrifícios também trazem a mesma idéia em seu aspecto objetivo. Mesmo entre os gentios, eles eram apresentados, não aos homens, mas a Deus. A suposição era que eles (os sacrifícios) produziam efeitos em Deus. Os sacrifícios do Velho Testamento eram apresentados a Deus primeiramente para expiar o pecado, mas também com expressões de devoção e gratidão. Daí o sangue tinha que ser levado à expressa presença de Deus. Os sacrifícios serviam de instrumentos para amenizar a ira do Senhor.
- 3- A palavra *kipper* expressa a idéia de expiação do pecado pela cobertura do pecado ou do pecador. Sangue do sacrifício é interposto entre Deus e o pecador e, em vista da ira de Deus, é afastado, tendo, portanto, o efeito de afastar do pecador a ira de Deus. Na Septuaginta e no Novo Testamento os termos *ιλασκομαι* e *ιλασμοϛ* são empregados em sentido conexo. O verbo

significa “tornar propício” e o substantivo significa “apaziguamento” ou “meio de apaziguar”. Ambos são termos de caráter objetivo.

Sobre a objetividade e subjetividade da expiação, a questão foi tratada mais extensivamente neste trabalho, quando asseveramos no capítulo anterior, acerca da redenção, que é um dos aspectos da expiação.

3.2 - A expiação é vicária

A morte de Jesus é apresentada na Escritura como sendo vicária, isto é, com caráter substitutivo. A justiça divina exigia que a penalidade fosse paga e Deus aceitou o fato de que a penalidade fosse assumida por outra pessoa, que não o pecador, o que mostra o misericordioso amor de Deus, e ao mesmo tempo, o Seu senso de justiça, punindo os pecados dos homens.

Louis Berkhof, explicando o significado da expressão *vicária*, declara:

Quando o homem caiu e se afastou de Deus, ficou devendo uma reparação a Deus. Mas ele só poderia expiar o seu pecado sofrendo eternamente a penalidade fixada pela transgressão. É o que Deus podia exigir, pela estrita justiça, e teria exigido se não tivesse agido com amor e compaixão pelo pecador. De fato, porém, Deus designou um substituto na pessoa de Jesus Cristo para tomar o lugar do homem e este substituto expiou o pecado e obteve eterna redenção para o homem.¹²⁴

3.2.1 - Provas bíblicas da expiação vicária de Cristo –

A Escritura é clara em seu ensino de que os sofrimentos e a morte de Cristo foram vicários, e vicários no sentido estrito da palavra, que Ele tomou o lugar dos pecadores, e que a culpa deles Lhe foi imputada e a punição que mereciam foi transferida para Ele. Cristo não levou os nossos pecados em “Seu sentimento”, somente, inserindo-se no mau destino dos pecadores pela simpatia que sentia por eles, como a simpatia de um amigo, a ponto de dedicar a sua própria vida para restaurá-los. Certamente os sofrimentos de Cristo não foram tão somente os sofrimentos de um amigo que padece por simpatia, mas., sim, foram os sofrimentos substitutivos do Cordeiro de Deus pelos pecados do mundo. As

¹²⁴ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 376

considerações que seguem são as provas escriturísticas do que temos asseverado:

3.2.1.1- Os sacrifícios do Antigo Testamento que eram apresentados sobre o altar possuíam caráter vicário. Quando o israelita apresentava um sacrifício ao Senhor tinha que por a mão sobre a cabeça do sacrifício e confessar o seu pecado. Este ato simbolizava a transferência do pecado para a oferta e a tornava apta para expiar o pecado do ofertante: *“ E porás a mão sobre a cabeça do holocausto, para que seja aceito a favor dele, para a sua expiação.”* (Lv. 1:4). O ritual representa muito mais que um símbolo de dedicação. A imposição de mão habilitava o sacrifício a fazer expiação pelo pecado, a exemplo do ritual do bode expiatório, descrito em Lv. 16:20-22. Após a imposição das mãos, a morte era infligida vicariamente ao animal oferecido em sacrifício. O significado desta transferência e o valor que o sacrifício ganha como fator expiatório, encontra explicação no clássico texto de Lv. 17:11: *“Porque a vida da carne está no sangue. Eu vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pelas vossas almas: porquanto é o sangue que fará expiação em virtude da vida.”* Assim., o animal sacrificial toma, em sua morte, o lugar que cabia ao ofertante; é pena por pena. Os sacrifícios assim apresentados eram prefigurações do grande e único sacrifício de Jesus Cristo.

3.2.1.2 - *“Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos.”* (Is. 53:6)

“Por isso, eu lhe darei muitos como a sua parte, e com os poderosos repartirá ele o despojo, porquanto derramou a sua alma na morte; foi contado com os transgressores, contudo, levou sobre si o pecado de muitos e pelos transgressores intercedeu.” (Is. 53:12)

*“No dia seguinte, viu João a Jesus, que vinha para ele, e disse: **Eis o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo!**”* (Jo. 1:29)

“Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele fôssemos feitos justiça de Deus.” (II Cor. 5:21).

“Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar (porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado no madeiro)” (Gl. 3: 13)

“carregando ele mesmo em seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados, para que nós, mortos para os pecados, vivamos para a justiça; por suas chagas fostes sarados.” (I Pe. 2:24).

Todas estas passagens falam de nossos pecados sendo lançados sobre Cristo e de Cristo levando sobre si o pecado ou a iniquidade. Assim, com base na Escritura, podemos pois, dizer que os pecados dos eleitos são imputados a Cristo. Assim como o pecado de Adão, foi imputado a todos os homens, por ser ele o representante federal da raça humana. Não significa que a nossa pecaminosidade foi transferida para Ele, ou seja, os nossos pecados não foram infundidos em Jesus, algo absolutamente impossível por causa da Sua Natureza Divina, que não pode se macular com o pecado, mas sim que a culpa dos nossos pecados recaiu sobre Ele, Lhe foi imputada, porquanto o pecado é extremamente passível de punição por se constituir numa agressão à justiça e santidade de Deus e numa transgressão à Sua lei. Cristo, pois, se fez maldição e sofreu a punição que a Lei e a justiça de Deus requeria em nosso lugar.

3.2.2 - Expição vicária sempre indica *substituição*

Não há outra forma de entender a expiação vicária. Uma pessoa vicária é aquela que toma o lugar de outra, fazendo algo no lugar dela. O homem é o transgressor, mas Deus aceita que outro tome o lugar do transgressor e sofra a penalidade no lugar dele. Campos, falando sobre o caráter vicário da expiação, declara:

A manifestação da misericórdia de Deus é claramente vista na expiação vicária. Deus livra o pecador de pagar pessoalmente de pagar a sua dívida, aceitando que outro tome o lugar do pecador. Em misericórdia Deus deixa de punir pessoalmente o pecador. Isto não quer dizer que Deus deixa de ser justo. A sua justiça é evidente no fato dEle requerer o pagamento da parte de um substituto.¹²⁵

Não há qualquer incompatibilidade entre a misericórdia e a justiça de Deus. Sobre a objeção à expiação vicária, argumentada sob o fato do Pai permitir que Seu Filho sofra no lugar dos pecadores e puni-lo pelos pecados dos homens, anula a Sua misericórdia e O torna culpado de injustiça, Berkhof declara:

¹²⁵ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1998, p. 27

Não foi o Pai, mas o trino Deus que concebeu o plano de redenção. Houve um solene acordo entre as três pessoas da Divindade. E neste plano, o Filho se incumbiu voluntariamente de sofrer a pena pelo pecado e satisfazer às exigências da lei divina. E não somente isso, mas a obra sacrificial de Cristo trouxe também imenso proveito e glória para Cristo como mediador,. Significou para Ele uma numerosa somente, adoração, cheia de amor e um reino glorioso.¹²⁶

3.2.3 – O uso das preposições gregas –

O uso das preposições gregas são bastante elucidativas para o entendimento da idéia de substituição vicária na obra expiatória de Cristo. Apesar de às vezes perder a sua força e dar um entendimento dúbio quando traduzidas para o português, estas preposições mantêm toda a força inconfundível daquilo que o texto sagrado está dizendo quando analisado na língua original, o grego. São as preposições ἄντι- em lugar de, por, ὑπερ – em lugar de, em favor de, por¹²⁷

* Textos em que ἄντι traz a idéia de substituição:

Mt. 20:28 e Mc. 10:45 – *“tal como o Filho do Homem que não veio para ser servido mas, para servir a dar a sua vida em resgate **por** (ἀντι) muitos.”*

Mt. 5:38 – *“ouviste o que foi dito: olho **por** (ἀντι) olho, dente por (ἀντι) dente.*

Lc. 11:11 - *“Qual dentre vós é o pai que, se o filho lhe pedir pão lhe dará uma pedra? Ou se pedir um peixe, **em lugar de** (ἀντι) peixe lhe dará uma pedra?*

Todavia, a maioria dos textos que tratam da obra expiatória; a preposição ὑπερ é mais empregadas.

* Textos em que ὑπερ é traduzido por “por” ou “em favor de”, “em lugar de”, contudo, expressando a idéia de substituição:

Lc. 22: 19-20 – *“Isto é meu corpo que é oferecido **por** (ὑπερ) vós, fazei isso em memória de mim... Este é o cálice da Nova aliança do meu sangue, derramado **em favor** (ὑπερ) de vós.”*

¹²⁶ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 380

¹²⁷ Lourenço Stelio REGA, Noções do Grego Bíblico, 1995, p. 52

Jo. 15:13 – “Ninguém tem maior amor do este: de dar a própria vida **em favor de** (*ὑπερ*) de seus amigos.”

Rm. 8:32 – “Aquele que não poupou o seu próprio Filho, antes, **por** (*ὑπερ*) nós o entregou, porventura não nos dará com ele graciosamente todas as coisas?”

Rm 5:6-8 “Porque Cristo, quando nós ainda éramos fracos, morreu a seu tempo pelos (*ὑπερ*) ímpios. Dificilmente alguém morreria **por** (em lugar de)(*ὑπερ*) justo, pois poderá se que **pelo** (*ὑπερ*) bom, alguém se anime a morrer. Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de Ter Cristo morrido **por** (*ὑπερ*) nós, sendo nós ainda pecadores.”

II Co. 5:14-15 – “Pois o amor de Cristo nos constrange, julgando nós isto: um morreu por (*ὑπερ*) todos, logo todos morreram. Ele morreu **por** (*ὑπερ*) todos, para os que vivem não vivam mais para si mesmos, mas para aquele que **por** (*ὑπερ*) eles morreu e ressuscitou.”

II Co. 5:20-21 – “De sorte que somos embaixadores **em nome de**(em lugar de) (*ὑπερ* *Χριστου*), como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em **nome de Cristo** (em lugar de) (*ὑπερ* *Χριστου*), pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus. aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por (*ὑπερ*) nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus.”

Gl. 3:13 – “Cristo nos resgatou da maldição da lei fazendo-se ele próprio maldição **em nosso lugar** (em lugar de)(*ὑπερ*), porque está escrito: Maldito todo aquele que pendurado no madeiro.”

Em todos os textos acima, a preposição *ὑπερ* se apresenta tanto com o sentido de *em lugar de*, como *em favor de*. Muito embora, *em favor de* possa indicar uma idéia de vantagem ou benefício; a idéia de substituição não pode ser ignorada. Ademais, não pode se esquecer que Cristo tanto morreu em nosso lugar como em nosso benefício e isso não implica em nenhum tipo de diminuição do objetivo das palavras, que é ressaltar o caráter substitutivo da obra expiatória de Cristo.

’ 3.3 - Expição pessoal e expiação vicária

Esta idéia diz respeito à penalidade que o pecador paga pessoalmente, quando a sua penalidade não é paga pelo substituto. A natureza divina, pela

natureza santa de Deus, requer o pagamento da penalidade da parte do culpado, se a sua culpa não for expiada por outro.

Quando Deus decide não manifestar a Sua misericórdia para com o pecador, ele tem que, obrigatoriamente, manifestar a Sua justiça, exigindo o pagamento da parte de quem pecou. A justiça tem que ser feita e o débito é requerido de quem pessoalmente pecou.

Na distinção entre expiação vicária e expiação pessoal, seguiremos a seqüência usada por Campos em sua Apostila de Cristologia – estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo:

3.3.1- A expiação pessoal é apresentada pela parte ofensora; a expiação vicária é apresentada pela parte ofendida.

A expiação pessoal é apresentada pelo pecador , enquanto que a vicária é apresentada por Deus.

Na expiação pessoal o pagamento é apresentado pelo ofensor. Isto significa que ele é o responsável por um pagamento que jamais conseguiria saldar, pois sua dívida é eterna. Sobre a razão disto, Campos destaca:

A lei como *preceito*, contudo, não é satisfeita pelo pecador. Ele sempre foi e sempre será um transgressor da lei, sem nunca obedecê-la na sua inteireza. Isso prova que a punição eterna não é uma punição excessiva. Esse tipo de expiação sempre deixa o pecador em débito. De acordo com a estrita justiça, a lei poderia requerer do perdido uma obediência tanto passiva como ativa. A obediência perfeita no estado presente e no futuro, assim como o sofrimento diz respeito à desobediência passada. Neste tipo de expiação só aparece a obediência passiva e a ativa nunca se dá. Por isso o débito não termina nunca, e a pessoa nunca sai de seu estado de punição. Quando a expiação é apresentada pelo ofensor, o débito não termina nunca, porque ele não é capaz de satisfazer a lei como preceito.¹²⁸

Na expiação vicária Deus é o ofendido. É contra Ele que o pecado é cometido, e Ele é quem proporciona a expiação para que a penalidade seja tirada do pecador e transferida para o Substituto. Deus, então, enviou o Seu próprio Filho, que por Sua vez, ofereceu-Se a Si mesmo para morrer pelos pecadores.

¹²⁸ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, p. 28

3.3.2– a Expição pessoal é efetuada pela criatura. A expiação vicária é feita pelo criador Santo.

A expiação pessoal feita pela criatura nunca pode causar nenhum resultado positivo pelo fato do homem ser caído. Não existe remissão de penalidade porque é débito pago por quem continua sendo sempre um transgressor da lei. Um pecador não pode morrer no lugar de pecador, nem pagar plenamente a sua própria dívida, porque nunca será um cumpridor das exigências da lei divina.

A expiação vicária, ao contrário da expiação pessoal, nunca pode ser apresentada pela criatura.

Expição com idéia de libertação ou redenção nunca pode ser apresentada por homens pecadores, criaturas caídas, porque ninguém pode pagar preço tão alto. O preço alto só pode ser pago pelo Redentor dos filhos de Deus, o preço do sangue inocente. *“Ao irmão, verdadeiramente, ninguém o pode remir, nem pagar por ele a Deus o seu resgate (Pois a redenção da alma deles é caríssima, e cessará a tentativa para sempre.”* (Sl. 49: 7-8)

O profeta Miquéias coloca o problema da impotência humana caída nestas perguntas:

“Com que me apresentarei ao Senhor, e me inclinarei ante o Deus excelso? Virei perante Ele com holocaustos, com bezeros de um ano? Agradar-se-á o Senhor de milhares de carneiros, dez mil ribeiros de azeite? Darei o meu primogênito pela minha transgressão, o fruto de meu corpo pelo pecado de minha alma? (Mq.6:6-7)

O referido texto indica que nenhuma provisão pode ser feita pela criatura caída, somente pelo Criador santo. É Deus quem proporciona o escape para o problema do pecado humano; por isso, a expiação redentora só pode ser efetuada por quem não tem débito com a lei, Jesus Cristo.

3.3.3 – a expiação pessoal é incompatível com a misericórdia.

A expiação vicária é a única maneira de Deus, ao mesmo tempo, ser justo e misericordioso.

A expiação pessoal é a aplicação estrita da justiça divina. O pecador que pessoalmente paga a sua penalidade não pode receber a misericórdia, porque misericórdia e justiça se excluem quando aplicadas à mesma pessoa. Se Deus manifesta a Sua justiça, fazendo o pecador pagar os seus próprios pecados, Ele

não pode manifestar a sua misericórdia, porque misericórdia é a não imposição da penalidade sobre o pecador: *“As misericórdias do Senhor são a causa de não sermos consumidos, porque as suas misericórdias não têm fim.”* (Lm. 3:22)

A expiação vicária é a forma mais alta da manifestação da misericórdia de Deus, sem que Deus deixe de ser justo. A afirmação que Campos faz, completa a idéia entre o aparente paradoxo da misericórdia e a justiça de Deus combinados:

A expiação vicária é a maior exibição do amor de Deus. Não existe outra maneira mais linda de Deus expressar sua bondade para com o pecador do que através da expiação vicária. Deus tinha que ser justo, porque Sua santidade majestosa o exige. Deus não pode perdoar pecadores sem que os pecados deles sejam pagos por Outrem. O perdão exige o pagamento. Do contrário não é perdão, mas sim anistia. Por causa de Sua natureza Santa Deus não anistia ninguém.¹²⁹

Se Deus somente anistiasse o pecado entraria em conflito com Sua própria natureza. Anistiar é ignorar a pena, é deixar o transgressor sem punição, não exigindo que a reposição ou a reparação da culpa seja feita; o que no caso do pecado não acontece. Há um Substituto que paga a penalidade pelo pecado e satisfaz os quisitos da Santa justiça de Deus.

3.3.4 - A expiação pessoal é incompatível com a vida eterna do pecador.

A expiação vicária, por sua vez, obtêm a vida eterna para o pecador.

A expiação pessoal é incompatível com a vida eterna do pecador porque a vida eterna só é conseguida através da obediência do homem. Na expiação pessoal, o homem somente recebe a punição pela transgressão da lei, sem nunca obedecê-la como condição para se apossar da vida eterna.

Por outro lado, a expiação vicária é compatível com a vida eterna porque nela o Substituto dos pecadores, Jesus Cristo, não somente sofre as conseqüências dos pecados daqueles por quem morreu, mas ele também foi obediente a todas as exigências da lei, tendo o seu sacrifício sido aceito por causa da sua perfeita obediência tanto ativa como passiva. Assim, completa Campos¹³⁰: *“Ele não*

¹²⁹ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia- estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1998, p. 29

¹³⁰ *Ibid.* p. 30

somente nos redime da penalidade do pecado, como também nos coloca em uma posição de obedientes à lei divina, o que nos coloca na posse da vida eterna.”

3.4 - Expição exige restituição e pagamento

Jamais entenderemos o ofício sacerdotal de Cristo se não entendermos a natureza da expiação como descrita no Antigo Testamento. O livro de Levítico, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, é o primeiro a tratar exaustivamente a idéia de expiação com a exigência de restituição daquilo que foi manchado.

Ali são descritos dois tipos de pecados: voluntários e involuntários, onde são trabalhadas as idéias de restituição e pagamento.

Restituição

Levítico 6:2-7: “ *Quando alguma pessoa pecar e cometer ofensa contra o Senhor, e negar ao seu próximo o que este lhe deu em depósito, ou penhor ou roubo, ou tiver usado de extorsão para com o seu próximo; ou que, tendo achado o perdido, e o negar com falso juramento, ou fizer alguma coisa de todas em que o homem costuma pecar; será pois, que tendo pecado e ficado culpado, **restituirá** aquilo que roubou, ou que extorquiou, ou o depósito que lhe foi dado, ou perdido que ele achou, ou tudo aquilo sobre que jurou falsamente; e o **restituirá** por inteiro, e ainda a isso acrescentará a quinta parte; àquele a quem pertence, lho dará no dia da oferta pela sua culpa. e por sua oferta pela culpa trará ao Senhor um carneiro sem defeito do rebanho, conforme a tua avaliação para a oferta pela culpa; trá-lo-á ao sacerdote. E o sacerdote fará expiação por ela diante o Senhor, e será perdoada de qualquer de todas as coisas que fez, tornando-se por isso, culpada.”*

O texto seguinte proposto, trata dos pecados da coletividade., e dos pecados cometidos por ignorância.

Pagamento

Levítico 4:13-20: “*Mas, se toda congregação de Israel pecar por **ignorância**, e isto for oculto aos olhos da coletividade, e se fizerem contra algum dos mandamentos do Senhor, aquilo que não devem fazer, e forem culpados, e o pecado que cometeram for notório, então a **coletividade trará um novilho como oferta pelo pecado**, e o apresentará diante da tenda da congregação. Os anciãos da congregação **porão as mãos sobre a cabeça do novilho perante o Senhor e; será imolado o novilho perante o Senhor.** Então o sacerdote ungido trará do sangue do novilho à tenda da congregação; molhará o dedo **na sangue e o aspergirá** sete vezes perante o Senhor, diante do véu. E daquele*

*sangue porá sobre os chifres do altar que está perante o Senhor, na tenda da congregação; e todo o restante do sangue derramará à base do altar do holocausto, que está à porta da tenda da congregação. Tirará do novilho toda a gordura e a queimará sobre o altar, e fará a este novilho como fez ao novilho da oferta pelo pecado; assim lhe fará, e o sacerdote por eles fará expiação, e eles serão perdoados. Depois levará o novilho **fora do arraial** e o queimará como queimou o primeiro novilho; é oferta pelo **pecado da coletividade**.”*

A expiação era feita por indivíduos por causa de pecados individuais e também havia expiação pelos pecados da nação. A relação com a idéia de vicariedade em seu aspecto de restituição e de pagamento, repousa no fato de que na relação da expiação nos moldes veterotestamentários e a expiação que Cristo realizou; o pagamento e a restituição estão presentes. Cristo não somente pagou por nós a penalidade do pecado, livrando-nos da morte, como também restituiu o que havia perdido – a vida.

4 – O PRÓPOSITO DA EXPIAÇÃO

A expiação foi destinada a afetar a relação de Deus com o pecador, afetar o estado e a condição de Cristo como mediatário da salvação e afetar o estado e a condição do pecador.

Com referência a Deus, salienta-se que a expiação não efetuou mudança alguma em Seu Ser, pois Deus é imutável. A única mudança que foi produzida foi uma mudança com relação a Deus com os objetos de Seu amor expiatório. Ele se reconciliou com aqueles que eram objetos da Sua ira judicial, o que não significa que Sua ira foi desviada pela cobertura sacrificial do pecado deles.

A expiação foi o instrumento que removeu os obstáculos à manifestação do amor redentor de Deus no perdão dos pecadores e em sua santificação, uma vez que satisfiz a justiça de Deus e as exigências da lei.

Com referência a Cristo, o efeito da expiação assegurou a *“multiforme recompensa para Cristo como o Mediador.”*¹³¹ Ele foi constituído Espírito vivificante, fonte inesgotável de todas as bênçãos da salvação para os

¹³¹ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 393.

pecadores. Por isso, Ele recebeu: Tudo quanto dizia respeito à sua glorificação, inclusive Sua presente glória messiânica; a plenitude daqueles dons e graça que Ele confere aos Seu povo; o dom do Espírito Santo para a formação do Seu corpo místico e para a subjetiva aplicação dos frutos da Sua obra expiatória e os confins da terra para a sua possessão e o mundo para o seu domínio. Esta foi uma das promessas feitas a Ele: “ *Pede-me, e eu te darei as nações por herança, e as extremidades da terra por tua possessão.*” (Sl. 2:8), promessa essa que acha o seu cumprimento descrito em Hb. 2:5-9: “ *Pois não foi a anjos que sujeitou o mundo que há de vir, sobre o qual estamos falando, ante, em certo lugar, alguém deu pleno testemunho dizendo: Que é o homem que dele te lembra? Ou o filho do homem, que o visites? Fizeste-o, por um pouco, menor que os anjos, de glória e de honra o coroaste [e o constituíste sobre todas as obras de tuas mãos]. Todas as coisas sujeitastes debaixo de teus pés. Ora, desde que sujeitou todas as coisas, nada deixou fora de seu domínio. Agora, porém, não vemos todas as coisas a ele sujeitas; vemos, todavia, aquele que, por um pouco, tendo sido feito menor que os anjos, Jesus, por causa do sofrimento da morte, foi coroado de glória e de honra, para que, pela graça de Deus, provasse a morte por todo homem.*”

O efeito da expiação no que se refere ao pecador; não somente tornou a salvação assegurada, como também de fato a garantiu. A expiação garantiu, meritoriamente a aplicação da obra da redenção àqueles para os quais estava destinada, tornando certa e segura a salvação deles.

A expiação assegurou, para aqueles a favor dos quais foi feita a adequada posição judicial mediante justificação, incluindo perdão, adoção de filhos e o direito a uma herança eterna; a união mística dos crentes com Cristo por meio da regeneração e da santificação através da gradual mortificação do velho homem e o gradual revestimento do novo homem criado por Jesus Cristo e sua bem-aventurança final com Deus, mediante Jesus Cristo, na glorificação e no gozo da vida eterna, numa nova e perfeita criação.

5 - A EXTENSÃO DA EXPIAÇÃO

Após termos asseverado acerca da natureza da expiação. Nossa ênfase a partir de agora será no aspecto da extensão da expiação. A natureza da expiação

está intimamente relacionado com a sua extensão. A má compreensão desta relação tem levado muitos a ter uma noção incoerente acerca da extensão da expiação.

Ao propormos um estudo sobre a extensão da expiação, algumas questões são levantadas e algumas perguntas que servem para nortear o nosso pensamento, surgem. Para compreendermos a extensão dos benefícios adquiridos pela morte expiatória de Cristo e a quem estes benefícios se aplicam; é necessário ter em mente alguns pontos que precisam estar bem claros e definidos em nossa mente. Indaga-se, se a expiação foi designada para ser limitada ao seu povo ou, ou tem ela um carácter universal? A expiação foi definida ou indefinida? Foi a expiação eficaz ou ineficaz? E ainda; foi a expiação designada para salvar pecadores ou para tornar possível a salvação deles?

A estas questões propostas que nos empenharemos em esclarecer, na definição do pensamento acerca da extensão da expiação. Para tal, iniciaremos abordando as várias correntes de pensamentos dentro da tradição protestante.

5.1 - Extensão da expiação na tradição arminiana

Esta teoria começou com o desenvolvimento dos Cinco Pontos do Arminianismo apresentados em 1610 por Jacobs Arminius , e posteriormente encaminhados ao Sínodo de Dort , em 1618-1619, nesta teoria a eleição é condicional e definida. O segundo dos Cinco Pontos do Arminianismo diz:

“Jesus Cristo, o salvador do mundo, morreu por todos os homens e a favor de cada um, sem exceção, de sorte que Ele tem obtido para todos eles, por sua morte na cruz, a redenção e o perdão dos pecados; todavia, só desfruta realmente esse perdão dos pecados aquele que crê; conforme afirma a Escritura em Jo. 3:16, I Jo. 2:2, etc.”

Dessa forma, a posição arminiana assevera que a morte de Cristo apenas tornou possível e disponível a salvação para todos e cada um dos homens, sem exceção, embora seja evitada a idéia da salvação universal. A salvação é oferecida a todos a luz da expiação de Cristo; se constituindo numa apresentação mais “compreensiva” da pronta redenção de Deus, condicionada à aceitação dos homens. A aceitação deles, em última instância, é que valida o que Jesus Cristo fez na cruz. De acordo com a antropologia (parte da teologia que estuda a

doutrina do homem) arminiana, cada ser humano tem capacidade de crer no Evangelho ao lhe ser apresentado, tendo suficiente graça preveniente para dizer *sim* a Deus.

Por causa da expiação universal, ilimitada, o pecador impenitente só pode ser condenado por causa da sua incredulidade, não por causa da sua natureza pecaminosa ou dos demais pecados que cometeu em sua vida; uma vez que todos estes pecados foram pagos na cruz por Jesus Cristo. A incredulidade da expiação de Cristo é a única causa de condenação deles. E eles são os únicos responsáveis por sua incredulidade. Não creram por exercer a liberdade de não crer naquilo que possuíam.

Ora, se a eleição é indefinida, e nisto os arminianos concordam, conquanto é somente Deus quem conhece aqueles que irão crer e serão salvos; a expiação precisa seguir o mesmo molde. Deus decidiu na eternidade eleger aqueles que creriam no futuro. Cristo veio ao mundo para morrer em favor de todos os pecadores que deveriam aceitar a salvação de Cristo livremente. Pensando assim, esta expiação é universal, mas ela em si mesma não causa a salvação do pecador, apenas abre a possibilidade dele ser salvo. De acordo com as afirmações do pensamento arminiano acerca da expiação em seu caráter universal, *“a salvação do pecador não está fundada, em última análise, na morte de Cristo, mas na liberdade da vontade do pecador.”*¹³²

5.2 - Teoria do universalismo hipotético

Esta posição é sustentada pelos adeptos da Escola de Saumur, liderados por Moisés Amyraut, *“protestante francês, teólogo e pastor em Saumur que teve a sua teologia alterada quando leu as Institutas de Calvino,; misturando a sua idéia de predestinação com expiação universal.”*¹³³ No tempo de Amyraut houve muita acusação contra os reformados por parte dos católicos que queriam tornar-se reformados, com respeito à doutrina da predestinação. Nesta acusação Deus era apresentado como arbitrário, injusto e insincero criando os reprovados para o pecado e, então, punindo-os por pecarem, oferecendo uma salvação no evangelho que Ele não decidiu efetuar.

¹³² Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1998, p. 57.

¹³³ *Ibid.* p. 58

Na tentativa de resolver o problema dessas acusações por parte dos católicos, Amyraut respondeu propondo as seguintes posições:

- o pecado é o resultado do escurecimento do entendimento;
- Deus, movido por um desejo sincero de salvar toda a raça humana, decidiu dar em resgate o seu Filho Jesus Cristo que morreu igualmente por todos os homens e para eles fazer a oferta de salvação;
- Esta oferta é feita algumas vezes mais claramente, como quando o evangelho é pregado; algumas vezes mais obscuramente, como no caso do testemunho da natureza para os pagãos não alcançados pelo evangelho. Contudo Deus predestinou todos os homens, e cada um deles para a salvação, conquanto se cressem; e na natureza há uma apresentação suficiente da verdade de tal modo que todos os homens podem exercer fé se assim desejam fazê-lo;
- Embora o homem não seja impedido de crer por qualquer força externa, sua corrupção o tem tornado moralmente incapaz de aceitar a oferta de Deus. É, portanto, necessário que o próprio Deus produza fé nos corações daqueles a quem Ele escolheu redimir;
- Isto Deus faz somente para o eleito, através de uma iluminação sobrenatural da mente ou por uma doce persuasão moral que deixa intacta a operação da vontade.

A tentativa de Amyraut foi encontrar uma posição intermediária entre a teoria da expiação limitada dos reformados e a teoria universalista dos arminianos. Foi uma tentativa de “*abrandar o calvinismo rigoroso do Sínodo de Dort*”¹³⁴ Esta posição ficou conhecida como *universalismo hipotético*. Sobre o pensamento de Amyraut na proposição da referida teoria, Campos, destaca:

Amyraut dividiu o decreto de Deus em duas partes: um decreto foi o de enviar Cristo ao mundo para salvar todos os homens por sua morte expiatória, sob a condição de fé nEle. Contudo, como Deus viu que seu propósito falharia, visto que ninguém aceitaria Cristo pela fé, seguiu-se um segundo decreto: um decreto para dar a um certo número eleito, uma graça especial, afim de gerar fé nos corações deles e para assegurar a salvação deles .¹³⁵

¹³⁴ Louis BERKHOF, A História das Doutrinas Cristãs, 1992, p. 171.

¹³⁵ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia – estudos sobre a Pessoa e obra de Cristo, p 36.

O resultado final, portanto, dessa posição tornou-se insustentável, uma vez que alguns seguidores dessa escola ressaltaram o primeiro decreto e a oferta universal de salvação baseada no referido decreto, que é na verdade, a base de sustentação da afirmação arminiana; ao passo que outros sublinharam o segundo decreto e a necessidade da graça eficaz, retornando assim, à posição calvinista.

5.3 - A teoria da expiação universal de Barth

A doutrina da expiação de Karl Barth está diretamente relacionada com a sua doutrina da predestinação, como na fé reformada, seguindo as suas raízes. Na fé Reformada a doutrina da expiação particular é combinada com doutrina Reformada da eleição. Cristo veio para morrer em favor de todos aqueles que o Pai lhe havia entregue para assegurar a salvação deles. Na teologia Barthiana, a expiação está atrelada à doutrina da eleição.

Barth concorda com Calvino em algumas coisas , como por exemplo, na rejeição da doutrina arminiana da fé prevista, com base da eleição, mas a grande diferença, porém, entre a fé Reformada e Barth, é que ele crê numa eleição universal. Logo, como sua doutrina da expiação está vinculada à doutrina da eleição, Jesus morreu em favor de cada pessoa sem exceção. Barth trata não somente da extensão da expiação mas também do conteúdo dela. Campos assim resume o pensamento de Barth: “ *Cristo não é somente o meio da eleição mas também o objeto dela, Cristo não é somente o Deus que escolhe, Ele é também os homens escolhidos. Não meramente através dEle e com Ele, mas nEle os homens são eleitos.*”¹³⁶

Obviamente Barth rejeita que Deus tenha no seu conselho eterno, decidido salvar somente um numero definido de pecadores por quem Cristo veio morrer. Essa doutrina, segundo ele, faz violência ao amor infinito de Deus e falha em suprir aquele conforto que o Deus de amor quis que o evangelho apresentasse.

Pelo fato da doutrina da expiação ser atada inseparavelmente à doutrina da predestinação, Barth é inevitavelmente forçado a crer numa salvação universal, embora não afirme isto categoricamente. A única razão que o levaria a demover-

¹³⁶ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1998, p. 60.

se dessa conclusão evidente seria a idéia de um decreto soberano divino não ser plenamente cumprido, o que, para um teólogo que apresenta tanta lógica, é algo inconsistente.

Barth enfatiza a universalidade de todas as áreas relacionadas com a salvação; ele ensina a salvação, a expiação, a justificação, a chamada e a santificação universal. Portanto, a sua idéia da expiação universal é que lança base para a proclamação e o anúncio de que todos já estão objetivamente reconciliados com Deus. O que difere o cristão do incrédulo é que o primeiro sabe disso e o segundo não. Dessa forma, a urgência da pregação e do evangelismo é enfatizada.

5.4 - Extensão da expiação na tradição Luterana

A posição luterana com respeito à natureza da expiação é uma tentativa de uma posição mediana entre o arminianismo e o calvinismo. Os proponentes da posição luterana, em geral, enfatizam que não querem reconciliar o irreconciliável, isto é, eles não querem conciliar racionalmente as afirmações aparentemente conflitantes da Escritura sobre a expiação e eleição.

Os luteranos evitam tratar da doutrina da expiação do modo como a tratam os Reformados. Eles falam de uma tensão existente entre a expiação ilimitada e a limitação que a eleição impõe sobre a matéria, consistindo sempre, dizem eles, na negação de uma delas à cada tentativa de conciliar racionalmente a expiação ilimitada e a eleição limitada. Os luteranos afirmam ainda que não há autorização expressa pela Escritura para o ensino de que Cristo morreu somente pelos eleitos e que os perdidos não estiveram incluídos na vontade graciosa de Deus.

Na teologia luterana, Cristo morreu em favor de cada homem, sem exceção, sendo representante e substituto de cada um deles, sobre quem a ira de Deus caiu. Os méritos infinitos de Jesus, tornaram possível para Deus ser gracioso para com todos os homens, sem exceção. Os argumentos bíblicos para provar a expiação universal seguem os mesmos padrões arminianos, embora seja diferente a sua base teológica. Falando sobre a posição luterana, diz Campos¹³⁷: *“Cristo morreu por todos, embora a eleição divina determine quem vai herdar a*

¹³⁷ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1998, p. 62

vida eterna, não a vontade livre do homem. Quando o filho eleito de Deus vêm à fé, a expiação oferecida por Cristo cumpre o seu propósito.”

Há um conflito entre a conciliação das doutrinas da eleição e da expiação, do modo como são expostas no pensamento luterano: a eleição é limitada, somente os escolhidos de Deus virão à fé e serão salvos, porém a expiação foi estendida a todos os homens. A teologia luterana não abre mão dessas duas “verdades” doutrinárias. Esta tensão existente entre estas duas doutrinas, dizem eles, é um mistério inexplicável, como mistério inexplicável é a doutrina da trindade.

5.5 – Extensão da expiação na Tradição Reformada

Por quem Jesus Cristo morreu?

Não é possível estudar sobre a extensão da expiação sem enfrentar esta pergunta; feita em todos os redutos teológicos.

Esta é a pergunta mais crucial quando arminianos e calvinistas se encontram para tratar sobre a expiação. Há vários modos para esta pergunta crucial: a expiação é definida ou indefinida? A expiação é designada para salvar pecadores ou para tornar possível a salvação deles? Foi ela designada para salvar eleitos ou todos os homens? Em outras palavras, por quem Cristo morreu? Tais perguntas podem ainda serem feitas de outras maneiras: a expiação significa redenção ou a possibilidade de redenção? A expiação significa que Cristo veio para expiar os pecados ou para tornar os pecados expiáveis? Cristo de fato propiciou a Deus ou veio para torna-Lo propiciável? Jesus veio reconciliar o homem ou fazer Deus reconciliável?

Estas perguntas chaves dizem respeito ao significado de expressões chaves em textos como I Ts. 5:10: *“ porque Deus não nos destinou para a ira, mas para alcançar a salvação mediante nosso Senhor Jesus Cristo, **que morreu por nós** para que. Quer vigiemos, quer durmamos, vivamos em união com ele.”* e ainda I Cor. 15:3: *“ antes de tudo, vos entreguei o que também recebi; que Cristo morreu **pelos nossos pecados**, segundo as Escrituras.”* A resposta a estas perguntas envolve não somente uma resposta sobre a extensão da expiação, mas sobretudo, sobre a natureza dela, ou seja, deve se ter em mente a natureza vicária, substitutiva dos sofrimentos e da morte de Cristo.

A convicção das Confissões Reformadas e da teologia Reformada é que a Escritura exige a resposta da expiação definida ou limitada. Os arminianos e outros reivindicam a resposta da expiação indefinida ou universal.

A exposição dos argumentos nas páginas seguintes, que seguem a seqüência proposta na exposição de Campos em sua apostila de Cristologia, vão examinar a questão da expiação debaixo do conceito supra citado. O calvinismo advoga a expiação limitada. Uma vez que esta convicção Reformada é freqüentemente mal entendida, os argumentos que fazem apologia a esta afirmação são de alta relevância. Para tal, lançaremos mão de alguns aspectos, também chamados de *aspectos universalísticos da expiação* que colaboram na exposição sistematizada do assunto e que, pela sua harmonia com a doutrina, devem ser enfatizados.

5.5.1 - uma expiação limitada, mas perfeita e eficaz.

O termo “expiação limitada” não deveria ser entendido como se a expiação fosse em si mesma “limitada” no sentido em que ela é imperfeita ou incompleta. Esta expressão não implica que a obra de Cristo foi imperfeita ou que possuiu certas limitações inerentes, que tornaram impossível para Deus aplica-la além dos eleitos, ou seja, universalmente. Ao contrário disso, a ênfase da Escritura (e do pensamento Reformado também) é que a obra de Cristo envolveu uma expiação perfeita, completa e suficiente para aqueles para quem ela foi designada.

A limitação ou o fato dela ser definida em sua aplicação origina-se simplesmente do desígnio, do conselho soberano de Deus e do beneplácito de Sua vontade eletiva. A ênfase é que a expiação foi tão perfeita que ela é eficazmente aplicada por Cristo através do Seu Espírito àqueles a quem ela é designada. A salvação é inteiramente gratuita e as obras dos homens não cooperam em absolutamente nada para isto. A salvação é inteiramente o fruto da expiação de Cristo. Esta ênfase vem através de todos os termos que são a marca da Reforma: *Sola Fide, Sola Gratia, Solus Christus, Sola Scriptura e Soli Deo Gloria*.

A sustentação de uma expiação universal mas de uma salvação limitada não pode ser coerente com a perfeição da obra de Cristo. A expiação universal que não resulta numa salvação universal é uma expiação indefinida e imperfeita,. Ao contrário da expiação limitada que salva efetivamente aqueles que foram seu

objeto de alcance. O raciocínio é muito mais coeso; se o número de salvos não é o número total dos homens, a expiação não pode ser para todos eles, do contrário, todos seriam salvos.

5.5.2 - Uma expiação limitada, mas um sacrifício de valor infinito.

A teologia reformada tem se expressado algumas vezes de uma forma que tem sido mal entendida pelos advogados da expiação universal, e por causa de uma compreensão errada, a tese Reformada tem sido pela bandeira contrária.

Alguns círculos protestantes têm defendido o slogan que *a morte de Cristo é suficiente para todos, mas eficiente somente para alguns*. Essa “suficiência” é entendida por alguns como indicando o número daqueles por quem Cristo morreu, havendo um inclusivismo geral contido nela. No entanto, a idéia original da frase não era essa. O significado da palavra “suficiente” é que o sangue de Cristo é poderoso para salvar toda a raça humana, é uma idéia relacionada ao valor infinito do sangue da obra expiatória de Cristo.

A frase “suficiente para todos” refere-se tão somente ao valor intrínseco e infinito do sacrifício que o Filho encarnado fez. O sacrifício é suficiente em termos da pessoa do Filho de Deus, que ofereceu-Se a Si mesmo como sacrifício perfeito feito uma só vez. Deus não teve que limitar a salvação por causa do sacrifício ser insuficiente, ou incompleto ou imperfeito. Neste sentido, e somente neste é dito que o sacrifício expiator de Cristo é “suficiente para todos”

Deus limitou soberanamente o sacrifício no seu intento e no seu desígnio estendendo a expiação para aqueles a quem Ele entregou Seu Filho, que são os seu eleitos. Não é possível afirmar que o sangue de Jesus é suficiente para todos os homens no sentido em que todos os homens poderiam ser salvos, se quisessem, pois se assim fosse, teríamos que admitir que para aqueles que recusaram a obra expiatória, o sacrifício de Cristo foi em vão. A argumentação de Jonh Owem colabora para a sustentação desta verdade:

Alguns tem sugerido que a morte de Cristo obteve a redenção suficiente para todos os homens, se eles simplesmente cressem nEle. Este benefício, entretanto, é dado somente a alguns, porque somente alguns crêem. Cristo, dizem eles, obteve a salvação que é suficiente para todos, mas que na verdade salva apenas alguns. Isto é digno de ponderação, pois a vontade de Deus, de que Cristo obtivesse a salvação para os pecadores, não dependia da condição

dos pecadores crerem. A vontade absoluta de Deus é que a salvação fosse obtida e dada (grifo meu). O recebimento da salvação depende da nossa fé, contudo esta fé nos é dada pelo próprio Deus. Por isso, aqueles para os quais Cristo obteve benefícios através de Sua morte devem realmente recebe-los. Afirmamos isso porque: se Cristo apenas tivesse obtido os benefícios e não pudesse dá-los, então Sua morte não salvaria ninguém e Teria Deus apontado um salvador sem decidir quem seria salvo? Poderia Ele apontar um meio sem estar certo do fim? ¹³⁸

O sacrifício de Cristo, portanto, é suficiente para todos no sentido em que é um sacrifício de valor infinito, no sentido de não ser limitado em eficácia, mas não é suficiente no sentido de que pode salvar todos os homens, pois Cristo expiou os pecados somente daqueles que foram eleitos para a salvação. *“A salvação que Cristo obteve há de pertencer àqueles para os quais Ele a obteve. Se é dito: **sim**, mas é deles sob a condição de crerem, não se pode esquecer que a fé também é dada por Deus.”* ¹³⁹

5.5.3 – uma expiação limitada mas uma chamada universal do evangelho

A doutrina da expiação limitada não destroi qualquer idéia afirmada pela Escritura com respeito à chamada universal do evangelho. A doutrina da expiação limitada não põe limites na pregação do evangelho a todas as pessoas ou a todas as nações. A restrição da pregação do evangelho aos eleitos é um estúpido equívoco. A pregação tem um caráter universal porque Deus tem os seus eleitos em todas as etnias do mundo. Ninguém sabe quem são os eleitos de Deus até que haja neles a evidência da verdadeira fé em Jesus Cristo. Isto só é descoberto pela pregação do Evangelho a todas as criaturas. A doutrina da expiação e da eleição limitada não impõe qualquer limitação na pregação do Evangelho, porque a ordem de Jesus é pregar o evangelho a todos, a fim de que alguns, os dEle, sejam salvos. Como não sabemos quem são, temos que pregar a todos quantos Deus por em nossa frente.

A oferta livre do Evangelho é uma ordem a todos para que se arrependam de seus pecados e creiam no Senhor Jesus Cristo para a sua salvação. O chamado é urgente e acompanhado pela promessa certa de que aquele que crê

¹³⁸ John OWEM, Por quem Cristo morreu? 1986, p. 32-33

¹³⁹ Ibid. p. 33

será salvo. A pregação do Evangelho e a chamada ao arrependimento e à fé são os meios que Deus emprega na aplicação efetiva da obra expiatória de Cristo. Sobre a harmonia entre a doutrina da oferta universal do Evangelho e da expiação limitada, Heber Campos destaca:

A doutrina da expiação limitada não é inconsistente com a doutrina da livre oferta do Evangelho como muitos pensam. Este é um entendimento absolutamente enganoso. A fé reformada é a única teologia que apresenta uma real salvação para os pecadores. A expiação limitada pelos pregadores reformados não anuncia simplesmente uma possibilidade de salvação, ou oferece uma oportunidade para a salvação, mas a *salvação* pregada é comunicada aos pecadores, que pela graça de Deus, ouvem e crêem. A verdadeira e perfeita expiação de Cristo é comunicada ao ouvinte atento.¹⁴⁰

Assim, a oferta do Evangelho não é uma matéria que decisivamente está nas mãos do pecador para ser resolvida. Ela já foi resolvida por Cristo e aqueles por quem Cristo morreu que recebem o chamado pela Palavra, crêem e abraçam esta grande verdade.

5.5.4 - Uma expiação limitada, mas com efeitos cósmicos

O objetivo definido da expiação é para redimir os eleitos, mas isso não elimina os efeitos cósmicos da obra redentora de Cristo. Neste sentido, a obra redentora de Cristo teve uma aplicação universal, englobando todas as obras da natureza. Os efeitos desta obra beneficiou objetivamente duas classes, a saber:

5.5.4.1 – efeitos na vida dos homens em geral:

Há bênçãos e benefícios de Deus que vêm a todos os homens indistintamente, para justos e injustos, eleitos e reprovados. Coisas relacionadas à graça comum. Alguns encontram dificuldades em determinar se as bênçãos da graça comum está vinculada à obra de redenção de Cristo. Isto, porém, não se constitui numa dificuldade teológica, pois muitos dos benefícios da graça comum são advindos dos méritos de Cristo adquiridos com Sua morte na cruz. Exemplo disso é o domínio que Cristo exerce sobre todo o universo.

¹⁴⁰ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – estudos sobre a Pessoa e obra de Cristo*, 1998, p 66-67

Muitas das bênçãos que os homens em geral, recebem são em primeira instância para os eleitos, mas estes, indiretamente são beneficiados por causa da presença dos eleitos no meio deles.

5.5.4.2 - efeitos na natureza criada

Os efeitos da obra de Cristo serão sentidos também na restauração das obras da natureza. Todo o cosmos receberá uma renovação com base na obra redentora de Cristo. Não há meio de se entender a restauração da natureza sem que seja através de Cristo. Assim como o pecado foi a causa da maldição da natureza como narrada em Gn. 3:17-18, assim também a redenção dela está vinculada à redenção dos homens através da obra expiatória de Cristo, conforme Rm. 8:18-25.

6 – ARGUMENTOS BÍBLICO – TEOLÓGICOS SOBRE A EXTENSÃO DA EXPIAÇÃO

A argumentação que se segue, toma por base a posição Reformada (Calvinista), no que tange ao alcance da obra expiatória de Cristo.

6.1 – Pode-se estabelecer, primeiramente, como princípio geral, que os desígnios de Deus sempre são seguramente eficazes e não podem ser frustrados pela ação do homem. Isto também se aplica ao propósito divino de salvar os homens por intermédio da morte de Jesus Cristo. Se fosse a intenção de Deus salvar todos os homens, este propósito não poderia ser frustrado pela incredulidade do homem. *“Admite-se por todos os lados que são salvos pecadores em número limitado. Consequentemente, estes são os únicos que Deus determinou salvar.”*¹⁴¹

6.2 – A menção que a Escritura faz acerca daqueles por quem Cristo entregou a Sua vida, indica uma limitação muito definida. Aqueles por quem Cristo sofreu e morreu são verdadeiramente chamados de “ovelhas”, “minhas ovelhas”. Jo. 10:11, 15, 26; Sua “igreja”, At. 20:28, Ef. 5:25-27; o “seu povo” Mt.1:21 e “os eleitos” Rm. 8:32-35. Estas passagens serão estudadas mais detalhadamente no próximo ponto.

6.3 – A obra sacrificial de Cristo e Sua obra intercessória são apenas dois aspectos diferentes de sua obra expiatória, e, portanto, o alcance de uma não

¹⁴¹ Louis BERKHOF, Teologia Sistemática, 1990, p. 396.

pode ser mais amplo do que a outra. Ora, se Cristo limita, de forma definida a Sua obra intercessória quando diz: *“Não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus.”* (Jo.17:9). Porque Jesus limitaria a sua oração intercessória, se de fato pagou o preço por todos?

6.4 – Deve-se notar também que a doutrina segundo a qual Cristo morreu com o propósito de salvar todos os homens, leva logicamente ao universalismo absoluto, isto é, a doutrina que afirma que todos os homens são salvos de fato. Ora, é impossível que aqueles por quem Cristo pagou o preço, cuja culpa Ele removeu, se percam por causa dessa culpa.

e – Se dissermos, como querem alguns, que a expiação foi universal, mas que sua aplicação é particular; que Cristo tornou a salvação possível para todos, mas de fato salva apenas um número limitado de pecadores, condicionado à aceitação deles à pregação do evangelho. Se assim fosse o ensino da Escritura, teríamos que separar a ligação que há entre a aquisição e a real dádiva da salvação. Sobre este assunto, assevera Owem:

Sem dúvida, pagar o preço pela redenção de um escravo, não é o mesmo que libertar realmente o escravo. Obter salvação e dar salvação não são exatamente a mesma coisa. Mas algumas coisas precisam ser entendidas: para Cristo obter a nossa redenção e dá-la a nós podem ser dois atos diferentes, mas não se pode argumentar que, conseqüentemente, eles precisam estar relacionados a dois grupos diferentes de pessoas. Cristo não teve dois propósitos secundários em sua morte; e o propósito secundário da morte de Cristo era o de salvar homens e mulheres, eleitos antes da fundação do mundo, de seus pecados e a vontade de Deus, de que Cristo obtivesse a salvação para os pecadores não dependia da condição deles crerem. A vontade de Deus é que salvação fosse obtida e dada.¹⁴²

O ensino claro da Escritura em textos como Mt. 18:11; Rm. 5:10; II Co. 5:21; Gl. 1:4 e Ef. 1:7 é que a finalidade e efeito da obra expiatória de Cristo não consistem apenas em tornar possível a salvação, mas sim em reconciliar Deus com o homem e dar a estes homens efetiva posse da salvação eterna, uma salvação que muitos não conseguem obter.

¹⁴² Jonh OWEM, Por Quem Cristo Morreu, p. 33

7 - BASE BÍBLICA PARA A DOURINA DA EXTENSÃO DA EXPIAÇÃO

Temos até aqui, recorrido acerca da parte teológica da extensão da expiação. Nos ateremos agora, na parte bíblica desta doutrina. Esta parte é vital pois temos que aprender a descansar no ensino geral da Escritura, posto que o que é teológico, para ter validade, tem que contar com o respaldo dos ensinamentos da Escritura.

As perguntas propostas são as mesmas que introduziram a parte teológica do estudo deste tema: A Escritura ensina que Cristo morreu somente pelos eleitos ou ensina que Cristo morreu em favor de cada homem indistintamente? Há uma exigência sobre expiação definida na Escritura? As respostas a estas perguntas são relevantes pois elas definirão o conceito bíblico Reformado acerca da extensão da expiação de Cristo.

Há vários textos na Escritura que afirmam claramente a expiação limitada. Há várias passagens que mostram com clareza que a morte de Cristo foi designada em seu propósito, onde não somente é enfatizado a extensão da expiação, bem como, a eficácia dela.

7.1 – Textos que falam de Cristo morrendo em favor de sua Igreja

At. 20:28: “ *Atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastoreardes a Igreja de Deus, a qual **ele comprou com seu próprio sangue.***”

A igreja de Deus é o objeto do derramamento do sangue de Cristo. Individualmente os membros passam a desfrutar dos benefícios da participação do corpo quando crêem, mas eles vêm a crer porque a morte de Cristo foi em favor do corpo, da igreja. O fazer parte ativamente da igreja é resultado da obra expiatória de Cristo, não o contrário. O preço da compra dessa igreja foi o sangue de Jesus Cristo.

Ef. 5:23-27: “ *porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres estejam em tudo submissas a seus maridos. Maridos, amai vossa mulher como também **Cristo amou a Igreja***

e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem da água pela palavra, para apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito.”

Este texto é absolutamente claro, indicando o propósito e a eficácia da morte expiatória de Cristo. Algumas verdades podem ser destacadas:

- Jesus é o salvador do corpo (v. 23). Não é salvador de ninguém mais, somente da Sua Igreja. A igreja é o resultado da Sua obra expiatória. a formação da igreja se dá devido à Sua morte, por isso Ele é o salvador do corpo.
- Cristo amou a Sua Igreja (v. 25) e a ninguém mais. os membros do corpo são o único objeto do amor expiador de Cristo.
- Porque Cristo amou a igreja, a Si mesmo Se entregou por ela. (v. 25). Trata-se de uma entrega de amor. nada mais moveu Cristo a dar-Se a si mesmo do que o seu amor pelos membros de Seu corpo, a quem ele salvou.
- A morte de Cristo em favor da igreja lhe trouxe uma porção de benefícios: Sua igreja foi lavada, foi tornada gloriosa, sem qualquer mancha, santa e sem defeito (v. 26-27).

Estas coisas são garantidas pela morte expiatória de Cristo por Sua igreja, embora ela vai tomando posse disso à medida que o Santo Espírito aplica estes benefícios que culminarão na segunda vinda gloriosa de Jesus. Portanto, somente a igreja é beneficiada pela morte de Cristo na cruz. Somente ela, ninguém mais.

7.2 - Texto que fala de Cristo morrendo pelo Seu povo.

Mt. 1:21: “ *ela dará a luz um filho e lhes porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos pecados deles.*”

Jesus Cristo veio com a finalidade específica de dar a vida em favor de seu povo. Esse “seu povo” não deve ser entendido necessariamente como os pertencentes à Sua raça, os judeus, embora incluía muitos deles. Todos aqueles que venha fazer parte daquilo que chamamos “corpo de Cristo” podem ser chamados de “seu povo”. O “seu povo” é composto por aqueles que o Pai lhe havia entregue, como veremos no próximo ponto.

7.3 - Textos que falam de Cristo morrendo pelos que o Pai Lhe havia dado.

Jo. 17:1-11: “Tendo Jesus falado estas coisas, levantou os olhos ao céu e disse: Pai, é chegada a hora, glorifica a Teu Filho, para que o Filho te glorifique a ti, assim como Lhe conferiste autoridade sobre toda a carne, a fim de que ele conceda a vida eterna a **todos os que Lhe deste**. E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro e a Jesus Cristo a quem enviaste. Eu te glorifiquei na terra consumando a obra que me confiaste para fazer; e agora, glorifica-me, ó Pai, contigo mesmo com a glória que eu tive junto de ti antes que houvesse mundo. Manifestei teu nome aos homens **que me deste** do mundo. **Eram teus, tu mos confiaste, e eles têm guardado a tua palavra**. Agora, **eles** reconhecem que todas as coisas que me tem dado provém de ti, porque eu Lhes tenho transmitido as palavra que mi deste, e eles a receberam e reconheceram que verdadeiramente saí de ti, e creram que tu me enviastes. **É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me destes, porque são teus**, ora, todas as minhas coisas são tuas e as tuas coisas são minhas; e, neles eu sou glorificado. Já não estou no mundo, mas eles continuam no mundo, ao passo que eu vou para junto de ti, Pai santo, **guarda-os em teu nome, que me deste**, para que sejam um, assim como nós. Quando eu estava com eles, guardava-os no teu nome, **que me deste**, e protegi-os, e, nenhum deles se perdeu, exceto o filho da perdição, para que se cumprisse a Escritura.

Versos 13 a 15: “mas, agora vou para junto de ti e isto falo no mundo **para que tenham o meu gozo completo em si mesmos**. Eu Lhes tenho dado a tua palavra, e o mundo os odiou, porque eles não são do mundo, como eu também não sou. Não peço que os tire do mundo, e sim que os guarde do mal.”

Versos 17 a 21: “**santifica-os** na verdade; a tua palavra é a verdade. Assim como tu me enviaste ao mundo, eu os enviei ao mundo. **E a favor deles eu me santifico a mim mesmo, para que eles também sejam santificados na verdade. Não rogo somente por estes, mas também por aqueles que vierem a crer em mim, por intermédio da tua palavra**; afim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai em mim e eu em ti, também sejam eles em nós para que o mundo creia que tu me enviaste.

Versos 24-26: “Pai, a minha vontade é que onde eu estou, **estejam também comigo os que me deste**, para que vejam a minha glória que me conferiste, porque me amaste antes da fundação do mundo. Pai justo, o mundo não te conheceu; eu porém ti conheci, e também **estes compreenderam que tu me enviaste. Eu Lhes fiz conhecer o teu nome e ainda o farei conhecer, afim de que o amor de me amaste esteja neles e eu neles esteja**” (grifo meu).

Há neste texto, uma série de verdades que precisam ser analisada:

7.3.1 – Jesus possuía poder para salvar toda a humanidade, se quisesse. No verso 2 lemos: “*assim **como lhe conferiste autoridade sobre toda a carne, a fim de que ele conceda a vida eterna a todos os que lhe deste.***” A obra de Jesus não é limitada no seu poder porque ele tem toda a carne em suas mãos. Seu sacrifício era poderoso para salvar todos, mas não foi essa a intenção de sua morte. Se o propósito de Sua morte foi salvar cada pessoa sem exceção, Sua obra deve ser considerada um fracasso, pois não são todos os que serão salvos.

7.3.2 – Jesus Cristo possuía autoridade sobre toda a carne, mas Ele resolveu dar a vida eterna somente “àqueles que o Pai lhe havia dado. A vinda de Cristo foi para cumprir um decreto elaborado na eternidade, uma vez que Ele já sabia de todas as coisas como se traçadas anteriormente. O referido texto, que irrefutável no que tange ao desígnio da obra de Jesus Cristo, nos fornece a clara impressão que Sua tarefa era conceder vida aos separados de Deus, que agora lhes eram entregues.

7.3.3 – A obra de glorificação do Pai, da parte do Filho, foi a redenção completada dos filhos de Deus: v. 4

Tudo que tinha que ser feito por aqueles que o Pai Lhe havia entregue foi feito em sua obediência ativa e passiva. Objetivamente, a redenção foi consumada por Jesus Cristo, nos dias de sua carne. Não havia mais nada a ser feito.

7.3.4 – A preocupação do nosso Senhor Jesus Cristo era que “os homens que o Pai lhe havia dado” conhecessem o Pai. Campos diz:

Jesus apressou-se em revelar quem o Pai a eles, (v. 6). Perceba a ordem das coisas: essas pessoas pertenciam ao Pai (pela eleição), então elas foram dadas ao Filho (*tu mos confiaste*), que morreu por elas. O resultado disso é que eles acabaram “*por guardar a palavra de Deus*” (v. 7), reconhecendo que tudo que recebiam vinha de Deus (v. 7). As palavras de Jesus foi dirigida a todos os ouvintes, mas há que se lembrar que todos os segredos do reino eram contados somente aos Seus. Somente “eles receberam a palavra que lhes tenho transmitido e eles receberam e verdadeiramente reconheceram que Jesus veio do Pai e creram nEle.” (v. 8) ¹⁴³

¹⁴³ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – estudos sobre a Pessoa e obra de Cristo*, 1998, p 91

Jesus cumprindo o propósito de sua expiação definida, ora unicamente por aqueles que lhe havia entregue, pela simples razão deles pertencerem ao Pai (v. 9). Novamente, o comentário de Campos é relevante:

Perceba que Sua oração não é em favor do “mundo” , isto é, em favor dos “outros pecadores” que o Pai não lhe havia entregue. Esta obra de intercessão unicamente em favor dos eleitos de Deus (*os que me destes*) é parte da obra do seu ofício sacerdotal. Nessa intercessão, está inclusa a proteção deles (v. 11).¹⁴⁴

7.3.5 - o verso 12 mostra a eficácia da obra expiatória de Cristo. Ele afirma que não perdeu nenhum daqueles que o Pai lhe havia dado, exceto o filho da perdição, para que o decreto de Deus se cumprisse. Sua obra é extremamente perfeita. À luz dessa maravilhosa afirmação do Senhor, todos aqueles por quem Ele morreu são infalivelmente salvos.

7.3.6 – Outra prova de que a obra de Jesus por quem Ele morreu é perfeita, repousa no fato deles (os seus escolhidos), serem arrancados do poder desse mundo, não mais pertencendo a ele (v. 14).

Eles foram redimidos e tornados parecidos com Jesus neste aspecto. Jesus pede mais uma coisa por eles: não que eles sejam retirados deste mundo, porque o mundo ainda precisa deles, mas que sejam guardados da malignidade (v. 15). A preocupação de Jesus está relacionada àqueles que o Pai Lhe havia dado.

7.3.7– Outra parte da oração de Jesus esta relacionada com a santidade dos que o Pai Lhe deu. A salvação que Cristo lhes deu inclui a idéia de limpeza dos pecados. É por esta razão que Ele pede ao Pai que use a Sua palavra como instrumento dessa limpeza (v. 17).

7.3.8– o verso 19 mostra a obra de santificação que o próprio Jesus faz em favor daqueles que o Pai lhe havia entregue. Ele ora ao Pai dizendo: “ é a favor deles que eu Me santifico a mim mesmo.” Jesus foi visto e tratado como pecador, em lugar de pecadores, e sua vida vista como representando a vida imunda de todos os pecadores por quem morreu. Sua vida é limpa e santificada para que eles

¹⁴⁴ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1998, p. 92

pudessem ser vistos e tratados como se não tivessem mais culpa. Os que o Pai lhe havia dado, são santificados como resultado da obra expiatória de Jesus Cristo.

7.3.9 – A partir do versículo 20, Jesus começa em sua oração, a interceder por aqueles que viriam depois da geração dele., isto é, aqueles que viriam a crer no Seu nome, por intermédio da Palavra de Deus. “ *É sua oração por nós, os que vivemos hoje e por aqueles que viverão por obra e por graça do Espírito de Deus e os que vierem a crer estão inclusos ente aqueles que o Pai lhe havia dado.*”¹⁴⁵

7.3.10 – O propósito final da oração de Jesus é a unidade de todos os que o Pai lhe havia dado entre si próprios e com Deus, assim como o Pai e o Filho são um (v. 21-23)

7.3.11 – o resultado final dessa oração é que todos os que o Pai lhe havia dado estarão para sempre com Jesus, onde quer que Ele esteja (v. 24), seja no céu ou na nova terra. “ *Estaremos todos onde Ele estiver, porque a libertação plena significa estar com Cristo.*”¹⁴⁶

A comprovação de todas estas verdades profundas e maravilhosas acha-se na própria afirmação que Jesus faz, momentos após à Sua oração sacerdotal: “ *Então lhes disse Jesus: já vos declarei que sou eu, se é a mim, pois, que buscais, deixai ir estes; **para se cumprir a palavra que dissera: Não perdi nenhum dos que me deste.***” (Jo. 18:8-9).

A palavra profética de Jesus é cumprida literalmente neste exemplo, mencionado pelo referido texto. A morte de Jesus surte real efeito na vida de todos aqueles que o Pai lhe havia dado, causando o aproveitamento salvador de todos aqueles por quem veio sofrer e morrer. Nenhum deles foi perdido, porque a obra de Jesus é eficiente para todos eles.

7.4 - Textos que falam de Cristo morrendo pelos filhos de Deus.

Hb. 10:13: “ *Porque convinha que aquele, por cuja causa e por quem todas as coisas existem, conduzindo **muitos filhos** à glória, **aperfeiçoasse, por meio de sofrimento, o Autor da salvação deles.** Pois tanto o que santifica quanto os que são santificados, todos vêm de um só. Por isso é que ele **não se envergonha de lhes***

¹⁴⁵ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia – Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, p. 92.

¹⁴⁶ Ibid. p. 92.

chamar irmão, dizendo: *A meus irmãos declarei o teu nome, cantar-te-ei louvores no meio da congregação.*

*E outra vez: Eu porei nele a minha confiança. E ainda: Eis aqui estou e os **filhos** que Deus me deu.*”

Este texto exige a consideração de algumas verdades a serem destacadas:

7.4.1 – a intenção certa do Pai era levar os seus filhos à glória. De que modo? Através de quem? O único meio possível era castigando o representante deles. O texto afirma ainda que Jesus Cristo é o Autor da salvação dos filhos de Deus.

7.4.2 – O verso 11 fala que Deus “santificou” Jesus. Esta é a mesma idéia de “santificar” em Jo. 17:19: “*E a favor deles eu me santifico a mim mesmo, para que eles também sejam santificados na verdade.*” A santificação de Jesus vêm a ser portanto a santificação dos filhos de Deus.

7.4.3 - O que aconteceu ao representante, veio a ser atribuído aos representados:

Nos versículos seguintes; 12 e 13, Jesus mostra que não tem qualquer vergonha de nos chamar de “irmãos”, porque foi por nós que ele veio morrer. E no final do verso 13, o texto fala que Jesus tomou para si os “filhos que o Pai lhe havia dado.” Foi por esses que a Sua obra expiatória foi realizada.

Jo. 11: 49-53: “*Caifás, porém, um dentre eles, sumo sacerdote naquele ano, advertiu-os dizendo: Vós nada sabeis, nem considerai que **vos convém que morra um só homem pelo povo** para que não venha perecer toda a nação. Ora, ele não disse isso de si mesmo, mas, sendo sumo sacerdote naquele ano, profetizou que Jesus estava para morrer pela nação, e não somente pela nação, mas também para remir em um só corpo, **os filhos de Deus que andam dispersos.***”

O referido texto é uma profecia acerca de uma vítima sacrificial. Sobre este ponto, Campos destaca:

O curioso é que uma palavra profética tenha vindo de alguém que levou Jesus para a cruz. É bem possível que ele não entendesse o significado do que estava falando, mas o Espírito de Deus, que pode usar seu oficiais, mesmo os mais ímpios, para falar a Sua vontade. Caifás entendeu que Jesus era a vítima do estado judeu, e que o estado teria que punir alguém, para ser a vítima pelos pecados do povo, mas estava escondido dele o conteúdo da profecia. Jamais ele poderia falar de si mesmo aquilo que era contra si. Ele fez uma concessão política na morte de Jesus. Ele queria ver-se livre do tumulto popular. Ele não

possuía qualquer idéias do valor expiador da morte de Jesus Cristo. Por isso que João disse que ele não falou de si mesmo.¹⁴⁷

A morte de Jesus teve um propósito definido. Ele não morreu simplesmente para tornar a salvação possível, mas tornar a salvação certa para o seu povo. Ao perguntarmos, por quem Cristo morreu? Is. 53:8 diz que *“pelas transgressões do meu povo ele foi ferido.”* E Hb. 2:17 diz que Jesus veio *“para fazer propiciação pelos pecados do povo.”* Este povo, esta nação pela qual Cristo morreu, Pedro chama de *“nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus”* (I Pe. 2:8). É notável a exatidão das palavras de Caifás. Ele não disse que Jesus haveria de *“morrer por esta nação”* (isto é, a nação judaica), mas, *“pela nação”*. O que inclui tanto judeus como gentios. O texto de Jo. 10: 16: *“Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então haverá um só rebanho e um só pastor.”* Estas *“outras ovelhas”* eqüivalem à outros que haveriam de crer em o Seu nome fora do arraial de Israel.

7.5 – Textos que falam de Jesus morrendo em favor de suas ovelhas

Jo. 10:2-5, 11, 14, 16: *“Aquele, porém que entra pela porta, este é pastor das ovelhas. Para este o porteiro abre, as ovelhas ouvem a sua voz, ele chama pelo nome as suas própria ovelhas e as conduz para fora. Depois de fazer sair todas as que lhe pertencem, vai adiante delas, e elas o seguem, porque lhe conhecem a voz; mas de modo nenhum seguirão o estranho, antes fugirão deles; porque não conhece a voz dos estranhos...Eu sou o bom pastor, o bom pastor dá a vida pelas ovelhas...Eu sou o bom pastor, conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem a mim, assim como o Pai me conhece a mim eu conheço o Pai e dou a vida pelas ovelhas. Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então haverá um só rebanho e um só pastor.”*

Destaca-se algumas verdades neste texto, que comprovam a morte de Cristo em favor de sua ovelhas:

7.5.1 – Há um tratamento pessoal entre o pastor e as ovelhas. Jesus disse que ele como pastor, *“chama pelo nome as Suas próprias ovelhas”* (v. 3).

¹⁴⁷ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia – estudos sobre a Pessoa e obra de Cristo, p 93

7.5.2 – O verso 4 diz que “essas ovelhas Lhe pertencem.” A razão delas Lhe pertencerem é porque o Pai Lhas deu , para que Ele fizesse a obra por elas e as segurasse firme ; sem que ninguém as pudesse arrebatá-las de Sua mão (v. 29).

7.5.3 – Essas ovelhas que Lhe pertence são capazes de discernir somente a Sua voz e não as dos salteadores (v. 4 e 5). O fato delas Lhe conhecer a voz denota a intimidade que há entre o Pastor e Sua ovelhas.

7.5.4 - O Bom Pastor, Jesus, veio para dar a vida em favor de *suas ovelhas* (v. 11-15). A primeira parte deste texto narra uma parábola que Jesus contou, mas para ilustrar exatamente o que Ele iria fazer por Suas ovelhas. Jesus deu a sua vida por elas porque Ele “*as conhece*”, isto é, porque Ele as ama e o resultado é o amor recíproco.

7.5.5 – Jesus, também fala de outras ovelhas, os gentios (v. 16), em favor dos quais Ele iria morrer, e tinha o dever de conduzi-las, formando um só rebanho: judeus e gentios, ambos unidos num só corpo, a igreja.

Os versículos 24 a 29 deste mesmo capítulo de João, traz uma observação importante : *“Rodearam-no, pois os judeus e o interpelaram: até quando nos deixará a mente em suspenso? Se tu és o Cristo, dize-o francamente. Respondeu-lhes Jesus: já vo-lo disse, e não credes. As obras que eu faço em nome de meu Pai, testificam a meu respeito. **Mas vós não credes porque não sois minhas ovelhas. As minhas ovelhas conhecem a minha voz, elas ouvem a minha voz e me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, e ninguém as arrebatará das minhas mãos. Aquilo que o Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai, ninguém pode arrebatá-las.**”* (grifo meu).

Sobre esta observação, Campos assinala:

A obra que Jesus veio fazer é em favor de suas ovelhas. Mas haviam muitas ovelhas que não criam nele. A razão, porque elas não criam nele foi dada pelo próprio Jesus: era porque elas não Lhe pertenciam. O que Jesus quer afirmar aqui, é que só as ovelhas dEle, as que Ele ama, é que o ouvem e crêem nEle. Para as Suas ovelhas, unicamente é que Ele dá a vida eterna, para ninguém mais. Essas ovelhas jamais perecerão porque elas Lhes foram dadas pelo Pai. Ninguém tem o poder de arrancar essas ovelhas de Cristo, porque elas são herança dEle.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – estudos sobre a Pessoa e obra de Cristo*, 1998, p 96.

Também Owem destaca:

Destes versículos fica bastante claro que: nem todos os homens são ovelhas de Cristo; a diferença entre os homens um dia será óbvia; as ovelhas de Cristo são identificadas como aqueles que ouvem a voz de Cristo, enquanto que os outros não a ouvem; alguns que não ainda não são identificados como ovelha já estão escolhidos e se tornarão conhecidos (“outras ovelhas”); Cristo não morreu por todos, mas especificamente por suas ovelhas e finalmente, o texto esclarece que aqueles que por quem Cristo morreu Lhe foram dados pelo Pai. Ele não pode, então Ter morrido por aqueles que não Lhe foram dados.¹⁴⁹

7.6 – Textos que falam de Cristo morrendo pelos eleitos de Deus

Rm. 8: 32-34: “ *Aquele que não poupou o Seu próprio Filho, antes, por todos nós o entregou, porventura, não nos dará graciosamente com Ele todas as coisas? **Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? é Deus quem os justifica? Quem os condenará? É Cristo Jesus que morreu, ou antes, que ressuscitou, o qual está à direita de Deus e também intercede por nós.***”

A obra expiatória de Cristo é a favor daqueles que o Pai Lhe havia entregue. Estes são em outras palavra, os eleitos de Deus. E é a estes por quem Jesus morreu e ressuscitou que Deus justifica. A justificação dos eleitos está atrelada à obra que Jesus fez em favor deles. Ninguém mais é justificado por Cristo senão os eleitos que o Pai Lhe deu. Ninguém, nunca mais, pode condená-los porque Cristo morreu e ressuscitou por eles.

7.7– Texto que fala de Cristo morrendo pelos Seus

Jo. 13:1: “ *Ora, antes da Festa da Páscoa, sabendo Jesus que era chegada a sua hora de passar desse mundo para o Pai, tendo **amado os seus** que estavam no mundo, amou-os até o fim.*”

O amor de Jesus fica evidente no que Ele faz em favor unicamente dos Seus; foi um amor levado às últimas conseqüências. Um amor que foi até À cruz.. um amor que leva à morte. Foi somente pelos Seus que Ele se sacrificou. Nota-se que os Seus são distintos mundo.

7.8 – Textos que falam de Cristo morrendo por “muitos”

¹⁴⁹ John OWEM, Por quem Cristo Morreu, 1986, p.52

Mt. 20:28: *“tal como o Filho do Homem não veio para se servir, mas para servir e dar a sua vida **em resgate de muitos.**”*

Mt. 26:28” *Porque isto é o meu sangue, o sangue da nova aliança, **derramado em favor de muitos**, para a remissão de pecados.*

Hb. 9:28 “ *Assim também Cristo, tendo se oferecido uma vez para sempre, **para tirar os pecados de muitos**, aparecerá Segunda vez, sem pecados, aos que o aguardam para a salvação.*”

A obra de Jesus Cristo foi definida para muitos. Estes textos podem ser aplicados à chamada expiação, se os outros versículos anteriores são entendidos devidamente, à luz do método exegético.

O texto de Is. 53:11 mostra que Jesus nunca ficou decepcionado com o resultado da sua obra. Todos quantos Ele pretendeu salvar, Ele salvou. Ele não derramou nenhuma gota de sangue em vão. Ele não fez tentativas de salvação, Ele veio realmente salvar. O texto diz que *“ele viu o fruto do penoso trabalho de sua alma e ficou satisfeito.”* Não há qualquer desapontamento com respeito ao resultado da obra de Cristo. Ele somente morreu em favor dos Seus eleitos. A salvação não é dada ao homem pelo uso da liberdade da sua vontade que podem ou não decidir se aceitam o sacrifício de Jesus Cristo em favor deles. Se assim fosse, se o sangue de Jesus tivesse sido derramado em favor de todos e não de muitos, todos deveriam ser salvos ou então o sangue de Jesus não é tão eficaz quanto diz ser.

Na fé reformada, a que esboçamos aqui, existe uma certeza de que tudo o que foi designado, realmente aconteceu. Jesus Cristo é vitorioso na sua obra e é um Salvador extremamente satisfeito, pois a sua obra foi a de justificar a “muitos”, e esses “muitos” realmente foram justificados, como resultado do trabalho penoso do *Homem de dores*.

8 – OBJEÇÕES À DOCTRINA DE UMA EXPIAÇÃO LIMITADA

8.1 - Há passagens que falam de Cristo morrendo pelo mundo:

Jo. 1:29 *“...Eis o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo.”*

Jo. 3:16 *“Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.”*

Jo. 6:33,51: *“Porque o pão de Deus é o que desce do céu e dá vida ao mundo”
“...e o pão que darei pela vida do mundo é a minha carne.”*

Rm. 11:12, 15: *“ora, se a transgressão deles redundou em riqueza para o mundo, e o seu abatimento, em riqueza para os gentios, quanto mais a sua plenitude!”, “Porque, se o fato de terem sido eles rejeitados, trouxe reconciliação ao mundo, que será o seu restabelecimento, senão vida dentre os mortos?”*

II Co. 5:19 : *“ a saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo...”*

I JO 2:2: *“ e ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos próprios,, mas ainda pelos do mundo inteiro.”*

A objeção baseada nestas passagens parte do infundado pressuposto de que a palavra “mundo”, como é empregada nelas, significa todos os indivíduos que constituem a raça humana. Mas uma análise exegética mais acurada revelará que o vocábulo mundo, na Escritura, possui vários sentidos.

Jo. 1:10: *“O Verbo estava no mundo, o mundo foi feito por intermédio dele, mas o mundo não o conheceu.”*

Este texto serve para ilustrar como a palavra mundo possui vários sentidos na Escritura. A palavra *κοσμος*, que é traduzida por mundo, que aparece três vezes neste verso, com três sentidos absolutamente diferentes, nunca, porém indicando qualquer noção universalista. Na primeira vez, a palavra “mundo” pode ser entendida como “entre os homens” ou “o ambiente dos homens”; na Segunda vez a palavra “mundo” significa “o universo” e na terceira vez, com uma conotação salvadora, é dito que o “mundo não O conheceu”, o “mundo” aqui se refere, no máximo, aos incrédulos, porque houve muitos que “O conheceram”, isto é, que O amaram, os seus discípulos.

Outros textos ainda poderiam ser indicados para mostrar os vários sentidos da palavra mundo:

8.1.1 - Mundo significando o Universo Criado

Jo 9:32: *“Desde que há mundo, jamais se ouviu falar que alguém tenha aberto os olhos de um cego de nascença.”*

Aqui, o *κοσμος* é o conjunto das coisas que Deus fez. É o universo físico que vemos e que existe desde que nada veio a existir pela Palavra de Deus.

8.1.2 - Mundo significando o ambiente onde os homens vivem

Jo. 9:5: “ *Enquanto estou no mundo, sou a luz do mundo.*”

A primeira referência refere-se ao ambiente onde os homens vivem, enquanto que a Segunda pode ser entendida como significando homens.

8.1.3 - Mundo significando raça humana

Rm. 5:12-13; “ *Porquanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram. Porque até ao regime da lei havia pecado no mundo, mas o pecado não é levado em conta enquanto não há lei.*”

Através de Adão, o pecado teve entrada no universo dos homens, já que no universo de todas as coisas criadas o pecado foi introduzido pela esfera angelical, que precedeu a queda de nossos primeiros pais. Sobre este ponto, Campos destaca: “ *Se Adão não tivesse pecado, a queda de Satanás não teria qualquer interferência direta sobre o mundo dos homens. Mas pelo primeiro Adão, toda a raça recebeu não só a culpa, mas a capacidade de pecar, fazendo o que se lhes tornou próprio.*”¹⁵⁰

Portanto, o sentido de mundo aqui é raça humana.

8.1.4 - Mundo significando Homens em geral

Jo. 9:39: “ *Eu vim a este mundo para juízo, a fim de que os que não vêem vejam, e os que vêem se tornem cegos.*”

Neste texto ,mundo tem a ver com os homens que jactavam-se de ver, mas que eram cegos, e de homens que eram cegos para que pudessem ver, não se trata do universo físico que será julgado, mas do mundo dos homens.

Jo.10 :36: “ *então, daquele a quem o Pai santificou e enviou ao mundo, dizeis: Tu blasfemas; porque declarei: sou Filho de Deus?*”

Novamente a idéia de mundo de homens é apontada. Aqui, “mundo” não tem sentido sem se pensar nos habitantes dele. Alguns do mundo blasfemavam dele. Muitos nunca sequer ouviram dele. Outros ainda creram. Mas mundo aqui significa os homens em geral, ou no máximo, o ambiente dos homens.

¹⁵⁰ Heber Carlos de CAMPOS, Cristologia – Estudos Sobre a Pessoa e Obra de Cristo, 1998, p. 70.

8.1.5 - Mundo significando os incrédulos

Jo. 7:7: *“Não pode o mundo odiar-vos, mas a Mim me odeia, porque eu dou testemunho a seu respeito de que as suas obras são más.”*

Indubitavelmente, “mundo” aqui refere-se àqueles que não O amavam, visto que havia vários que não O odiavam. Portanto, mundo, muitas vezes é sinônimos de incrédulos

I Jo. 5:18-19: *“ sabemos que todo aquele que é nascido de Deus não vive em pecado; antes, aquele que nasceu de Deus o guarda e o maligno não lhe toca. Sabemos que somos de Deus e que o mundo inteiro jaz no maligno.”*

Este texto é absolutamente claro em que “mundo inteiro” não significa cada pessoa sem exceção, por que os crentes que fazem parte do mundo (físico) não estão do maligno. Portanto, ‘mundo inteiro” só pode fazer referência à pecadores impenitentes.

8.1.6 - Mundo significando aqueles por quem Jesus morreu

Jo. 12: 31: *“Chegou o momento de ser julgado este mundo, e agora o seu príncipe será expulso.”*

Esta interpretação está baseada no ensino geral da Escritura que indica que quando Cristo morre, aqueles por quem Ele morreu já estão julgados. O julgamento diz respeito à penalidade dos pecados. Cristo, ao morrer por eles, eles já estão julgados. Quanto ao príncipe, este já não mais tem poder sobre eles, porque será expulso da vida deles, embora ainda permaneça entre os homens. Esses por quem Jesus morreu são os mesmos (todos) que Ele atrai para Si, quando é levantado da terra. (v. 32) *“ e Eu, quando for levantado da terra, atrairei todos a mim mesmo.”*

8.1.7 - Mundo indicando aqueles que viriam a crer em Jesus

Jo. 17: 21-23: *a fim de que todos sejam um, como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste. Eu lhes tenho transmitido a glória que me tens dado, para que sejam um como nós o somos; eu neles e tu em mim, a fim de sejam aperfeiçoados na unidade para que o mundo conheça que tu me enviaste e os amaste, como também amaste a mim.”*

É importante que se perceba que o “mundo’ deve ser distinto daqueles que já criam, por quem Jesus orava na sua geração. É notável que Jesus está falando

daqueles que o Pai lhe havia dado, para haver unidade entre eles, e dessa forma, “o mundo”, isto é, para que outros viessem a crer nEle.

8.1.8 - O sentido da palavra mundo em Jo. 3:16-18 e 26:

“Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Porquanto Deus enviou Seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele. Quem nele crê, não é julgado, o que não crê, já está julgado, porquanto não crê no Unigênito Filho de Deus o julgamento é este: que a luz veio ao mundo e os homens amaram mais as trevas do que a luz; porque as suas obras eram más...Por isso, quem crê no Filho tem a vida eterna; o que todavia se mantém rebelde contra o Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a ira de Deus.”

Este é o texto mais usado por aqueles que crêem num universalismo do amor de Deus no sentido de cada pessoa, sem exceção, ser objeto do amor de Deus em Cristo. Todavia, alguns aspectos devem ser levados em consideração:

8.1.8.1 – O “mundo” significa o cosmos caído na sua totalidade.

É o κόσμος gemendo esperando a sua redenção. É o mundo dos homens caído em pecado e miséria aguardando uma providência salvadora de Deus. Esse é o mundo que Deus amou. A ênfase sobre o mundo, como mundo caído é que indica a qualidade do amor de Deus. Por isso é que o texto diz que “de tal maneira Deus amou o mundo.” O amor de Deus demonstrado ao mundo é altamente qualitativo e é indicado pela palavra “mundo”, com a idéia de miséria, desgraça, merecedor de toda ira de Deus.

8.1.8.2 - O “mundo” em Jo. 3:16 pode significar “gente de toda a parte” e não somente judeus, mas incluindo judeus.

Este universalismo étnico é um dos aspectos proeminentes neste texto. Este universalismo étnico é visto em alguns outros textos no próprio Evangelho segundo João, assim como em outros livros da Escritura. Não somente os judeus deveriam ouvir o Evangelho das boas novas redentoras do amor de Deus. Todos esse que ouvem e crêem são salvos.

8.1.8.3 – O “mundo” aqui também pode ser interpretado numa dimensão cósmica.

Que o amor de Deus se dirige a todas as nações, tribos, raças, povos, etc. é uma verdade. Mas o “mundo” se refere ao mundo organicamente falando. O amor de Deus ao mundo faz com que aquilo que Cristo fez, Ele renova todas as

coisas no mundo da criação. Ele fará novos céu e nova terra., pois ele pôs o coração naquilo que Ele fez e que precisa ser restaurado. Portanto, “mundo” de Jo. 3:16 pode Ter uma conotação cósmica, um amor por todos os elementos que Ele criou, e que por amor, Ele restaurará.

8.1.8.4 – O versículo 17 mostra que Jesus veio ao mundo para que este fosse salvo por Ele.

Novamente a ênfase do verso recai sobre a eficácia da obra que Jesus Cristo veio fazer. Mundo neste versículo, não pode ser cada pessoa sem exceção. Porque o mundo é realmente salvo por Ele. Mundo neste versículo deve ser interpretado como sendo, pessoas de todas as raças, povos, tribos, línguas e nações.

8.1.8.5 - O versículo 36 mostra que os homens vão perecendo no pecado e que o único escape é a salvação através de Cristo.

Aquele que não crê, não tem a vida eterna e já está julgado. E esse julgamento é evidente pelo fato de o texto afirmar que sobre o incrédulo permanece a ira de Deus.

8.1.8.6 – Jo. 3:16 não pretende ensinar, e certamente não ensina que Deus ama todos os homens igualmente e que visita cada um igualmente com a mesma manifestação de amor.

Também o texto não ensina que Deus ama os eleitos, como alguns querem, porque este não é o objetivo do texto. O objetivo do texto é mostrar a maravilha do amor de Deus que ama um mundo pecaminoso, por isso o seu amor pé de “tal maneira”. A idéia não é quantitativa mas qualitativa, porque é amor a objetos indignos.

Portanto, interpretar Jo. 3:16 no sentido de uma expiação universal, envolvendo o amor de Deus por cada indivíduo, sem exceção, conflita com o ensino total da Escritura, além de ser uma interpretação exegética completamente desautorizada.

8.2 – Há também passagens na Escritura que falam que Cristo morreu por todos.

Estas passagens estão estritamente relacionadas com os textos mencionados no ponto anterior. Entre os textos que trazem a palavra “todos” e que podem sugerir uma idéia de expiação universal, selecionamos alguns para serem estudados mais detalhadamente, entendendo o seu sentido dentro do contexto em que se encontra.

Tais considerações se fazem necessário, pois a palavra “todos” tem sido fortemente usada pelos que crêem na expiação universal, sem crer na universalidade da salvação, enfraquecendo assim, a obra de Jesus na cruz..

8.2.1 – Textos onde a palavra “todos” não indica um sentido universalístico.

Gn. 6:13: “ *Então disse Deus a Noé: Resolvi dar cabo de toda a carne, porque a terra está cheia da violência dos homens; ei que os farei perecer juntamente com a terra.*”

Embora essa “toda a carne” tenha um caráter universal, Noé, sua família e todos os animais que ele levou na arca não foram destruídos. Isto quer dizer que toda a carne não indica cada pessoa, ou cada ser sem exceção.

Mt. 10:22: “*Sereis odiados de todos por causa do meu nome, aquele, porém, que perseverar até o fim, esse será salvo.*”

Neste texto, em hipótese alguma, a palavra “todos” significa cada pessoa sem exceção, mas indica, no máximo, os impenitentes ou os ímpios, ou aqueles que não receberam o amor salvador de Deus, mesmo que eles sejam da própria família (v. 21). Um discípulo não será odiado por outro discípulo, mas por pessoas que não são discípulos de Jesus. “Todos” aqui neste texto, refere-se aos que não têm a salvação e que haverão de odiar os que pertencem a Jesus. Logo, estão de fora do “todos”, os que são de Jesus. os que são de Jesus são as “ovelhas”, que serão por conseguinte, perseguidas pelos “lobos” (v. 16). Portanto, “todos” não pode ser entendido como cada pessoa sem exceção.

Mt. 21:26: “*E, se dissemos: dos homens, é para temer o povo, porque todos consideram João Batista como profeta.*”

Nesta situação específica, os sacerdotes tentam encontrar em Jesus um motivo para o acusarem. Eles estão desafiando a autoridade de Jesus fazendo uma pergunta (v. 23) que foi respondida inteligentemente por Jesus, por outra pergunta (v. 25). A palavra “todos” neste texto refere-se aos discípulos de João Batista, ou no máximo, aos que tinham simpatia por ele. Neste caso, todos os

fariseus e escribas estão fora do “todos” mencionado pelo texto. Este é um caso particular, tratando de um numero bastante reduzido de pessoas, referindo-se apenas aos que conheciam João Batista, ali nas regiões da Judéia apenas.

Lc. 6:26: *“Ai de vós, quando todos vos louvarem! Porque assim procederam seus pais com os falsos profetas.”*

Sem margem de dúvida, “todos” aqui significa “muitos”. Os que são de Deus, nunca haveriam de louvar os fariseus ou os hipócritas, ou ainda os falsos profetas. Portanto, do “todos” aqui neste texto, ficam de fora os que são de Deus.

II Co. 3:2: *“Vós sois a nossa carta, escrita em nossos corações, conhecida e lida por todos os homens.”*

Obviamente, “todos os homens” de que o texto fala, são aqueles que nos conhecem e sabem o que fazemos e cremos. Aqueles que não nos conhecem, não podem ler a carta viva que somos nós. O “todos” fica limitado àqueles com os quais, os crentes têm qualquer tipo de relacionamento, não se referindo à cada homem sem exceção, que vive neste mundo.

Estes textos supra citados são apenas uma ilustração de como a palavra “todos” é freqüentemente usada sem qualquer conotação universalística. Em nenhum dos versículos citados, “todos” significa “cada pessoa sem exceção.”

8.2.2 - Textos onde a palavra “todos” aparece com relação à obra redentora de Jesus

Is. 53:6: *“Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos,”*

É claro na experiência humana de que todos, sem exceção estão afastados de Deus, indesejadas de qualquer comunhão com Ele, mas a palavra todos, usada neste versículo duas vezes, não diz respeito a nenhum universalismo. O texto diz que “as iniquidades de nós todos caíram sobre Ele.” Ora, se a iniquidade de cada homem ,sem exceção, caiu sobre Jesus, todos teriam e ser salvos. A afirmação do texto é de que todos aqueles de quem Jesus levou as iniquidades, são de fato remidos delas.

II Co. 5:14-15: *“Pois o amor de Cristo nos constrange, julgando nós isto: um morreu por todos, logo todos morreram. E ele morreu por todos, para os que vivem não vivam mais para si mesmos, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou.”*

Duas vezes a palavra “todos” aparece neste texto, mas o alvo de observação não deve ser a palavra “todos”. A tônica do texto não está na extensão da expiação, mas na sua natureza. Campos, discorrendo sobre este ponto, destaca:

O texto diz que Cristo morreu *por todos* (*uper panton*). A preposição “por” pode indicar a idéia de benefício, mas claramente o texto indica que ela deve ser traduzida “em lugar de”, pois o resultado da morte de Cristo, está claro no fato de “todos terem morrido”, na frase seguinte. Aqui a preposição grega indica o caráter substitutivo da morte de Cristo, que significa a morte de todos por quem ele morreu. A morte do representante é tomada como sendo a morte dos representados.¹⁵¹

Se o “todos” é entendido como cada pessoa sem exceção, temos que admitir o universalismo salvador, ou a ineficácia da morte de Jesus. O que contraria a afirmação do texto. Portanto, se não atentarmos para as implicações de determinadas afirmações, corremos o risco de submetermos as verdades bíblicas a sérios desvios, afirmando o que a Escritura não diz.

Hb. 2:9: *“Vemos, todavia, aquele que por um pouco, tendo sido feito menor que os anjos, Jesus, foi coroado de glória e de honra, para que, pela graça de Deus, provasse a morte por todos.”*

O contexto deste versículo está falando daqueles que estão para se tornar filhos de Deus e “irmãos de Jesus Cristo”. O propósito da vinda de Cristo foi para ser o Autor da salvação de seus irmãos, os filhos que o Pai lhe havia entregue nas mãos. *“Cristo sacrificado e aperfeiçoado para a salvação desses, a quem Ele chama de meus irmãos.”*¹⁵²

Uma leitura cuidadosa dos versos 10 a 14 indicará claramente que o “todos” por quem Jesus morreu, descritos no verso 9, são aqueles que estavam para se tornar filhos de Deus e irmãos de Jesus Cristo.

Assim, concluímos a exposição de textos que são usados como indicadores de uma expiação universal. Todavia, nem os textos onde são usadas as palavras mundo e textos onde são usadas a palavra todos, indicam

¹⁵¹ Heber Carlos de CAMPOS, *Cristologia – Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*, 1998, p. 86.

¹⁵² *Ibid.* p. 87

possibilidade de expiação ilimitada. Enquanto que mundo possui vários sentidos; todos não se refere à todos os homens, sem exceção. Um grupo à parte, separado, é sempre destacado, porquanto aprouve a Deus, na Sua soberania, eleger um grupo que seria raça eleita, nação santa, povo de Sua exclusiva propriedade.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

A pesquisa ora apresentada tratou da investigação do conceito e da aplicação da expiação dentro da perspectiva reformada ou calvinista.

Inicialmente propomos a investigação do conceito de expiação no Antigo Testamento. Desde os primórdios da história humana há vestígios das exigências de Deus com relação ao homem e modos como este deve se apresentar a Ele. O texto sagrado relata ações de personagens praticando o ritual do sacrifício de animais com fins de reparação de culpa, onde se buscava reparar, através do ato sacrificial, o agravo causado à Pessoa de Deus, à Sua santidade e à Sua justiça. A consciência de culpa é patente na alma do homem, bem como o é, a sua incapacidade de corrigir ou reparar seu próprio erro. Assim, como por revelação especial, aqueles a quem Deus pré dispôs o coração para voltarem-se à Ele, mesmo sem estarem debaixo de uma regulamentação legal, tenderam a necessidade e o valor da oferta sacrificial, que através do derramamento do sangue se viam reconciliados com Seu Criador.

A Lei veio para normatizar aquilo que já era oficial: o princípio divino que após a queda do homem vigoraria por toda a eternidade: **“sem derramamento de sangue não há remissão de pecados.”** (Hb. 9:22). Todo o sistema sacrificial esboçado pela Lei: os vários tipos de ofertas e sacrifícios; os eventos expiatórios: a páscoa, o dia nacional da expiação possuíam um único objetivo na sua aplicação prática: cobrir a culpa do ofertante através do sacrifício com o derramamento do sangue de um animal puro, perfeito e inocente, uma vez que, o ofertante não poderia fazê-lo, pois a oferta tinha que ser imaculada, perfeita e inocente; requisitos não preenchidos por ofertantes impuros e pecadores.

Assim, a investigação do conceito de expiação no Antigo Testamento ampliou a compreensão do valor dos sacrifícios de animais com o derramamento do sangue destes com fins de substituir o adorador que entregava-se a Deus com ofertas e holocaustos para não sofrer a punição que efetivamente merecia, mas que era transferida para a vítima sacrificial, sua substituta.

Entretanto, todo o sistema sacrificial veterotestamentário, além de proporcionar o apaziguamento da ira divina contra o pecado do homem, apontava tipologicamente para uma nova e muito mais ampla aplicação do sacrifício expiatório.

Na busca de uma relação do conceito de expiação entre o Antigo e o Novo Testamento, nos deparamos com a permanência inalterável do princípio divino: “*Sem derramamento de sangue não há remissão de pecados.*” A mudança ocorreu apenas na figura da vítima sacrificial. Na Antiga Aliança, esta era composta por animais inocentes, puros e de qualidade superior. Na Nova Aliança, a vítima sacrificial é Jesus Cristo, Deus encarnado, Filho Unigênito do Pai, que assume uma natureza humana para pagar com seu sangue os pecados de todos os homens que escolhera antes da fundação do mundo.

A relação é implícita. Todavia, as figuras primeiras são apenas sombras da Figura maior que estas pré figuravam. Os sacrifícios de animais veterotestamentários eram repetitivos, não tendo valor permanente. O sacrifício da Nova aliança é perfeito, eficaz e duradouro, conquanto, é o próprio Deus, impecável, imortal que se sacrifica pelo Seu povo. Logo, aquilo que os ritos e cerimoniais antigos se propunham a fazer, atingindo seus objetivos temporariamente, tornando necessária a sua repetição; o sacrifício do *Cordeiro de Deus* anula esta repetitividade e se mostra em caráter eficaz e duradouro, reconciliando para sempre, os alvos diretos do Seu grande amor, dada a qualidade do sacrifício que é ofertado: Santo, Puro, Imaculado, divino e por conseguinte, eterno. Assim, o sacrifício que faz, dado a qualidade da oferta se constitui em um sacrifício perfeito, eficaz e eterno. Jesus Cristo, Deus-Homem; é revelado no Novo testamento como sendo este sacrifício que, eternamente satisfaz as exigências da Lei e da Justiça de Deus, proporcionando reconciliação eterna aos que foram destinados para receber a aplicação desta obra expiatória.

Sendo, portanto, o sacrifício perfeito que preenche todos os requisitos legais e ofertante puro, santo e fiel; Jesus cumpre e satisfaz todas as exigências e penalidade previstas na santa Lei de Deus acerca do pecado. O agravo causado à justiça de Deus é eternamente reparado e Deus é propiciado com o sacrifício perfeito de Seu próprio Filho, que pela intensa obra que realizou, cumprindo todos os requisitos formais e legais, exerce agora o tríplice papel mediatório, outrora exercido por homens, especialmente ungidos para tais ofícios. Cristo, porém, pela qualidade do sacrifício que ofereceu, sendo Ele a própria essência da Trindade, tem autoridade para exercer o ofício de rei, governando soberanamente sobre o seu povo, exercer o ofício de profeta, falando e orientando, através da ação do Espírito Santo, a Sua igreja e finalmente, possui autoridade para exercer o ofício de sacerdote, intercedendo continuamente pelo Seu povo, por quem ofereceu-Se a si próprio como oferta e sacrifício para que fossem resgatados do poder de Satanás, da morte e do pecado.

A causa motora da expiação repousa no amor e no beneplácito de Deus, em Sua vontade de salvar pecadores mediante uma expiação substitutiva. O próprio Cristo é fruto deste beneplácito, desta boa vontade.

A necessidade de tão grande sacrifício se manifesta pelo agravo causado pelo pecado à santidade e à justiça de Deus, que por Sua retidão e santidade não poderia simplesmente passar por alto o desafio feito à Sua majestade infinita, mas necessariamente deveria visitar com punição o pecado, causador de tamanhos danos. O homem, portador do pecado, é quem deveria sofrer a penalidade, uma vez que, a imutabilidade de Deus não permite que Ele simplesmente releve o agravo causado à sua majestade. Assim, sendo Deus que não se contamina com o mal, não poderia receber pecadores sem antes fazer provisão para uma satisfação vicária com base para a justificação do pecador. Logo, a maravilhosa grandeza do sacrifício que Deus providenciou implica a necessidade da expiação.

Os horríveis sofrimentos que o Filho Unigênito de Deus sofreu vicariamente, isto é, substitutivamente, aponta para a natureza da sua obra expiatória. Sua obediência ativa, onde Ele cumpre todos os preceitos da lei e sua

obediência passiva, onde Cristo cumpre a pena que era imposta aos homens, completa a idéia de substituição.

Esta obra expiatória que Cristo realizou de modo vicário, o fez em favor dos seus eleitos. Não poderia fazê-lo por todo o “*mundo*”, mundo envolvendo todos os homens. O ensino geral da Escritura não dá base para este tipo de afirmação. A obra que Cristo realizou, foi uma obra perfeita, eficaz, de caráter duradouro, eterno. Logo, todos os seus beneficiários gozam dos privilégios garantidos por ela. No entanto, o ensino da Escritura aponta para a salvação de alguns e a condenação de outros, deixando claro que nem todos serão salvos. Ora, se a expiação que Cristo realizou abrangesse todo o “*mundo*”, pela lógica de raciocínio, não haveria perdidos. A Escritura, no entanto, afirma que haverá aqueles que não serão reconhecidos pelo Filho no grande Dia do juízo. Assim, portanto, é evidente que a extensão da expiação é limitada aos eleitos de Deus e a eles somente.

Assim propomos apresentar uma pesquisa por meio de uma abordagem qualitativa, através de obras bibliográficas específicas, alguns aspectos da doutrina da expiação, ressaltando seu conceito no Antigo Testamento, sua relação com o Novo Testamento, sua causa, necessidade e natureza, bem como demonstrar a sua aplicação.

O tema é amplamente vasto e o presente trabalho não tem a absoluta pretensão de esgotá-lo. Muito ainda pode ser dito acerca do assunto. Nosso desejo é que outros sejam despertados para uma pesquisa mais acurada acerca da expiação, com o intuito de ampliar a compreensão acerca da amplitude da obra de Cristo, produzindo e cooperando para a ampliação de material bibliográfico referente ao tema supra citado, uma vez que registra-se grande escassez de produção literária nesta área, principalmente em Antigo Testamento.

Por fim, nossa gratidão a Deus fica registrada, primeiro por conceder tamanho privilégio de ser alvo de Seu santo amor, apesar de não merecer absolutamente nada do que Jesus, voluntariamente veio fazer. Segundo, pela oportunidade de estudar um pouco mais sobre tão grande amor, que move Deus, apesar de ser o ofendido e de satisfação nenhuma dever a homem nenhum, a providenciar o meio para que a reconciliação fosse possível.

Nosso sincero desejo é que o leitor seja abençoado com a leitura deste trabalho e que muitos, todos quantos possível, obtenham a compressão do grande valor e significado da obra expiatória de Jesus Cristo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAILLIE, Donald M. *Deus estava em Cristo; ensaio sobre a encarnação e a expiação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Aste/ JUERP, 1983.
- BARTH, Gerhard. *“Ele Morreu Por Nós” – A compreensão da morte de Jesus Cristo no Novo Testamento*. Tradução de Nélio Shineider. São Leopoldo: Sinodal, 1997.
- BERKHOF, Louis. *A História das Doutrinas Cristãs*. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1992.
- BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. Trad. Odayr Olivetti. São Paulo: Luz para o Caminho, 1990.
- CALVINO, João. *Exposição de Romanos*. São Paulo: Paráclitos, 1997.
- CALVINO, João. *Exposição de Hebreus*. São Paulo: Paráclitos, 1997
- CALVINO, João. *Isntitutas – Tratado da Religião Cristã*. Tradução: Waldir Carvalho Luz. São Paulo: Casa editora Presbiteriana, 1989. - Vol. II
- CAMPOS, Heber Carlos de. *Cristologia. Estudos sobre a Pessoa e Obra de Cristo*. Centro de pós-graduação Andrew Jumper, 1998
- CHAMPLIM, Russell Norman. *O Antigo Testamento Interpretado Versículo por versículo*. São Paulo: Candeia, 1999. Vol. I
- CHAMPLIM, Russell Norman. *O Antigo Testamento Interpretado Versículo por versículo*. São Paulo: Candeia, 1999. Vol. VII
- CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo*. São Paulo: Editora Candeia, 1995. Vol. V.
- CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo*. São Paulo: Editora Candeia, 1995. Vol. VI
- CLARK, David S. *Compêndio de Teologia Sistemática*. 2 ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1988.

- ERICKSON, Milard J. *Introdução à Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1997.
- GRUNDEN, Wayne A. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- HÄNGGLUND, Bengt. *História da Teologia*. Trad. Mário L Rehfeldt e Gládis Knak Rehfeldt. Porto Alegre/RS: Concórdia, 1981.
- HARRISON, R. K. *Levítico – Introdução e Comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1983.
- HOFF, Paul. *O Pentateuco* – trad. Luiz Aparecido Caruso. São Paulo. Vida, 1985.
- HORTON, Michael. *A face de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999
- KIDNER, Derek. *Gênesis- Introdução e Comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1979.
- KRUSE, Colin. *II Coríntios – Introdução e Comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1994
- LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. 3 ed. São Paulo: Exodus, 1997
- MESQUITA, Antônio Neves de. *Estudo no Livro de Gênesis*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vida Nova, 1970.
- OWEM, Jonh. *Por quem Cristo morreu? Uma versão simplificada e condensada de “A morte da morte na morte de Cristo”*. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1986
- PACKER, J.I. *Teologia Concisa – Síntese dos fundamentos históricos da fé cristã*. Trad. Rubens Castilho. Campinas – SP: Luz Para O Caminho, 1998.
- REGA, Lourenço Stelio. *Noções do Grego Bíblico*. 4 ed. São Paulo: Vida Nova, 1995
- SHEDD, Russell Phillip. *Bíblia Vida Nova*. 17 ed. São Paulo: Vida Nova, 1993.
- STTOT, Jonh. *A Cruz de Cristo*. Miame, Flórida: Editora Vida, 1991
- VAN GRONINGEN, Gerard. *Revelação Messiânica no Antigo Testamento*. trad. De Cláudio Wagner. Campinas: Luz Para o Caminho, 1995.
- VAN HORN, Leonard T. *estudos no Breve Catecismo de Westminster*. São Paulo: Os Puritanos, 2000.

Agradecemos ao autor pelo envio e permissão da publicação do presente trabalho no Monergismo.com.